

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

SAULO RODRIGUES DE MORAES

**CENTROS DE INTERNAÇÃO: O TRABALHO EM MEIO A
ESTIGMAS, AGRESSÕES E AFETOS**

Saúde mental dos agentes de segurança socioeducativos

Mestrado: Psicologia Social

UFMG/BELO HORIZONTE

2008

SAULO RODRIGUES DE MORAES

**CENTROS DE INTERNAÇÃO: O TRABALHO EM MEIO A
ESTIGMAS, AGRESSÕES E AFETOS**

Saúde mental dos agentes de segurança socioeducativos

Dissertação apresentada à Banca examinadora da Universidade Federal de Minas Gerais, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, na área de concentração Psicologia Social.

Orientadora: Prof^a Dra. Maria Elizabeth Antunes Lima

**UFMG/BELO HORIZONTE
2008**

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Maria Elizabeth Antunes Lima

Prof^ª Dr^ª Leny Sato

Prof^ª. Dr^ª Vanessa Andrade Barros

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2008

Dedico esse trabalho a Esrael Salomão Andrade e Castro, sua esposa Greice e suas duas filhas. Agente socioeducativo por três semanas, tornou-se réu (primário) e encontra-se no Presídio Dutra Ladeira, condenado a doze anos de reclusão por ter entrado com uma “bucha” de maconha no Centro de Internação Provisória Dom Bosco.

AGRADECIMENTOS

- . Agradeço a Silvinha por tudo, companheira que tanto amo;
- . Ao meu filho Pedro, gerado paralelamente ao mestrado, “pacotinho de alegria”;
- . A Beth Antunes, pela oportunidade, generosidade, cuidado, paciência e competência;
- . À professora Vanessa, pelo apoio sorridente de sempre, por ter contribuído para minha entrada e permanência no mestrado;
- . À professora Leny Sato, pela rica contribuição com sua produção e por participar da banca;
- . Aos meus irmãos: Vana, Neto, Alisson, Clécio e Airam, povo sem juízo, pelo apoio constante, ainda que, quase sempre, à distância. Mas, é assim, seguindo a lição de Dona Rita e “seu” Juarez, de “estar junto, soltando-se”;
- . Aos meus tios queridos, José Brito, Ana, Nazareth, D. Geralda e Zilca;
- . A Berê e ao Sílvia, por me “adotarem”, acreditarem sempre e por ter colocado a Sílvia no mundo;
- . Ao apoio de dois grandes amigos, Antônio Fabrício e Wagner Dias Ferreira, “nobres causídicos”, mestres em generosidade, bom humor e em superar os efeitos das “atividades contrariadas ou impedidas”;
- . Aos amigos do Programa Curumim/Projeto Verena, incansáveis na batalha por um mundo melhor, afinal, “sonhos não envelhecem”;
- . Aos colegas do mestrado, em especial: Cirene, Alessandro, Mônica, Sílvia e Edmar que estiveram mais próximos;
- . Aos amigos do Programa Conexões-Escola Aberta, uma escola e tanto;
- . À participação de Valéria e Leonardo Vilhena, Frederico Marinho, Márcio Rogério e Cíntia, Guilherme, Virgílio, a equipe do SAMRE – Juizado da Infância e Juventude, a equipe da CEAPA-EGRESSO; equipe da DIP/SUASE;
- . A participação da Bete (Secretaria do Programa de Pós-graduação em Psicologia), Alessandro (Seção de ensino), Vilma e equipe (biblioteca);
- . A todos os trabalhadores e ex-trabalhadores dos centros de internação que contribuíram para esta pesquisa.
- . A CAPES, por tornar possível a permanência.

“Porque o trabalho não acaba. Você tem que acreditar numa coisa, na vida você tem que acreditar numa coisa. Porque se você está fazendo um trabalho, você tem que acreditar nele lá no final, e, às vezes, tem uns que não tem final, como no trabalho do educador. Ele não vai ter fim, né? Mas ele tem um reconhecimento muito pouco. E é nesse pouco de reconhecimento que você tem que crescer. Então, se você colocar assim, sou um educador social, tem mil adolescentes, eu tenho que consertar mil... Não, você tem que ter consciência. Não, nesses mil, se um se salvar, tá bom.”

Luís, 36 anos, pedreiro e educador/agente

RESUMO

Moraes, Saulo R. **Centros de Internação de Adolescentes: o trabalho em meio a estigmas, agressões e afetos. Saúde mental dos agentes socioeducativos.** 2008. 146f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

O objetivo da presente pesquisa foi o de buscar identificar elementos causadores de sofrimento psíquico em Agentes de Segurança Socioeducativos, responsáveis pela segurança intra e extra-muros dos centros de internação para adolescentes em conflito com a lei. Resgatou-se a história dessa categoria profissional em Minas Gerais e investigou-se aspectos do trabalho em unidades de internação na região metropolitana de Belo Horizonte que impactam a saúde mental desses trabalhadores, bem como explicitou-se as estratégias usadas por eles para evitar o adoecimento. Foram realizados dois estudos de casos, observações de cunho ergonômico, aplicação de questionários e investigação de fontes documentais. O estudo mostrou que essa categoria enfrenta dificuldades inerentes à própria natureza do trabalho, marcada por exigências paradoxais, tais como, confiar, desconfiando; ser duro e terno; educar vigiando e vigiar educando. Concluiu-se que tais características, associadas a outros tipos de desgaste, dentre os quais, aqueles que provocam a Síndrome de Burnout, são responsáveis pelo sofrimento psíquico dos agentes. Constatou-se, ainda, a partir dos dois casos estudados, que alguns agentes desenvolvem estratégias para preservar e desenvolver sua saúde em meio a estigmas, agressões e afetos.

Palavras chaves: saúde mental e trabalho, centros de internação de adolescentes, agentes Socioeducativos

ABSTRACT

Moraes, Saulo R. **Detention Center of teenagers: the work in the middle of stigmatization, aggressions and affections. Mental health of the staff workers.** Essay (Master in Psychology), Faculty of Philosophy and Humanities, Psychology Department, Federal University of Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008

The objective of this research was to identify factors that causing distress to the staff security workers, responsible for security inside and outside the walls of the detention centers for teenagers in conflict with the law. Rescued the history of this professional category in Minas Gerais and investigates aspects of work in detention center in the metropolitan area of Belo Horizonte, that impact their mental health, and the strategies used by them to prevent illness. Two cases studies it was used in this research, ergonomic observations, questionnaires and research and documentary sources. The study showed that this category is struggling by inherent to the nature of the work, marked by the paradoxical requirements, such as trust, distrust; be tough and tender, educate watching and watching educating. The conclusion was that this characteristics associated with another types of stress, among them, those that cause the Burnout Syndrome, are responsible for the suffering of the worker staff. The two cases studied also showed that some agents develops strategies to preserve and increase their health in the middle of stigmatization, aggression and affection.

Key words: Mental Health and work, detention center of teenagers, staff workers of the detention center

SIGLAS E ABREVIATURAS

APT - Análise Psicossocial do Trabalho
CEAD – Centro de Atendimento do Adolescente
CEIP - Centro de Internação Provisória
CEMED - Centro Médico
CEMMAC - Centro de Educação Marista Marcelino Champagnat
CIA – BH - Centro de Internação do Adolescente de Belo Horizonte
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CSEDLAF – Centro Socioeducativo Dom Luís Amigó e Ferrer
CSEST - Centro Socioeducativo Santa Terezinha
CSESH - Centro Socioeducativo Santa Helena
DEGASE - Departamento Geral de Ações Socioeducativas
DIP - Diretoria de Gestão da Informação e Pesquisa
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EFAP - Escola de Formação e Aperfeiçoamento do Sistema Prisional e Educativo
FEBEM – Fundação Estadual do Bem estar do Menor
FUNDACENTRO - Fundação Jorge Duprat de Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
IPSEMG - Instituto de Previdência dos Servidores do Estados de Minas Gerais
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PIA – Plano Individual de Atendimento
PIEP - Penitenciária Feminina Estevão Pinto
RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte
SAME - Superintendência de Medidas Socioeducativas
SAMESE - Superintendência de Atendimento às Medidas Socioeducativas
SAREMI – Superintendência de Atendimento e Reeducação do Menor Infrator
SEDS – Secretaria de Defesa Social
SEPLAG- Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
SPAG – Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupos do Rio de Janeiro
SUASE – Superintendência de Atendimento às Medidas Socioeducativas
SUMAR – Superintendência de Atendimento às medidas de meio aberto
UBEE – União Brasileira de Educação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
CAPÍTULO I -	12
O ADOLESCENTE PRIVADO DE LIBERDADE – UMA BREVE APROXIMAÇÃO TEÓRICA	12
1.1 - A PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: DO TRATAMENTO PENAL INDIFERENCIADO À RESPONSABILIZAÇÃO DOS AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS	12
CAPÍTULO II	22
ASPECTOS METODOLÓGICOS	22
3.2.1 - A Rotina dos agentes.....	33
3.2.3- A persuasão como instrumento	36
3.2.4 – Relações entre agentes e técnicos	38
3.2.5 – Tumultos, rebeliões e tentativas de fuga	40
3.2.6 – A atividade de escolta dos internos	43
3.3 “PAGAR SEGURO”	45
3.4 - O PROBLEMA DA IDENTIDADE PROFISSIONAL: COMPARAÇÕES COM O SISTEMA PRISIONAL	47
3.5.1 As cargas de trabalho.....	51
3.6 - ACORDO DE RESULTADOS	54
3.7 OS DIREITOS TRABALHISTAS	58
CAPÍTULO IV	63
ESTUDOS DE CASO	63
4.1 - A HISTÓRIA DE RONALDO.....	64
4.1.1 - Infância e juventude na FEBEM	64
4.1.2 - Fase adulta na FEBEM.....	67
4.1.3 - Elementos do Trabalho no Sistema Socioeducativo	71
4.1.3.1 – A relação com o trabalho.....	72
4.1.3.2 - Vínculo Empregatício	72
4.1.3.3 - Um agente com atribuições diferenciadas	73
4.1.3.4 - Questionamento da escolha/lugar profissional.....	74
4.1.3.5 - Atitude paternal.....	77
4.1.3.6 - Os impactos do trabalho na saúde mental	78
4.1.3.7 - FEBEM X Sistema Socioeducativo	79
4.1.3.8 – As competências adquiridas no trabalho	81
4.1.3.9 - Religiosidade	84
4.1.4 – Análise do caso	86

4.2 A HISTÓRIA DE LUÍS: UM PEDREIRO EDUCADOR.....	90
4.2.1 – A infância e a adolescência	90
4.2.2 – A mudança para Belo Horizonte	95
4.2.3 - A entrada no sistema socioeducativo	96
4.2.3.1 – A saída do CEMMAC	98
4.2.3.2 – A admissão no CEAD.....	98
4.2.4 - Elementos do trabalho no sistema socioeducativo.....	99
4.2.4.1 - Relação com o trabalho	99
4.2.4.2 - Um pedreiro educador.....	100
4.2.4.3 – A paciência como instrumento de trabalho	101
4.2.4.4 – O humor como instrumento de trabalho	103
4.2.4.5 - Religiosidade	104
4.2.4.6 – As competências adquiridas no Trabalho	104
4.2.4.7 - Saúde/adoecimento mental no trabalho.....	110
4.2.4.8 - Baixa eficácia do trabalho	115
4.2.5 Análise do caso	117
5.1 - Fatores negativos detectados na situação de trabalho.....	120
5.1.1 - As agressões dos internos	120
5.2 - As repercussões dos fatores negativos presentes no trabalho dos agentes.....	124
5.2.1 - A contaminação da vida familiar	124
5.3 - As estratégias de preservação da saúde	131
5.3.1 - O destemor à demissão	131
5.3.2 - O prazer no trabalho	132
5.3.3 - Consciência dos limites	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	139

APRESENTAÇÃO

A proposta do trabalho que ora apresentamos é a de investigar as condições e a organização do trabalho de unidades de internação e suas repercussões sobre a saúde mental dos Agentes de Segurança Socioeducativos. A definição desses profissionais como categoria no Estado de Minas Gerais é ainda incipiente. Esta categoria tem sua origem e ainda mostra grande proximidade com as atribuições do Agente de Segurança Penitenciário, diferindo essencialmente por ter como objeto do trabalho a segurança de centros de internação para adolescentes em conflito com a lei. A dissertação foi organizada conforme o exposto a seguir:

A introdução propõe situar a categoria estudada através de uma prévia exposição, onde são apresentadas as raras referências de estudos sobre o tema. Descrevemos os objetivos desta pesquisa e a origem de nossa inserção no problema do sofrimento psíquico de trabalhadores sociais, até chegar ao Agente Socioeducativo.

No capítulo I fazemos um resgate das modalidades de atendimento a crianças e adolescentes no século XX, no Brasil - da tradição menorista ao Estatuto da Criança e do Adolescente - e traçamos um breve histórico dos centros de internação na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

No capítulo II são descritos os aspectos metodológicos da pesquisa e expostos os instrumentos utilizados. Salientou-se, nesse momento, a abordagem pluridimensional composta por estudos de casos, pesquisas documentais, aplicação de questionários e observações de cunho ergonômico.

O aprofundamento no trabalho do agente socioeducativo compõe o terceiro capítulo. A compreensão da complexidade das atividades desenvolvidas por esses trabalhadores nos permitiu definir os aspectos que consideramos mais relevantes. Iniciamos com o histórico da própria categoria profissional. Passamos, então, à tentativa de destrinchar o trabalho: rotina, comunicação, condições de trabalho, relações entre pares e chefia, escoltas e rebeliões. A rotina levou à categorização de elementos que dizem muito da atividade, como, por exemplo, o “pagar seguro”¹ e as comparações com o sistema prisional. Surgiu, então, a necessidade de se discutir os direitos trabalhistas, os efeitos do Acordo de Resultados e a inexistência de organização sindical na categoria, itens estes associados à organização do trabalho.

¹ Essa expressão se refere à troca de favores por proteção, o que pode se dar entre os próprios internos, ou entre estes e os agentes.

O quarto capítulo apresenta dois estudos de caso de trabalhadores que se encontram há muitos anos no sistema e que tiveram sua saúde afetada em algum momento pelas exigências do trabalho, mas que, de alguma forma, superaram esses problemas, permanecendo na ativa e se dizendo satisfeitos em suas funções.

No capítulo V apontamos os principais fatores detectados por nós no trabalho dos agentes que podem impactar sua saúde, suas repercussões na vida desses trabalhadores e algumas estratégias de preservação da saúde.

Nas considerações finais, tentamos sintetizar os achados da pesquisa e, ao mesmo tempo, dialogar com os teóricos pertinentes.

É de fundamental importância registrar que deparamos com muitos obstáculos em nossas investigações sobre o trabalho do agente socioeducativo. O acesso aos centros de internação foi difícil e conversamos com muitos trabalhadores receosos em autorizar o registro dos depoimentos. Encontramos uma desconfiança muito grande em relação à divulgação das experiências, dos seus sentimentos e opiniões sobre o trabalho, em que não fica claro se é um temor respaldado em retaliações ocorridas, ou se predomina uma fantasia sobre tal possibilidade. Detectamos que algumas situações contribuem para isso: a intenção de “manter a porta aberta” caso decidam retornar após algum afastamento, ou de migrar para o sistema prisional, já que ambas as contratações são feitas pelo mesmo setor. O fato de se verem confrontados rotineiramente a eventuais apurações de atos que geram processos administrativos ou criminais também pode alimentar a pactuação de silêncios. As medidas que acordam sobre a não identificação do trabalhador, usuais em pesquisas, foram, muitas vezes, estéreis. Tivemos indicações de que além dos motivos acima, o fato de essa categoria não ser muito grande - menos de seiscentos trabalhadores distribuídos nas poucas unidades da região pesquisada - contribuiu para o receio dos agentes de serem identificados.

Consideramos que outra parcela das dificuldades do trabalho que se apresenta deve-se ao seu ineditismo. Não são nada originais as pesquisas sobre a privação de liberdade, quase sempre subsidiadas teoricamente pelos estudos de Goffman (1961) e Foucault (2004). Entretanto, o nosso aprofundamento no trabalho dos agentes socioeducativos buscou compreender sua condição de trabalhadores expostos a exigências contraditórias e impactantes, bem como as repercussões sobre sua saúde mental. Para tal, tentamos fugir das perspectivas que podem reduzir seu trabalho à responsabilidade direta por vigiar e punir em instituições consideradas totais. Os estudos de casos, em especial, trazem uma rica contribuição sobre as outras características dessa atividade.

INTRODUÇÃO

Na monografia elaborada para o curso de especialização em Psicologia do Trabalho da Universidade Federal de Minas Gerais, estudamos a situação de um trabalhador afastado do trabalho devido a um transtorno mental. Encontramos elementos potencialmente causadores de sofrimento psíquico na organização do trabalho da unidade² de internação para adolescentes em conflito com a lei na qual estava lotado (MORAES, 2005). Essa pesquisa revelou a necessidade de haver maior aprofundamento em um tema que é historicamente colocado em plano secundário na pauta do setor de atendimento à criança e ao adolescente em conflito com a lei: o trabalho dos agentes socioeducativos.

Os agentes socioeducativos trabalham nos centros de internação de adolescentes e nas unidades de semiliberdade e têm - conforme o item 2.2.1 do edital do concurso previsto para essa categoria, a ser realizado no Estado de Minas Gerais, em agosto de 2008 - as seguintes atribuições:

Exercer atividades de vigilância e escolta nos espaços intramuros e extramuros nos estabelecimento da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE), zelando pela integridade física, mental e emocional dos adolescentes em regime de internação e semiliberdade; garantir a integridade do patrimônio e a segurança dos servidores em exercício nas unidades de atendimento; assegurar o cumprimento das medidas socioeducativas, atuar como orientador no processo de reinserção social do adolescente autor de ato infracional. (SEPLAG, 2008)

Tais atribuições nos permitem antever algumas dificuldades presentes neste trabalho. À variedade de “integridades” que ao agente compete zelar se soma a função de orientar no processo de retorno do adolescente para a comunidade.

Nas abundantes publicações que discutem esse sistema, o agente socioeducativo quase não é mencionado. Nas raras vezes em que aparece, surge como símbolo da necessidade de investimentos em qualificação dos atores do sistema, ou seja, ele seria importante se tivesse treinamento. Torna-se, assim, o depositário de grande parte das mazelas da internação. Na mídia, é noticiado quase sempre como o autor de agressões aos

² Adotaremos os termos “unidade” e “centro” para designar os estabelecimentos onde são cumpridas as medidas privativas de liberdade.

adolescentes e de outras atitudes ilícitas, como facilitação de fugas ou introdução de drogas e armas nos centros.

Reconhecemos os riscos existentes nesta tentativa de voltar o foco para o trabalho do agente socioeducativo. Quase todo movimento que tenta elevar a compreensão de um problema classicamente submetido à arena dos julgamentos morais a uma apreensão mais imparcial corre o risco de ser mal compreendido. No entanto, concluímos que nenhum rótulo contribui, nessa categoria ou em qualquer outra, para a superação dos problemas que ela carrega. Esses trabalhadores são, antes de tudo, protagonistas de um trabalho de difícil execução, e que, como em todos os outros trabalhos, buscam as mais variadas estratégias para lidar com as dificuldades.

Na condição de gestor da medida socioeducativa de internação, o governo do Estado adota dois modelos: administração direta e gestão compartilhada. Nas unidades administradas diretamente pelo governo, sua responsabilidade é integral e a construção da unidade se dá através de convênios com o governo federal. Quando há compartilhamento da gestão, entram em cena as prefeituras municipais ou alguma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que historicamente, nessa área, em Minas Gerais, pertence a alguma congregação católica. Nos últimos anos, o modelo de compartilhamento mais utilizado foi através de convênio com a prefeitura do município onde fora instalada a unidade, o que ocorreu em várias cidades do interior.

Cada uma das unidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) comporta de 25 a 45 internos, tendendo a operar próximo do limite mínimo; com exceção do Centro de Internação Provisória Dom Bosco (CEIP), sempre superlotado, como mostra uma Nota Pública de repúdio às violações dos direitos fundamentais dos adolescentes internados nessa unidade, publicada pela Rede de Medidas Socioeducativas de Belo Horizonte³. Com capacidade para 60 internos, em maio de 2008 essa unidade contava com 155 adolescentes.

Encontramos uma unidade de internação para adolescentes, hoje extinta, o Centro Socioeducativo Dom Luís Amigó e Ferrer (CSEDLAF), que distinguia os trabalhadores do atendimento socioeducativo em três grupos principais: os técnicos – com formação superior nas áreas de psicologia, pedagogia, serviço social, terapia ocupacional, enfermagem e direito – os educadores sociais e os agentes socioeducativos – ambos sem a exigência de formação em

³ A Rede de Medidas Socioeducativas é um movimento, que acontece em Belo Horizonte, que tem por objetivo uma constante articulação para a melhoria do atendimento dos adolescentes em conflito com a lei na capital mineira. Trecho da nota: “A superlotação da unidade CEIP Dom Bosco - que é destinada a adolescentes ainda não condenados pela Justiça - já acontece aproximadamente há quatro anos e a manutenção nesse mesmo espaço de adolescentes que aguardam vagas para serem encaminhados às unidades de execução de medidas de semiliberdade tem se tornado uma prática cada vez mais comum”. Fonte: site: www.fggbbh.org.br

nível superior. À exceção dos agentes contratados pelo Estado, os trabalhadores possuíam vínculo pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)⁴. Nessa unidade, o contato com o interno era feito, predominantemente, por educadores sociais, incumbindo aos agentes a guarda em postos internos e externos à unidade, a escolta em eventos externos e a intervenção em situações que ameaçavam a segurança da unidade. Nesse caso, há uma separação formal entre essas funções. Nas outras unidades, o contato dos agentes de segurança socioeducativos com os internos é permanente.

No Centro Educacional Marista Marcelino Champagnat (CEMMAC), a configuração era diferente, conforme registra Carvalho (2004) a partir de sua experiência nessa unidade e de pesquisa realizada sobre a identidade desses trabalhadores:

A função de educador social corresponde ao posto de agente de segurança penitenciária⁵ segundo a classificação do estado. A mudança interna no nome da função corrobora a visão pedagógica da instituição. Os moldes estabelecidos na parceria [...] estabelecem que deva existir um equilíbrio entre o número de educadores contratados por ambas. (Id. 2004, p:9)

Nesse caso, a entidade que realiza o convênio com a administração pública admite o trabalhador pelo regime da CLT e o governo do Estado realiza contratação administrativa:

[...] existe um movimento interno à instituição, no sentido de igualar o tratamento a ambos, designando a todos pelo título de Educador Social. Entretanto, percebe-se no dia-a-dia, através do tratamento entre os educadores e nos relatórios oficiais diários, que ainda prevalece a distinção das nomenclaturas. Tal distinção não é apenas nominal. Embora não haja tratamento diferenciado por parte da direção do CEMMAC, os contratos específicos implicam em proventos e vantagens também distintas, privilegiando os que são contratados pela UBEE. (id., 2004, p:10)

Nas unidades sob administração direta do Estado, a rotina de afastamentos de trabalhadores por motivo de saúde foi citada por alguns administradores como grande fonte de preocupação. Obtivemos esses relatos entre os anos de 2005 e 2007 com pessoas em cargos de coordenação nas unidades CEIP Dom Bosco, São Jerônimo e Santa Helena. Em visita feita ao CEMMAC, no ano de 2005, fomos inteirados de que o plano de saúde empresarial contratado pelos gestores deste centro alarmou-se com a discrepância nas demandas de saúde,

⁴ Consolidação das Leis do Trabalho, decreto-lei 5.452, de 01.05.1943.

⁵ Até o mês de julho de 2004 não se adotava a denominação Agente de Segurança Socioeducativo.

quando se comparavam os diversos programas existentes na área educacional geridos pela União Brasileira de Educação (UBEE), cujas estatísticas de busca por atendimento em saúde entre os trabalhadores da Unidade de Internação eram muito superiores.

Para reforçar essa evidência quanto ao alto grau de comprometimento da saúde presente nessa modalidade de trabalho, os dados referentes ao adoecimento na Fundação Estadual do Bem-estar do Menor (FEBEM) do Estado de São Paulo, divulgados pelo jornal Folha de São Paulo em 31 de outubro de 1999, mostram que em setembro daquele ano 10% dos seus monitores estavam afastados por transtornos mentais. Quase um ano depois, na edição de 3 de setembro de 2000, esse mesmo veículo registrou que a proporção cresceu para quase 23% – 298 trabalhadores –, informando, ainda, que até aquele mês a instituição já tinha atingido a marca de 43 rebeliões ou tentativas de motim.

Ainda na FEBEM-SP, uma pesquisa realizada conjuntamente pela Fundação Jorge Duprat de Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) SP, Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo e Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de São Paulo apontou que entre 1998 e 2002, 60% dos diagnósticos de afastamento de funcionários da FEBEM se relacionam a quadros de transtornos mentais⁶.

No Rio de Janeiro, o estudo de Salles (2003) com trabalhadores do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), através de grupos operativos, confirmou as conclusões de outros autores sobre os impactos das contradições em profissões dessa área:

Outros continuam acreditando no que fazem e insistindo. Mas, adoecem. Na verdade, em toda instituição total, os indicadores de morbi-mortalidade por doenças físicas e psíquicas costumam mostrar-se maiores que os índices médios da população geral (Vasconcelos, 2000). Esse fato se deve, no entender de muitos autores, às contradições de suas próprias profissões, na medida em que vivem, na própria carne, o conflito fundamental de tais instituições e que atinge, principalmente, os funcionários que têm maior contato com a população internada. (SALLES, 2003, p:44)

Esse autor relata a tentativa, em sua avaliação, fracassada, de mudança da mentalidade em relação ao trabalho do agente no estado do Rio de Janeiro. Para ele, a escolha do nome da categoria – Agente Educacional - já revelaria a busca por inserir essas pessoas numa “profissão impossível”, em referência a Freud, que listara as três tarefas impossíveis: governar, educar e tratar. Para Salles (op. cit), sobre essa categoria recairiam essas três

⁶ O Trabalho e o Sofrimento dos Monitores da Febem. Relatório de Pesquisa Interinstitucional - CEREST-SP, CEREST-MOCCA, DRT-SP, FUNDACENTRO/SP, 2005.

missões: “*que, simultaneamente, governassem (custodiassem e disciplinassem), educassem (desenvolvessem) e tratassem (recuperassem) os adolescentes sob seus cuidados*”(id. p: 3).

Carvalho (op. cit.), ao analisar a apostila utilizada no curso oferecido aos educadores sociais no extinto CEMMAC, constata a presença de contradições importantes nas exigências apresentadas a esses profissionais:

*Na apostila intitulada “Curso de Qualificação e Vigilância”, escrita e aplicada por dois oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais, especificamente no capítulo “Qualificação e Vigilância”, na página 75, lê-se que “durante nossa atuação profissional permanecemos em constantes estados de alerta, que governam nossas mentes”. Tais estados de alerta são divididos em cinco categorias, sendo colocado como referência ideal para o trabalho realizado neste tipo de função ou instituição, o estado intitulado de “amarelo”, o qual é descrito como sendo o momento em que **“você está relaxado, mas alerta, precavido, mas não tenso. Mantém a calma, mas permanece em constante vigilância das pessoas e coisas ao seu redor. Não espera um ato hostil, mas sabe que é possível acontecer”**. (Segurança e Vigilância: estados de alerta, [s.d.]: 76).(apud Carvalho, 2004, p:19)*

Outro aspecto que encontramos, tanto na FEBEM de São Paulo, quanto no relato de um agente de segurança socioeducativo em Belo Horizonte seria o aparente desinteresse da instituição em escutar as reivindicações dos agentes no campo de saúde mental, favorecendo o agravamento do quadro. A pesquisa de SALLES (op. cit) no DEGASE mostra elementos importantes sobre esse “desamparo” dos trabalhadores. O seu trabalho integrava uma parceria da Secretaria de Justiça do Estado com a Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupos do Rio de Janeiro – SPAG RJ, com duração superior a um ano. Foram inúmeros os encontros inviabilizados por incidentes que tiveram claro teor de boicote. Os momentos dos grupos operativos representavam possibilidades de elaboração a partir de discussões coletivas que, muitas vezes, ameaçavam alguns interesses. Nesse caso, as reações originavam de diversas fontes, mas principalmente dos administradores. Já quando o problema decorre da não adesão dos próprios trabalhadores pode-se supor uma variedade de razões, mas, entre elas se sobressai o receio dos agentes em expor sua intimidade e seu eventual uso pela instituição, pondo seu emprego em risco. Uma experiência recente no Centro Socioeducativo Santa Terezinha, em Belo Horizonte, mostrou a baixa adesão dos trabalhadores à oferta de atendimento psicológico por uma profissional voluntária. A esse respeito, cabe questionar também a tendência à psicologização dos problemas trazidos pelo trabalhador, que passa a ser visto como o único responsável pelos seus problemas, o que torna o psicólogo um instrumento de ocultação das fontes patogênicas ligadas à organização do trabalho, ainda que

esteja agindo com a melhor das intenções.

Nosso objetivo na presente pesquisa foi o de buscar identificar elementos causadores de sofrimento psíquico em agentes socioeducativos. Propomo-nos resgatar a história dessa categoria profissional em Minas Gerais, investigar aspectos do trabalho em unidades de internação na Região Metropolitana de Belo Horizonte que possam ser determinantes de sofrimento psíquico entre esses trabalhadores, bem como analisar as estratégias usadas por eles para evitar o adoecimento.

A ORIGEM DA PESQUISA

São várias as razões que nos levaram a este estudo. Nossa história profissional, construída no atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, teve como ponto de partida a entrada no Programa Curumim⁷, em 1994, durante a fase de graduação em Psicologia. Acreditávamos, então, na possibilidade de intervir nas fases iniciais da produção social da marginalização de crianças e adolescentes (MARQUES, 1993). As crianças inseridas em famílias afetadas por dificuldades socioeconômicas representavam nosso maior desafio, e, não raras vezes, sentíamos derrotados em nossos esforços. Nossa equipe buscava permanentemente compensações para a flagrante sensação de “enxugar gelo”.

Em 2003, com a nossa admissão no Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte de Minas Gerais, intensificou-se a proximidade com adolescentes autores de atos infracionais. O regimento desse programa permitia a inserção de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. A medida socioeducativa de liberdade assistida contava com grande número de adolescentes ameaçados de morte por consequência de “guerras” no tráfico, por gangues rivais e policiais, e, em muitos casos, por suspeitas – muitas vezes infundadas - de líderes locais do tráfico de drogas sobre supostas delações de crimes feitas por jovens daquela comunidade, gerando a ameaça e o encaminhamento para a proteção. Esse programa conviveu, a partir do seu segundo ano, em 2004, com o crescimento substancial do número de encaminhamentos originados de unidades de internação, especialmente o Centro de Internação Provisória Dom Bosco, onde, no

7

Mais especificamente, o programa Curumim visa, com atividades de esporte, lazer e reforço escolar, ocupar o tempo livre não despendido na escola de crianças com idade entre seis e doze anos. Cada criança permanece cerca de três horas por dia no programa, inclusive durante as férias escolares. O objetivo é oferecer atividades complementares às da escola, incluindo alimentação e vestuário, para facilitar o seu desenvolvimento pessoal e social e, em particular, elevar o desempenho e a probabilidade de permanência da criança na própria escola. (BARROS et ali, 1998).

processo de acolhimento eram relatadas as ameaças sofridas pelo adolescente. Passamos, então, a frequentar as unidades de internação para realizar os atendimentos que fundamentariam a definição da inclusão ou não do adolescente no programa.

Tudo isso permitiu um contato mais próximo com os dramas diários do trabalhador social, o que veio a se somar à possibilidade de acesso a pesquisas sobre saúde mental e trabalho, propiciando um olhar mais atento sobre essa realidade. Buscamos acrescentar, então, à sensibilidade pessoal, o interesse por uma compreensão científica do problema.

Uma das fontes de nossas interrogações ficava em torno da percepção de que em muitas categorias profissionais com que lidamos, ao trabalhar com políticas públicas dirigidas a crianças e adolescentes, o conteúdo das tarefas apresentava elementos potencialmente geradores de sofrimento: a lida com incontáveis dramas familiares, as ameaças de morte aos jovens, a concretização dessas ameaças, a precariedade socioeconômica e seus efeitos devastadores e a impotência diante desse cenário. Como essas pessoas faziam para não sucumbir às formas de sofrimento presentes no trabalho? Tal indagação nos conduziu diretamente a esses profissionais, na tentativa de aprofundar o conhecimento de sua realidade.

Entre as respostas mais comuns oferecidas por esses trabalhadores à indagação acima estava a afirmação de realização pessoal por atuar profissionalmente “cuidando” de outras pessoas. Entendíamos que essa resposta fortalecia o estereótipo do sacerdócio altruísta, herança de um período histórico no Brasil marcado pelo voluntarismo assistencialista, reforçador de desigualdades e que desprofissionalizava o trabalhador, já que, para cumprir uma “missão”, bastaria a disposição mística ou política para tanto. Porém, esses trabalhadores mostravam claramente seu processo de profissionalização, com investimento em formação, permanentes discussões coletivas sobre o objeto e sólida reflexão crítica, o que enfraquecia a tese do caráter estritamente “missionário” dessa modalidade de trabalho.

O aprofundamento em torno do tema permitiu a explicitação de outra característica marcante. A maioria dos trabalhadores que contatamos integrava o corpo técnico de alguma organização e tinha escolaridade de nível superior, e enxergava a possibilidade real de mudança de emprego, ou de setor, tendo, portanto, mais reais condições de deixar de realizar tarefas potencialmente adoecedoras. Mesmo aqueles que estavam em postos considerados mais bem remunerados e estáveis, como no Ministério Público e no Poder Judiciário, ou bem remunerados, mas instáveis, como cargos de coordenação e gerência de programas sociais, apontavam saídas para os momentos difíceis, quase sempre reagindo

com relativa tranquilidade à hipótese de demissão ou mudanças na carreira.

Além disso, boa parte desses trabalhadores não encontrava grandes dificuldades – materiais e emocionais – para buscar recursos que contribuíssem para prevenção e manutenção da saúde mental, como a prática de esportes, atividades culturais e artísticas⁸ e a psicoterapia. Em alguns casos, o trabalho conta com supervisão psicológica. No Juizado da Infância e Juventude de Belo Horizonte, os técnicos de um setor se reuniram e decidiram cotizar os custos da supervisão dos atendimentos por uma especialista externa à organização. Villate et al. (2007, p: 511) ressaltam a importância da ajuda de especialistas para sessões de suporte no auxílio à gestão de uma “boa distância em relação ao interlocutor: distância nem grande demais (frieza próxima do desinteresse perceptível pelo interlocutor), nem muito próxima (risco de uma implicação afetiva excessiva numa relação que poderia então perder seu caráter profissional)”. Dessa forma, sua margem para manobrar diante de exigências potencialmente patogênicas se amplia. Os elementos que acabamos de descrever revelaram que esses trabalhadores ocupavam uma posição que lhes permitia encontrar saídas.

É importante registrar que o resgate dos elementos citados acima, que supostamente evitam o adoecimento do trabalhador, foi feito informalmente, como fruto de questões surgidas em nossa história profissional, e a partir das motivações pessoais já mencionadas. Não tinham, portanto, pretensões científicas nessa fase, mas apenas exploratórias.

Nosso percurso nos levou à categoria profissional do agente socioeducativo, que parecia não encontrar tantos recursos para escapar ou reduzir os efeitos do sofrimento gerado pelo trabalho. As visitas às unidades de internação, mencionadas anteriormente, os relatos de adolescentes em conflito com a lei e desses trabalhadores, colhidos em outras circunstâncias, possibilitaram-nos o acesso a alguns dos seus modos operatórios. Percebemos que o “fazer” do agente se constrói em torno de uma relação com os internos mais estreita do que supúnhamos. Deparamos com indicações de que o saber prático desenvolvido por esse trabalhador pode ser crucial, tanto na manutenção da ordem na unidade, quanto no aspecto educativo - entendendo-se aqui essa separação apenas para efeito didático, frente a um debate peculiar nesse meio, se seriam ou não mutuamente excludentes.

Entendemos que o aprofundamento sobre os fatores que levaram o adolescente a entrar em conflito com a lei, bem como as concepções jurídico-filosóficas que embasam a

⁸ Isso, embora consideremos que a supervalorização dessas atividades como possibilidades para conquista da saúde pode ocultar problemas da organização do trabalho, individualizando-os, numa perspectiva adaptacionista.

medida de intersetoriação extrapolariam os objetivos do nosso trabalho e pouco contribuiriam nessa circunstância, dada a extensa bibliografia existente e os permanentes debates sobre o tema. No entanto, a proximidade visceral desses adolescentes com o trabalho do agente e a nossa intenção de retratar aqui o cenário do seu trabalho nos impuseram uma breve aproximação com o tema, que faremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO I - O ADOLESCENTE PRIVADO DE LIBERDADE – UMA BREVE APROXIMAÇÃO TEÓRICA

1.1 - A PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: DO TRATAMENTO PENAL INDIFERENCIADO À RESPONSABILIZAÇÃO DOS AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS

Para compreendermos as circunstâncias que culminaram na criação dos atuais centros de internação é importante que façamos uma leitura sobre o século passado, mais precisamente à década de vinte. A partir da experiência argentina, em 1919, os anos que se seguiram foram marcados por mudanças na legislação em vários outros países da América Latina, tendo como base a doutrina da situação irregular. Até então, crianças, adolescentes e adultos conviviam em espaços comuns em privação de liberdade, o que foi chamado por Méndez (1998) de tratamento penal indiferenciado. Em 1923 foi criado, no Brasil, o Juízo de Menores e, em 1927 foi promulgado o primeiro Código de Menores Brasileiro, de caráter tutelar. Esse autor acentua que a especificidade jurídica da infância tinha caráter estritamente penal. A condição de exclusão das famílias dessas crianças e adolescentes era tão grande que passaram a nomear os “incluídos” como adolescentes e os “excluídos”, como menores. Então, para os primeiros, uma lei baseada na doutrina da situação irregular seria indiferente, pois seus eventuais conflitos seriam resolvidos por outras vias judiciais. Já para os “menores”, toda lei que se baseasse nessa doutrina teria o poder de decidir sobre cada um dos movimentos de sua vida, “desde sua entrada coativa nos circuitos da assistência social até a facilidade nas declarações judiciais do estado de abandono, ante-sala do corte decisivo e irrevogável de destruição da própria identidade” (id. p:31).

Em resumo, o itinerário do tratamento às crianças e adolescentes no Brasil teve como ponto de partida um sistema de tratamento penal indiferenciado para crianças, adolescentes e adultos até a década de vinte, do século passado. Em seguida, passou por um período, de característica tutelar, que durou aproximadamente setenta anos, e depois, para uma terceira etapa, que tem como característica principal a responsabilidade penal dos adolescentes (MENDEZ, 1998). Esse autor faz um paralelo entre o modelo de tratamento penal indiferenciado, às propostas que considera “ignorantes e cínicas”, de redução da idade na imputabilidade penal.

O período que se seguiu à introdução do Código de Menores Brasileiro é marcado pela criação do Laboratório de Biologia Infantil, controlado por médicos que tinham a função de auxiliar o Juízo de Menores na avaliação dos determinantes da delinquência, amparando-se na dicotomia de normalidade e anormalidade (BRITO, 2000). Com as recomendações desses médicos para a internação de jovens com “QI abaixo de 40”, a inexistência de instituições para essa finalidade passou a incomodar os juízes e, em 1941 foi criado o Serviço de Atendimento ao Menor (SAM). Em pouco tempo essa instituição se tornou alvo de críticas dos profissionais e da própria sociedade, por ter “características de reformatório, fundamentada no modelo correcional repressivo, sem pessoal especializado para atuar com os internos” (id. p: 117). A doutrina da situação irregular seria dirigida a uma categoria constituída por quatro tipos de menores: os carentes, os abandonados, os inadaptados e os infratores. Para Costa (2006), duas dessas situações estariam subordinadas diretamente a decisões judiciais: os abandonados e os infratores. Esse autor argumenta, porém, que todos esses casos, por representarem situações de risco, foram remetidos à justiça de menores.

Méndez (1998) identifica três momentos que marcariam o nível de deterioração da condição material da infância no Brasil. O primeiro deles refere-se a “criança abandonada da década de 60”, quando as causas individuais de corte psicologista prevaleciam. Para Brito (2000) esse momento marca o aparecimento da modalidade de atendimento por equipes multidisciplinares no tratamento individualizado das patologias. Em segundo lugar, o “menino de rua” das décadas de 70 e 80. Aquele autor aponta que na primeira metade da década de oitenta, predominaria uma visão de que tal fenômeno seria o prenúncio de um colapso definitivo do sistema. A partir do meio da década de oitenta ocorreria uma “inversão de paradigma” e o predomínio de uma leitura das necessidades no que se refere a direitos, que redundariam na produção do Estatuto da Criança e do Adolescente. Por último, Méndez (op. cit.) consideraria a questão do adolescente infrator como um fenômeno mais relacionado a “campanhas bem sucedidas de alarme social do que como crescimento qualitativo e quantitativo da entidade real do problema”⁹ (id. p: 143).

Para reforçar tal argumento, esse autor afirma que existiriam três fontes possíveis de informação para medir a dimensão do tema delinquência juvenil, que seriam as estatísticas oficiais, as investigações setoriais específicas e a opinião pública. O problema, para ele, estaria no fato de que “além das dificuldades intrínsecas que as duas primeiras fontes devem

⁹ Méndez (1998) se refere ainda à criminalização da pobreza ao mencionar a falsa ideologia tutelar contida na doutrina da situação irregular. Esse tema e o “alarme social” em relação à participação de crianças e adolescentes em atos infracionais considerados graves são tratados com muita pertinência por Wacquant (2001) e Glassner (2003).

afrontar, ainda em situações político-econômico-institucionais ideais, existe o problema adicional dos parâmetros objetivos para realizar tal medição. E acrescenta: “Por isso, as deficiências parciais e totais das duas primeiras fontes tendem, no movimento quase fisiológico, a ser acobertadas pela menos objetiva e mais distorcível das fontes que é a denominada opinião pública” (p:141). Ele ressalta, ainda, dois canais utilizados, que considera equivocados, como resposta ao problema da delinquência: o retribucionismo repressivo, que consiste no aumento indiscriminado da repressão, e o falso paternalismo anticidadão, que aceitaria como certa a existência de um vínculo automático entre pobreza e criminalidade.

Em 1979, o Código de Menores foi instituído através da lei 6697, também baseado na doutrina da situação irregular. Costa (2006) remete a duas dinâmicas a construção do novo direito da infância e juventude que estaria por surgir: uma interna, relacionada ao avanço do processo de democratização; e uma externa, movida “pela série de anos internacionais promovidos pelas Nações Unidas: Ano Internacional da Mulher, Ano Internacional da Criança, Ano Internacional da Juventude e assim por diante” (p:17). Em novembro de 1989 a Assembléia Geral da ONU aprovou, por unanimidade, o texto da Convenção Internacional dos Direitos da Criança. Esses passos foram muito importantes para a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. Essa lei modificou radicalmente os parâmetros jurídicos da discussão, e o adolescente “deixou de ser, no Brasil, uma vaga categoria sociológica à qual pode-se impor medidas (penas-sofrimentos) de caráter indeterminado, para converter-se na precisa categoria jurídica de sujeito dos direitos estabelecidos na doutrina da proteção integral” (MENDEZ, 1998, p: 140).

Essa mudança encontra forte expressão no que se refere ao adolescente que transgredir as normas estabelecidas, que deixam de se caracterizar enquanto crime, como nos mostram Francischini & Campos (2005):

Logo, ainda que os adolescentes se encontrem sujeitos a todas as conseqüências dos seus atos infracionais, não são passíveis de responsabilização penal. Cabe-lhes, nesses casos, medidas socioeducativas, cujo objetivo é menos a punição e mais a tentativa de reinserção social, de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. (p: 268)

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê seis principais medidas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semi-liberdade e internação em estabelecimento educacional.

Em seu artigo 121, esse estatuto define o caráter da medida privativa de liberdade, que poderia ser aplicada somente nas seguintes situações: I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II – por reiteração ao cometer outras infrações graves; III – por descumprimento reiterado e injustificado da medida anteriormente imposta. O artigo 123 estabelece a obrigatoriedade da oferta de atividades pedagógicas pela instituição responsável pela execução da medida.

Os “estabelecimentos educacionais” previstos no ECA são os centros de internação ou centros socioeducativos. São unidades que privam totalmente o adolescente de liberdade, sendo que tal privação deve ser *sujeita aos princípios da brevidade, excepcionalidade, e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento*¹⁰. Sua prescrição legal é de uma medida que demanda contenção e segurança dos adolescentes, mas que deve respeitar a condição de pessoa em desenvolvimento, oferecendo atividades pedagógicas e acompanhamento de saúde física e mental. Exige-se, ainda, que a unidade de internação seja provida de estrutura física adequada e um quadro de pessoas tecnicamente capacitadas.

Nas unidades de internação encontram-se adolescentes que cumprem a mais severa das medidas socioeducativas. Além das situações descritas acima, a sentença de internação deriva do juízo de que uma medida de meio aberto não responderia suficientemente em sua proposta de responsabilização e seria inviabilizada por um suposto risco decorrente das atitudes dos adolescentes durante o seu cumprimento, ou mesmo, pelo fato de o adolescente descumpri-la.

São esses adolescentes, presumidamente mais “perigosos” que passam a viver vinte e quatro horas por dia juntos, em um ambiente propício ao surgimento de trocas, que podem gerar entre si alianças e apoios, bem como criar ou reativar “guerras”. Do mesmo modo que alianças e apoios entre os internos podem ter caráter de mútua ajuda, que contribuam em um processo de re-significação do ato cometido, podem se dar com vistas a transgressões ao regulamento interno. O trabalho do agente socioeducativo se conecta a qualquer dessas duas vias numa posição de extrema importância. Salles (2003), em seus estudos sobre o DEGASE, no Rio de Janeiro, pondera:

Estariamos afirmando que o que causa as rebeliões é a relação entre os internos e os agentes? Temos razão para acreditar que, em alguma medida, sim. Aliás, ouvimos de muitos agentes educacionais que “dando papo furado

¹⁰ Artigo 121 do Estatuto da Criança e Adolescente.

e barriga cheia, não tem rebelião”, ou seja, os internos necessitam ser melhor tratados recebendo comida, cuidados e alguma atenção.(p: 44)

Outras tantas trocas se dão nesse espaço entre os internos e os trabalhadores. Salvo raras exceções, vemos que entre os trabalhadores das unidades de internação, aqueles que mais participam do cotidiano do adolescente são os agentes socioeducativos. O sistema de turnos de 12 horas de trabalho, alternando com 36 horas de descanso, estabelece o convívio do agente com o interno por 12 horas ininterruptas, dia sim, dia não. As demandas apresentadas pelo interno, sejam fisiológicas, psicológicas, ou de outra ordem, colocam esse trabalhador como interlocutor imediato.

Descreveremos, a seguir, o histórico da consolidação desses estabelecimentos no Estado de Minas Gerais.

1.2 - BREVE HISTÓRICO DAS UNIDADES DE INTERNAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

A Superintendência de Atendimento e Reeducação do Menor Infrator (SAREMI), foi criada em 1988, subordinada à Secretaria Estadual de Interior e Justiça. Em 2003, foi substituída pela Superintendência de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SAMESE), cuja sigla, em seguida, foi mudada para SAME, e passou a integrar a estrutura da Secretaria de Defesa Social, gestada com o objetivo de catalisar as políticas de segurança pública do estado. Em 2007, foi criada a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas - (SUASE), alçando a responsabilidade pela administração das medidas de internação e semiliberdade a uma nova condição no organograma estatal.

Trabalhadores entrevistados por nós que testemunharam um evento ocorrido em 1999, o identificam como ponto de partida para o modelo de internação adotado atualmente em Minas Gerais. Houve uma rebelião - com a morte de um interno e três feridos graves - e a quase total destruição de uma unidade de internação em Sete Lagoas. Vários dos adolescentes rebelados foram encaminhados a Belo Horizonte, e, na ausência de locais apropriados à internação na capital, chegaram a ficar perambulando pela cidade em viaturas policiais por quase um dia. Assim, serviram como instrumento de pressão política do Juizado da Infância e Juventude e entidades de defesa dos direitos da criança e adolescente sobre o governo do

estado.

Essa pressão teve fortes efeitos na política de atendimento ao adolescente em conflito com a lei. A então Secretaria de Justiça do Estado de Minas Gerais realizou, em regime de urgência, uma reformulação de parte do prédio da Penitenciária Feminina Estevão Pinto (PIEP), que foi ocupada por esses adolescentes e jovens e passou a ser chamado Centro de Internação do Adolescente (CIA BH).

Nessa fase inicial, os internos foram mantidos encarcerados, com direito a apenas meia hora de banho de sol, sob forte aparato policial, e contavam com alguns atendimentos dos técnicos da unidade de Sete Lagoas, que se deslocavam duas vezes por semana para atendimento no CIA-BH. Essa configuração durou aproximadamente dois meses, e com a formação de uma equipe multidisciplinar a transição foi feita lentamente. Um trabalhador da equipe técnica dessa fase do CIA-BH descreve o cenário:

Nós chegamos em janeiro, mas isso não quer dizer que a polícia saiu. Teve uma transição, eles ficaram até março, mais ou menos, que nós ficamos com a polícia junto. Tanto é que nós fazíamos atendimento com policial do lado, armado, com cachorro, porque não podia fechar a porta, não podia atender o adolescente sem algema. (psicólogo)

Paralelamente à tentativa de adequação do espaço, a contratação desses profissionais em cargos considerados “técnicos” trouxe algo novo para o atendimento. Contrapondo-se radicalmente a esse movimento, na mesma unidade, o aspecto da segurança herdaria modelos enraizados, pois agentes penitenciários, com experiência estritamente prisional, foram alocados. O relatório da IV Caravana Nacional de Direitos Humanos¹¹ descreveu esse cenário no ano de 2000, quando a Polícia Militar já não mais atuava permanentemente na vigilância externa:

*O CIA conta com uma boa retaguarda técnica, com jornada de 6 horas de trabalho por dia, composta por um advogado, 3 psicólogos, 1 psiquiatra, 3 assistentes sociais, 2 médicos, 2 pedagogos, 1 terapeuta ocupacional, 1 professor de Educação Física e 1 instrutor de atividades manuais. O CIA dispõe de 80 monitores que se revezam em 4 plantões de 12 horas por 36 de folga. O salário de um monitor é de, aproximadamente, 650 reais. **Quanto ao pessoal, as deficiências maiores estão entre os monitores que trabalham, quase todos, em contrato emergencial e que não possuem, em regra, formação adequada.***

¹¹ Essa caravana foi composta por representantes de várias entidades de defesa dos direitos humanos. No ano 2000 a IV Caravana visitou dezenas de unidades de internação no país, teve como produto um relatório sobre suas condições de funcionamento e foi intitulada “Uma amostra da situação dos adolescentes privados de liberdade nas Febems e congêneres”. Em Minas Gerais foram visitados o CEIP, o CIA e a Delegacia de Orientação do Menor – DEOM, que hoje se chama DOPCAD.

O caráter de provisoriedade no uso de parte da Penitenciária Feminina Estevão Pinto, encerrou-se com a construção definitiva do CIA-BH em um terreno vizinho, hoje chamado de Centro Socioeducativo Santa Terezinha (CSEST).

A inauguração do Centro de Atendimento ao Adolescente (CEAD) é anterior aos fatos que descrevemos acima. Talvez pela excepcionalidade dessa gestão e pelo fato de o governo do estado concentrar a maior parte das informações sobre a medida de internação, percebemos que a entrada do CEAD em cena praticamente não aparece nos relatos sobre a história dessas unidades em Minas Gerais. Trata-se de uma experiência reconhecidamente exitosa e marcada, em grande parte, pelo atendimento a adolescentes de 12 a 16 anos de idade. Essa unidade foi inaugurada em 1998, a partir da iniciativa do juiz Tarcísio Pereira da Costa, que mobilizou empresários e fez um acordo com a prefeitura de Belo Horizonte para funcionamento em caráter temporário, pois a medida de privação de liberdade não era atribuição do município. Esse acordo condicionou a abertura da unidade à implantação da medida socioeducativa de Liberdade Assistida, e se deu por convênio com a Providência Nossa Senhora da Conceição. O que era para ser temporário acabou por se estendendo e em 2004 essa unidade foi assumida por gestão compartilhada entre o estado e a Inspeção São João Bosco, da congregação católica salesiana.

No ano 2000 foi inaugurado um novo Centro de Internação Provisória, o CEIP Dom Bosco, em substituição às instalações construídas em 1994, que eram bastante precárias. É uma unidade que funciona ainda hoje, no mesmo local, com a peculiaridade de servir como internação provisória, prevista pela lei para o prazo de quarenta e cinco dias, enquanto o adolescente aguarda a sentença que define qual medida sócio-educativa terá que cumprir. Quase sempre operando com superlotação, o CEIP Dom Bosco, atualmente, é palco frequente de tumultos, rebeliões e tentativas de fugas.

Em agosto de 2001, entrou em atividade uma unidade de internação em Belo Horizonte, na região do Barreiro, que foi assumida pela UBEE, dos maristas, o CEMMAC. O trabalho neste centro buscou superar a mentalidade prisional que prevalecia entre os agentes, ao propor a contratação de pessoas que não atuavam na área de segurança, investindo na capacitação desses trabalhadores, com ênfase nos aspectos educativos; muito embora sua arquitetura interna mantivesse forte característica prisional.

Em 2002, em Ribeirão das Neves, a Congregação dos Religiosos Terciários Capuchinhos iniciou a administração do Centro Socioeducativo Dom Luís Ammigó e Ferrer, que, apesar de estar nesse município, era vinculado à comarca de Belo Horizonte.

Durante algum tempo essas duas unidades – CEMMAC e Dom Luís Amigó e Ferrer - obtiveram o reconhecimento na rede local de atendimento à criança e ao adolescente por uma atuação diferenciada. Embora cada gestor tivesse norteadores pedagógicos próprios, mostraram adequações às proposições do Estatuto da Criança e Adolescente que não eram facilmente encontradas nas unidades administradas diretamente pelo governo do estado. O convênio estabelecido com essas unidades previa, ainda, o reforço na segurança com a disponibilização de agentes socioeducativos contratados pelo estado.

No ano 2000 foi criado o Centro Sócio-educativo São Jerônimo, que é o único a atender adolescentes do sexo feminino na região metropolitana de Belo Horizonte, em situação provisória ou com sentença de internação.

A busca de vagas para internação provisória resultou na reforma do prédio conhecido historicamente como Abrigo Juvenil Masculino, da extinta FEBEM, onde foi inaugurado o Centro de Internação Provisória São Benedito, em 2006.

Nesse mesmo ano, o convênio do CEMMAC foi extinto, e para agravar a carência de vagas no sistema naquele momento, uma nova unidade que estava na fase final de construção, não foi assumido pela UBEE, por falta de acordo entre as partes. Houve uma fase de transição e essa unidade entrou definitivamente em funcionamento sob gerência do governo do estado e, com o nome de Centro Socioeducativo Santa Clara. A arquitetura desse centro de internação, projetado com ênfase na evolução das fases de responsabilização dos adolescentes, privilegiaria o caráter pedagógico. Seu formato de vila, com menor quantidade de grades e amplos espaços de circulação, era propositalmente destituído de grandes recursos de contenção. Porém, ao ser assumido pelo governo do estado, encontrou dificuldades imensas nos aspectos disciplinares e passou por graves tumultos e rebeliões. A cada um desses episódios, os prédios eram parcialmente destruídos.

No ano de 2007, o Centro de Reeducação Dom Luís Amigó e Ferrer também foi assumido pelo governo do estado, recebeu o nome de Centro Socioeducativo Justinópolis e passou a integrar a comarca do município de Ribeirão das Neves.

O prédio que, de 2001 a 2006, fora utilizado pelo CEMMAC, foi reativado no ano de 2007 sob administração do governo do estado e passou a se chamar Centro Socioeducativo Santa Helena.

Em maio de 2008, a cidade de Belo Horizonte conta com apenas uma unidade de internação sob administração compartilhada, o CEAD. A entidade gestora é a Inspeção São João Bosco. Esse centro mantém a peculiaridade de atender apenas adolescentes de 12 a 16

anos, incompletos.

Vejam os cenários atuais das unidades de internação na região metropolitana de Belo Horizonte:

Tabela 1 - Unidades de internação da RMBH

ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
UNIDADE ¹²	REGIME	PÚBLICO
Centro de Internação Provisória Dom Bosco	Internação provisória	Sexo masculino entre 12 e 18 anos
Centro de Internação do Adolescente São Jerônimo	Internação e internação provisória	Sexo feminino entre 12 e 18 anos
Centro de Internação do Adolescente Santa Terezinha	Internação	Sexo masculino entre 16 e 18 anos
Centro de internação provisória São Benedito	Internação provisória	Sexo masculino entre 12 e 18 anos
Centro Socioeducativo Santa Clara	Internação	Sexo masculino entre 12 e 18 anos
Centro Socioeducativo Santa Helena	Internação	Sexo masculino entre 12 e 28 anos
Centro Socioeducativo Justinópolis	Internação e internação provisória	Sexo masculino entre 14 e 18 anos
GESTÃO COMPARTILHADA		
Centro de Atendimento ao Adolescente – CEAD	Internação	Sexo masculino entre 12 e 16 anos

Fonte: Site oficial da Secretaria de Defesa Social

Se considerarmos todo o estado de Minas Gerais, perceberemos nas cidades de médio porte¹³, a predominância de centros administrados por gestão compartilhada, em sua maioria, tendo as prefeituras locais como parceiras da SEDS. Entretanto, na região metropolitana de Belo Horizonte, o percurso é inverso, o governo estadual assume progressivamente a gerência das unidades, paralelamente à ampliação de ofertas de vagas para internação. Em 2003 funcionavam nessa região três centros de internação administrados por

¹² A nomenclatura das unidades encontra diferenças de registro nas fontes pesquisadas. Devido a isso poderemos encontrar divergências nos nomes, que nem sempre se devem apenas à cronologia do acesso à fonte. Dois exemplos: o Centro Socioeducativo Santa Terezinha, também é chamado de Centro de Internação Santa Terezinha e CIA-BH, conforme placa exposta no prédio da unidade. O Centro Socioeducativo Justinópolis apareceu, em algumas fontes, com o nome de Centro Socioeducativo São Camilo. .

¹³ Governador Valadares, Juiz de Fora, Patrocínio, Uberaba, Uberlândia, Divinópolis, Montes Claros, Pirapora, Teófilo Otoni.

gestão compartilhada, cinco anos depois, há apenas um nessa condição. Por outro lado, naquele ano estavam em funcionamento quatro unidades geridas pelo governo do estado, subindo para sete, até maio de 2008. O número de vagas saltou no mesmo período de 420 para 1004, incluindo as unidades do interior e os centros de semiliberdade.

Entre as pessoas e instituições que atuam com medidas sócio-educativas percebe-se o discurso favorável à busca da responsabilização dos adolescentes em conflito com a lei através de medidas de meio-aberto. Constata-se que autores de infrações com menor potencial ofensivo, que encontrariam nessas medidas maiores possibilidades de responsabilização, acabam sendo direcionados aos centros sócio-educativos, e em alguns casos, ao sistema prisional, cuja segregação evidencia um flagrante desrespeito ao princípio da excepcionalidade presente na medida de internação. Priuli e Moraes (2005) registram experiências bem sucedidas com medidas em meio aberto em onze estados do Brasil.

A SUASE criou, no ano de 2007, a Superintendência de Medidas em Meio Aberto e Articulação da Rede Socioeducativa (SUMAR), que tem como objetivo fomentar nos municípios a criação de alternativas à privação de liberdade. Tais possibilidades estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e são de responsabilidade do município, mas encontram problemas em sua efetivação, conforme constatação do Ministério Público¹⁴, de que metade dos municípios do estado não conta com a medida de Prestação de Serviços à Comunidade e quase setenta por cento deles não executa a medida socioeducativa de Liberdade Assistida.

¹⁴

Fonte: Centro de Apoio Operacional (CAO) Ministério Público de Minas Gerais

CAPÍTULO II

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O tema trabalho é tratado nos vários campos de saberes, o que gera, a nosso ver, a possibilidade de ocorrerem leituras reducionistas e equivocadas. Nas duas últimas décadas, por exemplo, diversos teóricos têm defendido que o trabalho perdeu sua força e, conseqüentemente, não pode mais ser considerado com uma categoria central para o homem. Dentre as razões encontradas para tais posicionamentos, se sobressaem os avanços tecnológicos e as velozes mudanças econômicas ocorridas no final do século XX, em que os níveis de desemprego aumentaram e novas formas de produção surgiram. Tais análises evidenciam, de modo geral, a desconsideração do sentido trans-histórico do trabalho, reduzindo-o a uma determinada configuração histórica, o do modo de produção capitalista¹⁵.

O presente estudo, que busca compreender as mediações entre determinada forma de trabalho e a saúde do seu efetivador, inspira-se na afirmação do filósofo José Chasin, de que para se compreender o homem há que se partir do trabalho, e, em qualquer época ou modo de produção existente; este, enquanto um fim em si, possibilitaria a autoconstrução humana. Lima (2003) explicita essa dimensão:

[...] o homem se produz, ao mesmo tempo em que modifica a natureza e, através dessa ação, consciente e proposital, ele realiza sua subjetividade na materialidade objetiva. Portanto, ao compreender o trabalho, podemos efetivamente apreender como se dá o interfluxo subjetividade/objetividade, o que, no nosso entender, é a chave para compreensão dos processos psicológicos humanos. (Id., p: 44)

Embora atribuam as mais variadas finalidades à obra do filósofo alemão Karl Marx, o que ele buscou incessantemente foi a compreensão dos processos de individuação, pois, para ele, seria a avaliação qualitativa das individualidades que informariam sobre as

¹⁵ Em decorrência disso, confundem trabalho concreto com trabalho abstrato ou desconsideram suas diferenças, referindo-se a uma crise no trabalho em geral e não no que realmente ocorre, que é a crise do trabalho abstrato.

formas de sociabilidade, das quais aquelas seriam a síntese máxima (Chasin, 1999). Para Lima (op. cit.), o psicólogo teria como tarefa básica “compreender como se dá a produção dos indivíduos em uma dada época, a partir do desvendamento das formas de interação social e das formas de produção e reprodução da existência”. Concluímos, portanto, que a compreensão de como se dá a articulação entre subjetividade e objetividade somente será possível a partir do trabalho (p. 44-45).

Também orientado pela produção de Marx, Politzer (1998), em *Crítica dos Fundamentos da Psicologia*, contrapõe uma psicologia materialista a uma psicologia idealista. Nesta, segundo ele, “ao invés de se estudar os fatos humanos que são reais, inventa-se um mundo novo que não tem qualquer realidade”. Ao separar os fatos psicológicos do indivíduo singular, cairíamos no plano abstrato, por isso, afirma: “Eis a virtude verdadeiramente fundamental da psicologia concreta; pois esta é essencialmente uma psicologia que renuncia a todos os procedimentos pelos quais o drama humano pode ser transformado em ‘vida interior’” (p:189)..

As críticas de Politzer, realizadas na primeira metade do século XX, encontrariam suposta adesão por parte de vários estudiosos da psicologia e psiquiatria. Mas, no campo da Saúde Mental e Trabalho (SMeT), sua influência mostraria maior legitimidade nos trabalhos do francês Le Guillant (2006), que propôs o desenvolvimento de uma abordagem “que permitisse demonstrar a existência de uma relação entre tal condição de vida ou de trabalho e o surgimento, a frequência e a gravidade dos distúrbios mentais” (LIMA, 2003, p: 60). Ele o fez numa tentativa permanente de articular o singular e o coletivo, e afirmou que “(...) certas atividades profissionais constituem fatores patogênicos absolutamente incontestáveis. Predisposições, seja qual for sua natureza, não podem absolutamente explicar a frequência anormal de distúrbios mentais em certas profissões” (LE GUILLANT, 1954, in. LIMA 2006).

Ele afirma, conforme exposto por Lima (2003):

“Em se tratando de fenômenos psíquicos, a tarefa de decifrar os mecanismos que operam as suas relações com o trabalho, impõe uma abordagem capaz de identificar as características do trabalho, interpretar as evidências clínicas e entender como tudo isso se articula com a história de vida do paciente”. (p: 215)

O resgate biográfico, de acordo com Le Guillant (op. cit.), se daria, essencialmente, através de entrevistas em profundidade com os trabalhadores, e entrevistas com pessoas próximas e familiares. O material coletado visa, no presente estudo, enriquecer a

Análise Psicossocial do Trabalho - APT, que tem por finalidade desvendar as possíveis articulações entre os aspectos psíquicos e sociais, entre as dimensões objetivas e subjetivas presentes no processo de trabalho.

Para compreender as possíveis articulações entre o trabalho e saúde mental, o psiquiatra francês não poupou esforços em adotar os mais variados instrumentos. Ele sabia da importância dos dados epidemiológicos, mas também da utilização de entrevistas, questionários e observações, atentando, igualmente para a evolução de sintomas físicos em pacientes – através do acompanhamento de laudos e exames médicos. Como descreve Lima (2003):

Trata-se de uma abordagem que chamou de “pluridimensional” e que consiste em “ir e vir sem cessar de uma perspectiva a outra: os dados estatísticos nos enviando para casos particulares [...]” e estes nos reenviando para os dados estatísticos e da realidade em geral. (p:61)

Seu esforço no sentido de elucidar certos fenômenos, incluía ainda o mergulho em produções jornalísticas e literárias sobre o tema, como pode ser visto na famosa análise do crime das Irmãs Papin, na qual aprofundou na compreensão do trabalho das empregadas domésticas.

O “Caso de Marie L” (in Le Guillant, 2006, op. cit.) é também essencial para entender sua proposta. Tal estudo é emblemático e de grande importância para a investigação que estamos propondo, pois expõe, pela primeira vez, o método biográfico. Le Guillant resgatou, minuciosamente, a trajetória pessoal e profissional de Marie L, buscando estudar os motivos dos seus problemas oftalmológicos e psíquicos, além de suas possíveis relações com o trabalho que realizava.

A busca para se conhecer detalhadamente as condições materiais e organizacionais do trabalho, pode ir além da APT, segundo Lima (2001a):

[...] sempre que é possível, o processo abrange as duas análises: a Análise Ergonômica do Trabalho (A.E.T.) e a Análise Psicossocial do Trabalho (A.P.T.). Embora o ponto de partida seja sempre a tentativa de apreender o trabalho real, através da A.E.T., a partir de certo momento, ambas as análises passam a ser realizadas simultaneamente e seus resultados confrontados e articulados. Assim, a A.E.T., baseando-se na observação direta dos sujeitos em situação de trabalho, buscar coletar dados referentes às agressões ambientais, ritmos, distribuição formal e informal das tarefas, horários, escalas, qualidade das matérias-primas, formas de concepção e de realização do trabalho (ou trabalhos prescrito e real), modos operatórios e habilidades exigidas. (p:5)

No entanto, nossa opção por aderir à AET e APT encontrou alguns obstáculos. A solicitação que fizemos para realizar observações dentro das unidades não foi aceita inicialmente pelos gestores dessa política sob alegação de motivos de segurança e do recorrente incômodo que representou em outras ocasiões a entrada de pesquisadores nas unidades, fazendo do local um observatório, sem as devidas contrapartidas, ao final da pesquisa.

Diante da impossibilidade de realizar observações diretas do trabalho dos agentes, decidimos procurar trabalhadores que havíamos conhecido quando de nosso trabalho na rede de atendimento para que nos apresentassem outros colegas do sistema. Então, realizamos entrevistas - em profundidade e de cunho exploratório - com vários agentes, técnicos, ex-administradores e ex-agentes de unidades de internação e técnicos do Juizado da Infância e Juventude.

A partir daí, foi possível a realização de dois estudos de caso de trabalhadores que atuam no sistema socioeducativo. Como veremos, esses sujeitos trabalham há muitos anos como agentes, afirmam encontrar sentido no trabalho e mostraram que desenvolveram estratégias individuais para lidar com os fatores patogênicos que afetam grande parte desses trabalhadores. Ambos revelaram, que, em algum momento, também encontraram dificuldades quanto à manutenção da saúde, mas superaram. A seu modo e com histórias de vida completamente diferentes, estão retratados nesta pesquisa a partir de suas próprias palavras, pois, conforme Le Guillant, “esta linguagem popular, fruto de uma experiência individual e coletiva direta parece mais capaz de tornar perceptíveis os aspectos sensíveis das situações do que qualquer descrição – do exterior – que se pudesse fazer a seu respeito” (apud Lima, 2003, p: 215).

Essa abordagem metodológica se aproxima do método de História de Vida, em que se busca “apreender o vivido social, o sujeito e suas práticas na maneira pela qual ele negocia as condições sociais que lhes são particulares. Pede-se ao sujeito que conte sua história da maneira que lhe é própria, de seu ponto de vista e, através dessa história, tentamos compreender o universo do qual os sujeitos fazem parte” (BARROS e SILVA, 2002, p: 136). Também para Politzer (1998), conhecer o sentido do drama¹⁶ exige-se que se recorra ao relato do sujeito:

Com efeito, quaisquer que sejam as questões que se levantem a respeito do sujeito do relato, o psicólogo deve começar por interessar-se apenas pelo

¹⁶ Politzer alerta para o uso do termo “drama” desprovido de qualquer conotação romântica, designando-o como *fato*. (1998, p: 43)

*conteúdo, isto é, pela significação.[...] A significação dos comportamentos humanos só pode ser conhecida porque o homem expressa-se pela palavra, ou, se preferir, porque pensa. Todavia o que interessa ao psicólogo não é o pensamento em si, não é o pensamento que ele deve procurar captar através das suas encarnações: para efetuar sua pesquisa, não deve fazer abstração da **significação**, pois é ela que importa para a psicologia.(p.189, grifos do autor)*

Quanto às outras frentes de nossa pesquisa, somente a partir da criação da Diretoria de Gestão da Informação e Pesquisa (DIP), a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE) forneceu alguns dados sobre o sistema socioeducativo e a autorização para aplicação de questionários, realização de visita técnica e entrevistas no interior dos Centros de Internação. No entanto, isso se deu ao findar o prazo formal da pesquisa, e, mesmo diante dessa dificuldade, aplicamos questionários em 40 trabalhadores nos Centros de Internação Santa Helena e Santa Terezinha. No entanto, não houve tempo hábil para sua validação e retorno para nova aplicação. Apesar disso, a receptividade das administrações desses centros e a nossa opção por aplicar pessoalmente cada questionário possibilitaram certa proximidade com o cotidiano dos centros pesquisados e um contato maior com esses trabalhadores.

As visitas técnicas permitiram que fizéssemos observações de cunho ergonômico. A permanência por algum tempo, em turnos distintos, no espaço de atuação dos agentes possibilitou uma apreensão mais concreta dos elementos presentes nas condições e na organização do trabalho a que estão submetidos.

Os relatos sobre outros centros de internação, como, por exemplo, o Centro de Internação Provisória Dom Bosco (CEIP), o Centro Socioeducativo Santa Clara, os extintos CEMMAC e Dom Luis Ammigó e Ferrer, têm sua fonte no conhecimento que trazemos de nossa atuação na rede de atendimento a criança e ao adolescente, conforme mencionamos na introdução, e nas falas de agentes e técnicos em atividade ou desligados do sistema.

Outro esclarecimento importante refere-se ao fato de que nossa pesquisa se limitou, intencionalmente, aos agentes socioeducativos que atuam nas unidades de internação. Fomos informados que as unidades de atendimento à medida de semiliberdade também encontram problemas da mesma ordem, mas, visando buscar menor variedade possível de cenários, para delimitarmos o foco, decidimos nos restringir aos trabalhadores das unidades de internação.

Ainda tivemos acesso a documentos e publicações sobre o tema, a saber: relatórios de visita às unidades por entidades de Direitos Humanos e de defesa da Criança e

Adolescente, contratos de trabalho de agentes, atas de reuniões e regimento interno de uma unidade extinta, editais de concursos para agentes em vários estados, relatórios sobre tumultos, rebeliões e tentativas de fuga remetidos ao Juizado da Infância e Juventude e publicações diversas dos sites de Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais e da Secretária Especial de Direitos Humanos, em Brasília. Recorremos, ainda às matérias publicadas na imprensa escrita e televisiva.

Nossas tentativas de acesso a dados epidemiológicos foram pouco produtivas. Entre os caminhos para o levantamento desses dados estariam o Centro de Medicina do Trabalho (CEMED)¹⁷ - voltado aos trabalhadores contratados, e o setor de saúde mental do Instituto de Previdência dos Servidores dos Estados de Minas Gerais (IPSEMG), que atende os agentes sócio-educativos e confecciona o laudo a ser encaminhado à perícia. Nas inúmeras tentativas para agendar um encontro com o coordenador do CEMED, ficou patente sua esquivia.

Quanto ao IPSEMG, no contato com a chefia do setor de saúde mental, houve a manifestação de interesse pela pesquisa, e nos foi revelado que já está em andamento um levantamento sobre os órgãos de origem dos pacientes que procuram o setor. Após seis meses do nosso primeiro contato, essa pesquisa parecia não ter progredido, e ainda não havia dados disponíveis.

A própria Secretaria de Defesa Social (SEDS) encontra dificuldades na organização de informações sobre os agentes socioeducativos, pois o trabalho da Diretoria de Gestão da Informação e Pesquisa é muito recente. Até meados do ano de 2007, havia a dificuldade real em saber o total de agentes trabalhando na medida de internação, o que é agravado pelas rápidas mudanças nos quadros de cada unidade. Por isso, embora os dados quantitativos fornecidos pela SEDS limitem as possibilidades de análise, eles nos dão pistas importantes, mas não permitem um aprofundamento nas causas dos afastamentos por licença saúde. Porém, nossa incursão, pelas vias aqui descritas, serviu para dissipar quaisquer dúvidas que ainda restassem quanto a incidência significativa de problemas relacionados ao sofrimento psíquico nessa categoria profissional.

Funcionários de algumas unidades nos descreveram situações em que, pelo menos, um quinto dos trabalhadores estaria afastado do trabalho, por razões de saúde física e mental. Decidimos perguntar, em cada entrevista ou conversa informal com agentes socioeducativos, se conheciam algum colega afastado por transtornos mentais, e obtivemos a

¹⁷ Vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais

unanimidade de respostas positivas. È necessário esclarecer que esses trabalhadores atuam por turnos, e por isso, é comum integrantes de uma equipe desconhecerem agentes do mesmo local de trabalho, devido à rotatividade, aos desencontros provocados pelos turnos e à carência de treinamentos conjuntos.

Como dissemos, o “ir e vir” entre dados quantitativos e qualitativos, proposto por Le Guillant (2006), era a perspectiva que nos orientava quando decidimos realizar este estudo. Baseados nesse método, realizamos, na medida do possível, o diálogo entre as evidências epidemiológicas e as análises qualitativas. A forma encontrada para sanar as lacunas foi pelo contato com o “drama”, no sentido politzeriano, inclusive de muitos deles que não se afastaram de trabalho por problemas de saúde mental, mas reconhecem as dificuldades encontradas, através de sua própria experiência, e a de colegas que sucumbiram.

CAPÍTULO III

O TRABALHO DO AGENTE SOCIOEDUCATIVO

Para uma compreensão do surgimento dessa categoria profissional abordaremos sua história e os principais aspectos investigados no trabalho dos agentes socioeducativos.

3.1 SOBRE A CATEGORIA PROFISSIONAL DOS AGENTES SOCIOEDUCATIVOS

São bastante difundidas as críticas ao extinto modelo de atendimento da FEBEM. Denúncias recorrentes sobre os atentados cotidianos aos direitos humanos nessa instituição lhe garantiram um rótulo, que generalizou sua existência como o espaço da barbárie, por excelência, embora reconheçamos a existência de setores que, apesar de precárias condições materiais, buscavam oferecer um atendimento humanizado. Até a década de oitenta do século passado, o cenário no atendimento a crianças e adolescentes era amparado pela doutrina da situação irregular, ou seja, não era dirigido ao conjunto da população infanto-juvenil, mas apenas àqueles “menores em situação irregular”.

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, foram previstas dois tipos de medidas privativas de liberdade: a semi-liberdade e a internação. O agente sócio-educativo contratado pela Secretaria de Defesa Social pode ser designado, tanto para o trabalho em centros de internação, quanto nos centros de semi-liberdade. Quando submetidos a esta última medida os adolescentes têm que passar apenas a noite na unidade. Nossa pesquisa enfoca o trabalho dos agentes sócio-educativos que atuam em unidades de internação na região metropolitana de Belo Horizonte.

A adesão do governo do estado de Minas Gerais à propalada necessidade de se investir na ampliação de vagas em regime de privação de liberdade, tanto no sistema socioeducativo, quanto no prisional, vem ampliando o número de unidades de internação e prisionais, fomentando um novo campo de oferta de empregos. As exigências para contratação são modestas, e o salário que está em torno de R\$ 1.277,00 (um mil, duzentos e setenta e sete reais)¹⁸ é superior à média do mercado para trabalhadores da área de segurança com formação no ensino médio, e aos salários oferecidos a agentes em todos os outros estados da região sudeste¹⁹.

Os dados do mês de abril de 2008 mostram um número de 1387 agentes socioeducativos em todo o estado de Minas Gerais. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde concentramos nosso estudo, essa categoria possui 587 agentes:

Tabela 2: Número total de agentes lotados em Minas Gerais e na área pesquisada

UNIDADE	NÚMERO DE AGENTES	RELATÓRIO	LICENÇA
CEAD	32	0	3
CEIP – DOM BOSCO	106*	NR	NR
CEIP – SÃO BENEDITO	80	14	12
CRSSJ – SÃO JERÔNIMO	61	9	5
CSEJUS – JUSTINÓPOLIS	89	13	11
CSESC – SANTA CLARA	90	17	7
CSESH – SANTA HELENA	49	9	4
CSEST – SANTA TEREZINHA	80	13	7
Total na área pesquisada	587	75	49
Total em Minas Gerais	1.387	177	72

Dados referentes ao mês de abril/2008

Fonte: DIP/SUASE

*Durante esse levantamento ocorreu uma forte mudança no quadro de agentes lotados no CEIP DB, pois foram empossados mais de setenta trabalhadores, provocando a saída de alguns sob contrato e a demissão de pessoas

¹⁸ Valor pago em maio de 2008. Incidem sobre esse valor alguns descontos, mas há o acréscimo do benefício de um cartão Alimentação, cujo valor se aproxima de R\$ 170,00 e é atrelado ao alcance de metas do Acordo de Resultados.

¹⁹ De acordo com convenção coletiva de 2008 (Fonte: Site do Sindicato O Vigilante) o piso salarial do vigilante é de R\$870,00. Conforme editais, o salário inicial de agentes do sistema socioeducativo no estado do Espírito Santo está entre R\$ 672,00 e R\$ 970,00 (site: www.es.gov.br), em São Paulo equivale a R\$ 1.002,00 (site: www.casa.sp.gov.br), e no Rio de Janeiro R\$ 698,00, com acréscimos que podem aproximar de R\$ 1.000,00 (www.imesp.com.br).

afastadas por motivo de saúde, daí a insuficiência de dados sobre o “período relatório” e licença-saúde nessa unidade.

A tabela 2 também mostra os número de agentes afastados por estarem em cumprimento do “período relatório”²⁰ e licenciados por motivo de saúde. Reconhecemos a relevância da informação de que mais de 8% dos agentes da região pesquisada se encontravam afastados por motivos de saúde nessa época, mas não nos foi possível identificar maiores detalhes do adoecimento e até que ponto se devem a causas psíquicas. Além disso, as razões que mencionamos sobre os dados do CEIP Dom Bosco prejudicam nossa análise por não termos como afirmar o número de contratos que foram rescindidos ainda que os trabalhadores estivessem sob licença saúde.

Desde 1999, como mencionamos no trecho do relatório da Caravana Nacional dos Direitos Humanos, os agentes são contratados em caráter emergencial, por períodos de seis meses, com possibilidades de renovação²¹.

Nas unidades que contam com gestão compartilhada as especificidades de cada convênio é que ditam o nível de responsabilização das partes. Constatamos, a partir dessa realidade, que a variedade na formatação dessas parcerias repercute diretamente na organização do trabalho dos agentes socioeducativos. Não há equidade salarial entre trabalhadores submetidos a diferentes gestores, e, conseqüentemente, em relação aos contratados pelo estado. Há diferenças na qualidade dos planos de saúde dos trabalhadores, mas, especialmente, as possibilidades de qualificação desses trabalhadores ficam condicionadas às características do modelo gerencial adotado por cada gestor.

Nesse modelo, o próprio treinamento já evidencia as diferenças em relação ao estado, pois podem se estender desde técnicas operacionais, onde, por exemplo, se aprende a imobilizar o adolescente, a temáticas que buscam “melhorar as relações pessoais”, passando pela formação religiosa, que geralmente foca o campo doutrinário da congregação religiosa gestora. Segundo relato de trabalhadores do extinto CEMMAC, além das abordagens que acabamos de descrever, nessa unidade ocorreram treinamentos com ampla discussão do Estatuto da Criança e do Adolescente, encontros freqüentes para discussão coletiva do Plano Individual de Atendimento (PIA), construção do regimento interno, e reuniões diárias dos técnicos com as equipes de educadores sociais.

²⁰ Período de quinze dias a cada semestre em que o agente submetido a contrato a prazo tem direito (informal) a descanso, assim chamado em referência à confecção do relatório sobre o período trabalhado.

²¹ Aprofundamos essa discussão no item que trata dos Direitos Trabalhistas

Os agentes contratados pela Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais, em sua maioria, passam por processo seletivo realizado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento do Sistema Prisional e Socioeducativo (EFAP). Esse processo se dá por convocações a partir de um banco de currículos que *exige conhecimentos formais equivalentes aos adquiridos em curso de ensino médio completo*²² e privilegia a experiência do candidato no setor de segurança, mas não coloca essa característica como eliminatória. São realizados testes de conhecimento, psicológicos, investigação social e entrevista. Essa escola é responsável pelo recrutamento, seleção e treinamento dos trabalhadores do sistema prisional, assim, suas atribuições atingem um volume gigantesco, devido à rotatividade e à ampliação de vagas, tanto no sistema socioeducativo, quanto no prisional.

Um episódio, ocorrido em setembro de 2007, reflete os efeitos da admissão em regime de urgência de trabalhadores em meio a tamanha complexidade laboral. Antes de completar um mês de trabalho, um agente foi preso ao ser flagrado levando drogas para um interno. Na perspectiva moralista adotada na manifestação de alguns gestores e por parte da imprensa, o evento foi visto como uma ocorrência isolada, um delito cometido por um sujeito que “*passou a não mais integrar os quadros do governo*”²³. Não poderíamos, entretanto, deixar de escutar a alegação desse trabalhador sobre a coação sofrida quando os adolescentes que receberiam a droga ameaçaram matar seus familiares, caso não se concretizasse a entrega de mercadoria, o que foi confirmado no depoimento do adolescente envolvido²⁴. O agente declarou, ainda, que nunca havia trabalhado na área de segurança, não possuía antecedentes criminais - como constatou a própria investigação social do setor que o selecionou - e fez parte de um grupo de quase duas dezenas de agentes admitidos, em que, quase metade dos trabalhadores desistiu nos primeiros plantões. Pai de duas filhas – uma delas, recém-nascida, ele havia trabalhado como trocador de ônibus em duas empresas diferentes, sem apresentar problemas²⁵, e passou por um longo período de desemprego até ser admitido pela SEDS. O rendimento mensal líquido de um trocador corresponde a menos da metade do salário de um agente socioeducativo. Esse agente relatou que diante das primeiras pressões do interno, considerou o seu histórico recente de desemprego e, submetido à “disciplina da fome”

²² Fonte: Site oficial da Secretaria de Defesa Social

²³ “O agente socioeducativo Esrael Salomão Andrade e Castro, 25, foi preso em flagrante na manhã de ontem com uma pequena quantidade de maconha no bolso da calça. A prisão foi feita pela equipe de segurança do Centro de Internação Provisória (Ceip) do bairro Horto, em Belo Horizonte”. Jornal Hoje em Dia, 27.09.2007.

²⁴ Processo nº 002407771293-3, 3ª Vara de tóxicos, Belo Horizonte

²⁵ Referimo-nos especialmente a atitudes consideradas ilícitas, a demissão do último emprego estava relacionada às dificuldades encontradas pelo trabalhador devido a uma lesão no joelho.

(DEJOURS, 1987), sucumbiu às ameaças, extensivas à possibilidade de delação da coação ao supervisor de segurança²⁶.

Do ponto de vista formal, ocorreram alguns avanços, ainda que mínimos, quanto à modalidade de contratação de parte desses agentes, que foram submetidos a concurso público. O edital desse concurso foi publicado em agosto de 2006, e o primeiro grupo, composto por 76 trabalhadores iniciou sua atuação em abril de 2008 no CEIP Dom Bosco. No primeiro mês de trabalho, dois agentes concursados já passaram por afastamento da atividade por licença saúde, conforme informação de um colega da mesma unidade.

Em 10 de agosto de 2004, foi promulgada a Lei estadual 15.302²⁷ que instituiu a carreira do Agente de Segurança Sócio-educativo e representou um pequeno passo para a categoria. Entendemos que a existência da lei, por si só, não garantiu, até então, algum reconhecimento no trabalho ou definição de uma nova identidade profissional, como se constata nas afirmações de muitos trabalhadores dessa categoria, referindo-se à inexistência de vínculo empregatício e por se sentirem trabalhando como agentes penitenciários.

Em nossa pesquisa não ouvimos nenhum relato de agente socioeducativo que acene para a possibilidade de qualquer tipo de organização associativa e/ou sindical para discussão de questões que envolvam essa categoria. Escutamos depoimentos sobre tentativas anteriores que resultaram em desarticulação imediata do movimento através de demissão sumária dos participantes.

3.2 – ASPECTOS DO TRABALHO DO AGENTE SOCIOEDUCATIVO

3.2.1 - A Rotina dos agentes

Os agentes de segurança socioeducativos trabalham em turnos fixos de 12 horas, com 36 horas de descanso. Isso faz com que cada unidade tenha que contar com quatro equipes. Geralmente, o turno diurno é estabelecido das sete às dezenove horas, e o noturno, das dezenove às sete horas. A partir da avaliação do centro de internação, pode acontecer que, em determinadas épocas, alguns trabalhadores façam turnos com horários diferenciados

²⁶ Fonte: entrevista com o agente e sua esposa e consulta aos autos do processo

²⁷ Fonte: <http://hera.almg.gov.br>

dos descritos aqui, como por exemplo, de dez às vinte e duas horas, mas estes casos representam exceção.

As variações na rotina entre os vários centros de internação estariam, principalmente, na oferta de atividades internas e externas, na adesão ou não aos momentos de oração, no número de banhos dos internos, nos dias de visita e de ligação telefônica, e pequenas diferenças entre os horários mencionados no relato acima.

A primeira ação do dia é acordar o adolescente para tomar café. Caso algum deles não queira se levantar, pode ocorrer a insistência do agente, ou, dependendo do centro, ele é avisado que, nesse caso, “*vai ficar na tranca até na hora do almoço, não vai ter atividade*” (*ex-agente*).

Em geral, ocorrem momentos coletivos de oração, logo pela manhã. Em seguida, grande parte da movimentação das unidades é direcionada às aulas e atendimento dos técnicos. Há casos de centros de internação que têm alunos estudando externamente, em escola regular, e, no Centro de Internação Provisória, devido à peculiaridade da medida e a ocupação das salas como dormitórios, ou à superlotação, praticamente inexistem atividades pedagógicas.

Há uma escola da rede estadual chamada *Jovem Protagonista* que desenvolve as atividades escolares nessas unidades. Verificamos a presença de vários professores e a separação de turmas por disciplinas e níveis de escolarização. De maneira geral, o momento das aulas aparenta ser valorizado pelos internos, mas essa adesão está sujeita a oscilações. Há poucos registros de tumultos surgidos nessa atividade, que conta com a presença permanente de agentes na sala de aula. Em um deles, houve a agressão a um agente que teve a mão quebrada por um interno, que lançou-lhe uma cadeira, no Centro Socioeducativo Santa Terezinha, em 2005. Um ex-agente relatou-nos um plano frustrado de rebelião que se iniciaria com a tomada de professores como reféns. Segundo ele, a ação não se concretizou devido à oposição de parte dos internos à investida sobre os professores. Em uma rebelião, com fuga de dois adolescentes, ocorrida em 2 de outubro de 2007²⁸, no Centro socioeducativo Santa Helena, na revista policial foram apreendidos alguns lápis utilizados como chuchos²⁹.

No horário de almoço, no CEIP – Dom Bosco, são entregues “marmitex”³⁰ para que os adolescentes se alimentem nos alojamentos e a tampa é adaptada como talher, o que

²⁸ Jornal O Tempo, 03.10.07.

²⁹ Arma artesanal produzida a partir de parafusos, lápis, cadeiras, pilhas, colheres, vergalhões, etc.

³⁰ Refeição servida em recipiente de alumínio, conhecida em muitos lugares do Brasil por “quentinha”.

representa uma exceção, pois nas outras unidades socioeducativas as refeições acontecem nos refeitórios. Os internos utilizam pratos e colheres de plástico, que representam possibilidades para confecção de chuços. Há, ainda, os códigos informais entre os internos que são utilizados mais intensamente nos momentos de refeição. Há coisas que não podem ser ditas, gestos e posturas inaceitáveis e outras que são exigidas quando muitos internos estão ocupando o mesmo espaço, conforme explica um agente:

Tem as leis próprias. Dentro do refeitório, se tiver tomando café, se tiver almoçando, se tiver jantando, todo mundo respeita todo mundo. Então, vamos supor, se tiver no refeitório lá, não pode nem, dependendo do local, ele não pode nem espirrar, que os outros consideram falta de educação, aí pega ele é dá um "sacode". Então ele tem que levantar, sair correndo, "dá licença", ir lá pra fora, espirrar e voltar. É uma cultura besta, na hora que ele vai entrar para almoçar e os demais estão almoçando, aí ele fala "dá licença todo mundo". Tem que pedir licença porque os outros estão almoçando. Na hora de ele ir embora, levantar para sair, ele tem que falar: "dá licença todo mundo", porque senão é "atropelo", o que eles chamam de atropelo. (ex-agente)

Esses códigos trariam, por um lado, a garantia de um sistema de vigilância entre os próprios internos, diminuindo a possibilidade de conflitos. No entanto, eles reduzem, mas não eliminam, pois a transgressão a eles implica na punição imediata por parte de todos os outros internos, com conseqüências imprevisíveis. Daí a necessidade de vigilância pelos agentes em número proporcional à necessidade de uma eventual contenção.

O período da tarde é ocupado principalmente por oficinas e os atendimentos da equipe técnica. São oficinas de artesanato, em sua maioria. Deparamos com a produção de origami, tapetes, chaveiros, esculturas em madeira, bijuterias e produção de peças a partir de materiais recicláveis.

O momento das oficinas mostra-se como uma medida terapêutica e, ao mesmo tempo, como construção de possibilidades de geração de renda, pois os objetos produzidos podem ser vendidos. Por outro lado, é uma atividade em que os jovens e adolescentes têm acesso a materiais que podem se tornar armas artesanais, e, então, a relação de confiança, que seria central na proposta da oficina, fica parcialmente comprometida diante das exigências de vigilância. As oficinas profissionalizantes, como, por exemplo, pizzaiolo, padeiro, cozinheiro e cabeleireiro promovem aprendizado técnico mais direcionado ao

mercado de trabalho, mas são cada vez mais raras e, quando ocorrem, são oferecidas fora das unidades de internação, portanto, disponíveis apenas para o adolescentes que se encontram em condições de sair.

3.2.2 - A Comunicação entre os funcionários

As aulas podem ser intercaladas pelo banho de sol, momento em que alguns jovens que aguardam sua aula, ou que já cumpriram essa atividade, ficam na quadra, no saguão, ou na sala de televisão conversando entre si e com os agentes.

Esse momento pode gerar a impressão de relativa liberdade de circulação. De fato, os adolescentes e jovens circulam de um espaço a outro, mas sempre intermediados por grades, e, em alguns casos, à entrada no alojamento ao retornar de alguma área externa, é feito o procedimento de revista, que é chamada de “dar geral”. Essa circulação pressupõe o conhecimento dos agentes sobre a situação particular de cada interno. Se um adolescente estiver fazendo artesanato no alojamento, enquanto a maioria já está em aula, ou se um jovem se encontra ainda deitado em sua cama nesse horário, pressupõe-se uma permissão de algum funcionário que é amparada em alguma informação específica sobre aquele interno.

Essa variedade de informações complexifica o trabalho do agente, em especial, quando este é confrontado com questionamentos dos próprios adolescentes sobre o que é permitido aos outros internos, que pode ser interpretado como privilégio. No entanto, muitas dessas informações não se concretizam e o agente se vê, muitas vezes, diante da cobrança de explicações que não possui ou mesmo exigindo do interno obediência a regras que este foi autorizado por outro funcionário, circunstancialmente, a burlar.

Por mais que as unidades busquem aperfeiçoar os mecanismos de comunicação isto leva, às vezes, a uma burocratização excessiva. Além disso, a alternância de quatro equipes dificulta o compartilhamento preciso de informações sobre cada um dos internos. O principal recurso utilizado é um livro de registro de cada plantão, onde devem ser relatados os eventos ocorridos e os comportamentos ou solicitações dos internos considerados merecedores de atenção especial. O registro serve, ainda, para respaldar a equipe quanto a eventuais consequências de fatos potencialmente geradores de problemas ocorridos naquele plantão.

Além disso, a troca de plantão é marcada por comunicações informais sobre o

“clima” na unidade, frutos de um saber prático, nem sempre passíveis de reprodução no registro escrito. Um bom exemplo disso é quando um agente que está encerrando o plantão diz ao colega que está iniciando o trabalho que “o tempo não está bom lá embaixo” referindo-se a certa agitação nos alojamentos, ou, simplesmente, “tá tranquilo”, no caso inverso.

Devido ao caráter de “instituição fechada” dos centros de internação as exigências quanto à comunicação tendem a ser ampliadas. Mas, de maneira geral, o trabalho social traz essa característica, muito bem retratada por Villate et al.(2007, p: 503): “Cotidianamente, o trabalhador social escuta, aconselha, exorta, prescreve, pede, faz falar, traduz, serve de porta-voz, tenta convencer: em suma, ele fala – com os usuários, com seus superiores, com as instituições e com os outros trabalhadores sociais”.

3.2.3- A persuasão como instrumento

Qualquer uma das atividades realizadas no cotidiano de uma unidade de internação pressupõe a possibilidade de recusa ou boicote de um ou mais internos, e como nessas instituições, atitudes dessa natureza exigem posturas mais dialógicas que repressivas (mais comuns e, algumas vezes, mais perversas no sistema prisional) uma manifestação de um adolescente que poderia ser considerada rotineira pode se agravar e demandar muitas horas de negociações. Percebe-se que uma estratégia adotada por muitos agentes é a adesão aos códigos de linguagem dos internos, que além de utilizarem as gírias comumente adotadas em grandes centros urbanos por grupos juvenis excluídos socialmente, cunham expressões próprias às instituições e ao sistema em que se encontram.

O depoimento de um psicólogo que atuou em vários centros de internação, evidencia a importância da persuasão no controle de sublevações nas unidades. Para ele, “muitas rebeliões foram evitadas no centro graças à habilidade na conversa com os adolescentes, no gogó mesmo”. Esta representa também uma percepção de Salles (2003) mencionada anteriormente, sobre a importância do “papo furado” para evitar rebeliões.

Ao uso de recursos discursivos de persuasão são dados os mais diversos nomes. Encontramos o termo “cachoeirar”, referindo-se à persistência na tentativa de convencer o interno. Alguns internos, desconfiados disso, referem-se a “jogar areia”, como se o agente estivesse jogando areia no seu olho, para confundi-lo. Há adolescentes que utilizam o termo “lero-lero”, desqualificando não apenas o esforço do interlocutor, mas a medida, em si. A expressão “trocar idéia” é muito encontrada, e evoca uma intenção mais racional. O termo

que encontramos com mais frequência é “desembolar”, que aparenta dar mais dinamismo à fala, buscando, mais diretamente, seu objetivo prático, por isso, tanto o agente solicita ao interno que “desembole”, quanto o contrário.

Independentemente da questão da persuasão, os adolescentes querem ser escutados. Nas unidades que visitamos percebemos o quanto os funcionários são acionados, e não raro, o que é dito não tem a urgência sugerida inicialmente, mas se o adolescente não obtiver a atenção que espera, abre-se o espaço para reações aparentemente desproporcionais, algumas vezes, tentando coagir o agente. Em uma revista feita pela polícia no CEIP Dom Bosco, testemunhada por nós no passado, vários adolescentes chamavam os funcionários. Um deles, por não se ver atendido, disse em tom ameaçador: “*Pode deixar agente, tá pagando de surdo só porque os “homi” (polícia) tão aí!*”.

Um ex-agente descreve:

O tempo inteiro. Toda hora. Às vezes, ele te chama pra nada. Ele te chama e fala: ‘E aí, deixa eu te perguntar, o cruzeiro ganhou mesmo? como foi o jogo,?’. Aí, depois você começa a perceber que, na verdade, ele nem está torcendo pro cruzeiro, nem é cruzeirense. Na verdade, ele quer é conversar com você, ele sente a carência de estar dialogando com você, batendo um papo, então, ele te chama toda hora. Ele quer alguma coisa, ele quer conversar, ele quer um diálogo com alguém, precisa daquele afeto, precisa daquele diálogo, daquela boa conversa ali. Alguém que tenha notícia de fora, do mundão. (ex-agente: Cemmac, Santa Clara, CEIP Dom Bosco)

Muitas vezes, a solicitação é dirigida a integrantes da equipe técnica, atribuindo à escuta feita por esses profissionais uma suposta diferenciação:

*Muitas das coisas dentro de um centro de internação, o menino fica furioso por pouquinha coisa. Às vezes, é um minutinho que a psicóloga tem para conversar com aquele adolescente, ela vai adiando aquela conversa, chega de tarde, já tá na hora de ir embora, vai embora. Então, são coisas mínimas que, que sempre falo assim, é só **fulana vir cá, falar duas palavrinhas, acalmou e pronto.** (agente – CEAD)*

3.2.4 – Relações entre agentes e técnicos

Na descrição detalhada das atribuições do cargo de agente socioeducativo constante do edital do concurso, em um de seus itens, lê-se que devem “*atuar como um canal de comunicação entre o adolescente e os diversos setores de atendimento técnico do*

centro”.

Na realidade, entretanto, há mais pontos de tensão do que compartilhamento, especialmente, quando decisões da equipe técnica são remetidas aos agentes e estes discordam ou consideram inviáveis tais procedimentos. A queixa mais comum dos agentes é de que não são ouvidos e reclamam que o diploma de curso superior que legitimaria o saber dos técnicos é utilizado como instrumento de hierarquização que acaba por deslegitimar, em muitas situações, o seu próprio saber.

Nessa arena, entra em cena o intenso contato que os agentes têm com os internos e – no entendimento desses trabalhadores – a ausência de sua participação na avaliação formal do jovem e na definição de linhas de ação. Do outro lado, aparece o argumento de alguns técnicos sobre o que consideram como intervenções equivocadas dos agentes. Para aqueles, as atitudes dos agentes ora tendem a um pacto vitimizador com o interno, como forma de controle, ora fazem um percurso inverso, hostilizando os jovens. Os técnicos tendem a avaliar que tais comportamentos contribuem para estagnar o processo socioeducativo. Esses embates estão presentes na declaração de um agente socioeducativo que entrevistamos:

E um dos defeitos que a gente tinha no centro de internação era aquela união, da gente estar sabendo as coisas lá e os técnicos não saberem. Uma coisa que a gente lutou, eu sempre falei, nós não estamos querendo saber o que os psicólogos, os técnicos, o tratamento que estão dando para os meninos não, mas se a gente vê alguma informação que possa dar continuidade do trabalho do psicólogo lá embaixo, eu sempre falei isso, mas nunca passaram pra gente. Por quê? Eu posso estar trabalhando com o menino numa linha e ele trabalhando numa linha diferente, aquilo pode até atrapalhar a cabeça do menino. Você pode estar fazendo com aquele menino ali uma coisa que não pode estar dentro daquele trabalho que a psicóloga está fazendo com ele lá em cima. Eu posso até estar atrapalhando, então não tem essa união, sabe, essa conversa, essa comunicação que é falha lá dentro, demais da conta. Só que o seguinte: tudo estoura lá dentro (no pavilhão).
(MORAES, 2005, p:37)

Nesse caso, o que se observa é o esforço do agente em compreender as razões do distanciamento entre o que é feito no “pavilhão” e o que é proposto “lá em cima”, ao mesmo tempo em que argumenta sobre a importância do trabalho do agente socioeducativo.

Salles (2003) observou no DEGASE - Rio de Janeiro reações de hostilidade dos agentes em relação aos trabalhadores da equipe técnica, “na suspeita de que os técnicos vigiam os agentes e querem denunciá-los ao juiz ou à direção: em algumas unidades, agentes

e técnicos nem mesmo se cumprimentam” (p: 75). Em seu estudo sobre os agentes penitenciários no Rio de Janeiro, Vasconcelos (2000) detectou dificuldades nas relações que se assemelham às que observamos nos centros de internação, mas com pontos de tensão profundos e bem delimitados:

Pudemos observar, desempenhando a função de Assistente Social em unidades prisionais, a dificuldade de relacionamento entre agentes penitenciários e outros funcionários, como se ambos estivessem em campos opostos de atuação. Percebe-se que toda atividade que não esteja intimamente relacionada às questões de disciplina e segurança, permitindo uma outra maneira de lidar com aquelas pessoas internadas, acaba por ameaçar o trabalho do agente, ou seja, gestos rígidos e palavras duras para com os presos são ferramentas de controle necessárias. Um "amolecimento" nessa relação constitui, no nosso entender, uma possibilidade de quebra desse mecanismo. A eles não é permitido "amolecer". Isso fica para os outros: professores, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais. (Ibid: 39)

Esse “amolecimento” é relatado por um ex-agente do sistema socioeducativo como uma ilusão dos técnicos sobre as possibilidades de re-socialização dos adolescentes, que têm relação com sua formação universitária e que sobrevive durante algum tempo devido ao menor contato com o interno, mas que podem diminuir na medida em que são confrontados com a realidade do atendimento:

Primeiro, eu acho que o técnico, pela formação dele, faculdade e tal, ele tem várias técnicas que ele aprende que... várias teorias, vários livros, vários não sei o quê... que dá a ele essa ilusão de achar que vai recuperar o cara, porque, motivo não falta para eles não acreditarem nisso. E tem mais, eles vão estar com os meninos, duas, três vezes por semana. O agente não, o agente está lá cinco dias. Vai estar praticamente todo dia, aí ele vê a coisa mais na real. O técnico vai trabalhar na segunda, aí conversa com o menino vinte minutos, com outro menino, vinte minutos, com outro menino vinte minutos. Aí, ele vai voltar lá só na quinta-feira. Alguns voltam na quarta, outros voltam na quinta, outros só na sexta.
(ex-agente Cemmac, Santa Clara, CEIP Dom Bosco)

No entanto, encontramos agentes que compartilham dessa “ilusão” atribuída aos técnicos e que tentam orientar sua prática na direção de uma “recuperação” do adolescente. Entretanto, no conjunto de suas atribuições encontram-se elementos que diferem radicalmente da equipe técnica, e que dificultam a manutenção dessa postura, pois eles são responsáveis pela segurança da unidade, onde se incluem o próprio interno, o agente, e os demais funcionários. Não consta entre as atribuições dos técnicos a realização de qualquer tipo de

contenção, então, no histórico dos centros de internação aparecem ocorrências raras em que esses profissionais entraram no espaço de contenção durante rebeliões, ou foram tomados como reféns. Ao agente, por sua vez, cabe a manutenção da disciplina e a intervenção nas situações extremas. Por mais que ele acredite e invista na perspectiva de re-socialização dos adolescentes, ele está exposto aos eventuais confrontos físicos e seus efeitos na construção das relações com os internos, confrontos estes dos quais os técnicos estão, quase sempre, distantes.

3.2.5 – Tumultos, rebeliões e tentativas de fuga

São esses três nomes os mais utilizados para tratar dos episódios de sublevação nos centros socioeducativos. O tumulto é o mais comum, se ele aumenta de intensidade, pode se tornar uma rebelião, que se diferencia pelo critério de intervenção de forças policiais. Encontramos ainda, com menor frequência, as palavras *distúrbio* e *motim* e algumas gírias, como “fazer o vira” e “levantar a casa”. A tentativa de fuga pode aparecer tanto como detonador de tumultos ou rebeliões, como uma consequência destes. Há, ainda, aquelas que acontecem de forma independente, sem muito barulho, e nesse caso, se for descoberta a tempo da captura dos autores, pode provocar a reação coletiva contra aqueles que impediram a fuga.

De qualquer modo, as ações citadas representam situações extremas no trabalho dos agentes socioeducativos. A principal característica desses movimentos é sua imprevisibilidade em termos de consequências, pois entre o fato detonador e sua mitigação tudo pode acontecer, desde cessar nas primeiras manifestações, a durar horas, ou mesmo, dias, como nas prisões pelo país e na Febem, em São Paulo – amplamente noticiados. Temos exemplos de tumultos rápidos que geraram mortes e, por outro lado, rebeliões extensas com muitos estragos materiais e consequências humanas menos dolorosas.

Salla (2006) faz uma análise das rebeliões nas prisões, tentando definir sua configuração a partir de vários autores, e inserindo uma nova modalidade, inaugurada no Brasil em 2001, na ocorrência de uma mega rebelião comandada pelo grupo PCC, a partir de prisões do estado de São Paulo. Para ele, a virada da década de cinquenta para sessenta, nos Estados Unidos, gerou duas obras muito importantes para a compreensão das prisões: *Asylums*³¹, de Erving Goffman, em 1961, e *The Society of captives*³², escrito em 1958 por

³¹ Prisões, manicômios e conventos

³² A Sociedade dos cativos: o estudo de uma prisão de segurança máxima

Gresham Sykes. De 1950 a 1955 havia ocorrido quase a metade do total de rebeliões nos últimos cem anos naquele país. Clemmer (1940, apud SALLA, 2006) realçou a importância dos grupos informais, da estratificação social e das lideranças como mecanismos de controle social internos. O desequilíbrio no sistema de relações de poder entre a classe dirigente e os presos provocaria esses movimentos:

Sykes sugere, portanto, que a partilha do poder pode manter-se equilibrada, mas pode ocorrer também que diversos mecanismos de acomodação entre presos e funcionários se esgotem na direção de um acirramento de conflitos e de busca por ampliação de poder de um grupo ou de outro. As rebeliões, para ele, seriam esses momentos agudos em que há uma crise nesta distribuição de poder, um aprofundamento das tensões, que provocam uma recomposição das relações entre os dois grupos. É por isso que Sykes rejeita as leituras de que as rebeliões sejam acontecimentos explosivos e provocados por detonadores imediatos. Para ele, as rebeliões decorrem deste processo mais profundo e de longa duração no equilíbrio de poder. As tensões encontram na rebelião um momento crítico de solução, muitas vezes uma tentativa de reação dos presos à reconquista do poder pela equipe dirigente. (Id, p: 281)

Porém, Salla (op. cit.) registra a importância dos estudos de Bert Useem e Peter Kimball, que iriam mostrar uma relação entre os movimentos nas prisões e os acontecimentos externos, como os movimentos por direitos civis, nos Estados Unidos, e, mais tarde, na década de noventa, as disputas entre gangues e grupos criminosos. A tradição sociológica de avaliar as rebeliões como efeitos de aspectos estruturais teria a vantagem de questionar a idéia da “natureza criminosa” dos detentos como propulsora dos distúrbios. No entanto, esses autores, baseados em teorias sócio-psicológicas, iriam relativizar a importância dos aspectos estruturais, articulando-os com os aspectos psicológicos:

[eles] propõem que as rebeliões sejam pensadas a partir de uma teoria da ação coletiva que considere a importância dos aspectos tanto estruturais como dos aspectos psicológicos. Neste sentido, a hipótese central de seu trabalho é que as variações na forma de manifestação das rebeliões estão relacionadas à articulação entre esses dois eixos. Sugerem também que a identificação entre os presos seja a variável independente que explique alguns aspectos das rebeliões prisionais como a sua intensidade, nível de violência e o comportamento dos revoltosos. (Id., p.282)

Sob esse enfoque, a compreensão das rebeliões dependeria do conhecimento sobre a construção das identidades entre os presos, para se entender porque alguns “encontros” resultam em ações de sublevação, e outros não, e somar esse conhecimento às características de cada instituição, seus esquemas de segurança, a atuação dos funcionários, etc.

Um estudo comparativo entre rebeliões nos Estados Unidos e na Grã-bretanha foi realizado por Robert Adams (1994, apud Salla, 2006, p. 285), que defende as rebeliões como uma resistência a algum aspecto do encarceramento, e não rompantes violentos sem alvo definido. Haveria um componente político associado à configuração ilegal, mesmo se legítima, da manifestação. Ele, então, concorda com os demais autores introduzidos nessa discussão.

A realidade dos centros de internação pesquisados evidencia elementos que se aproximam das proposições de Useem e Kimball (1987 apud Salla, 2006, p.287), quando afirmam a necessidade de articulação entre os fatores psicológicos e estruturais na detecção de mecanismos potencializadores das rebeliões. Nesse aspecto, o sistema socioeducativo tende a se mostrar muito mais preparado que o sistema prisional. As equipes técnicas das unidades de internação geralmente encontram condições propícias ao reconhecimento de lideranças e alianças que possam ser nocivas à ordem interna. Em condições de normalidade, elas acompanham a uma distância suficiente para conhecer as características individuais e a inserção grupal de cada interno, realizam estudos de casos e encontram espaço para intervenções. Afinal, são raras as unidades de internação em Minas Gerais que apresentem mais que uma centena de internos, sendo a média inferior a cinquenta. Suas limitações remetem aos fatores estruturais, já que uma intervenção previamente discutida pode ser obstruída pela carência de recursos de várias ordens, como, por exemplo: equipe desfalcada e mal treinada, instalações físicas precárias, descontinuidade na execução de programas e gerência autoritária. Essas carências podem ser maximizadas pela hiperlotação e peculiaridades da internação provisória, como se vê na história recente do CEIP – Dom Bosco, com tumultos rotineiros que produziram em um prazo de dois meses do ano de 2008, a morte de um interno, a hospitalização (em coma) de outro, e vários agentes afastados por traumas físicos e psíquicos decorrentes desses eventos.

3.2.6 – A atividade de escolta dos internos

Os centros de internação convivem com uma rotina de saídas dos internos que, formalmente previstas no parágrafo primeiro do Artigo 121 do Estatuto da Criança e do Adolescente, contribuem para fragilizar a administração da segurança interna, especialmente em cenários organizacionais com pequeno número de agentes.

Há saídas que são agendadas previamente, como audiências no Juizado da Infância e Juventude, consultas médicas, atividades culturais, de lazer e de formação profissional e eventuais transferências entre centros de internação. Há também escoltas que surgem a partir de emergências, como problemas de saúde, morte de familiares dos internos, acompanhamento ao Instituto Médico Legal e delegacias - no caso de eventos internos que envolvam agressões. Todas as saídas envolvem riscos, pois podem ocorrer tentativas de resgate, atentados, acidentes e fugas. A responsabilidade em qualquer dessas situações recai sobre os agentes socioeducativos, que respondem a um processo administrativo, com possibilidade de se tornar criminal, no caso de evidências de facilitação.

O mecanismo da reciprocidade no processo socioeducativo faz com que a conduta do interno seja permanentemente reavaliada e atrelada às possibilidades de desinternação. Esse mecanismo entra como fator definidor das possibilidades de participação em atividades externas, especialmente, aquelas que envolvem cultura e lazer:

Igual uma vez nós fomos fazer um escolta, nós éramos dois agentes e um psicólogo. Nós fomos levar quatro adolescentes para o cinema, no shopping, passeio do mês, bom comportamento, ganhou o prêmio. Aí, nós fomos para o shopping, comemos pizza com eles lá, depois fomos ver filme. E no caminho para ir ao shopping - nós fomos de ônibus - os meninos andavam soltos, cada um num canto. E antes nós fomos orientados pra isso já. “Não, deixa... só fica de olho só. Se tentar fugir, deixa fugir, pega o nome só, de quem foi”.. (ex-agente do Centro Dom Luís Amigó e Ferrer)

Tal experiência mostra que o agente recebeu da chefia a orientação de que não deveria impedir uma tentativa de fuga na atividade de escolta. Tal orientação, no entanto, deixa o agente em conflito, pois ele sabe que a adesão a essa prescrição do seu superior não corresponde ao posicionamento da SEDS, que realiza uma apuração quando ocorre fuga:

Eles perguntam porque que você deixou (fugir), você tem que responder. Você tem que ir lá na secretaria [SEDS] responder, tem sindicância, você tem que responder “como que ele fugiu”, “porque você deixou?”, “porque você não impediu?”. Pergunta tudo, só que antes a gente é orientado, “quer ir embora, vai”...(...) Se você fala que foi orientado desse jeito, complica pra coordenação [de segurança da unidade]. Aí quando você volta lá, ele vai, liga para a coordenação [SEDS]³³ e fala que não quer você mais. Entendeu, o jeito que é?. (ex-agente- Dom Luís Amigó e Ferrer)

³³ Nesse caso, o agente socioeducativo é contratado pelo estado e designado para trabalhar em uma unidade administrada por gestão compartilhada, ficando submetido, então, a dois comandos.

Essa situação configura um claro conflito, pois se ele assumir em seu depoimento à Comissão de Sindicância da SEDS, que foi orientado a não intervir, pode ser retaliado pelos administradores da própria unidade através da oposição à continuidade do seu trabalho naquele local.

Segundo esse agente, a opção da coordenação da unidade à postura de “não contenção” nas atividades externas dos adolescentes estaria relacionada aos acordos de confiança mútua estabelecidos entre estes e os administradores da unidade. Também são utilizados outros pactos sutis, ou não, que envolvem a coletividade, como, por exemplo, a “palavra de homem” empenhada pelo adolescente de que não irá fugir. A quebra desse acordo fere o código de masculinidade local e pode servir como sanção extensiva aos outros internos, ou seja, se um fugiu, exemplarmente os outros não terão tal concessão, criando um ambiente de hostilidade ao transgressor³⁴.

O temor quanto às conseqüências das fugas faz com que, em determinadas unidades os agentes optem por seguir *procedimentos padrões*, como o uso de algemas. Esse equipamento é alvo de dilemas e conflitos dentro do sistema socioeducativo, e é um dos símbolos do debate sobre a existência de práticas estigmatizantes do sistema prisional no cotidiano dos centros de internação. Os técnicos que atuam nos centros costumam repudiar tal prática, assim como os órgãos de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, mas a tendência tem sido a incorporação de seu uso, como mais um elemento que vem confirmar a opção dos atuais gestores em privilegiar a contenção na medida socioeducativa de internação.

3.3 “PAGAR SEGURO”

A expressão “pagar seguro” é utilizada para designar relações entre os internos e destes com os agentes, onde favores circulam em troca de algum tipo de proteção. Quando ocorre entre os internos, geralmente é pelo fato de um adolescente ter muito medo e não se sentir forte o suficiente para encarar grupos rivais ou detratores isolados, amparando-se em outro interno, e pagando pela sua proteção. Este pacto foi definido por um agente da seguinte forma:

Se eu for tomar um suco, a metade do suco é minha, metade é do fulano. Se tiver um tumulto comigo, o fulano não vai deixar o cara me bater. Então,

³⁴ Esses pactos foram mencionados pelo ex-diretor de uma unidade de internação.

tudo que eu tiver de bom, eu tenho que compartilhar com o fulano, então eu estou pagando seguro pra ele. Aí, o que acontece, eu estou pagando seguro, pagando seguro, mas uma hora os outros vão perceber. Percebendo, vai rolar aquela extorsão, eu vou ter que pagar seguro para a turma toda. E acaba que o cara, o seguro, o seguro, o cara tendo que ir para o seguro, que é uma cela individual, onde ele fica isolado. Todo mundo quer pegar, todo mundo quer bater, todo mundo quer tirar casquinha, todo mundo quer sacanear. Porque sabe que ele é um bundão, que ele sempre foi pagador de seguro, que se bater o pé pra ele, ele vai mijar de medo, ali na hora. (ex-agente Cemmac, Santa Clara e CEIP Dom Bosco)

No que concerne aos agentes, “pagar seguro” seguiria a mesma lógica, mas torna-se uma situação mais grave pelos papéis dos atores envolvidos e o aparato jurídico que cerca seu trabalho. Na visão de um ex-agente, o “pagamento de seguro” denuncia o medo do trabalhador, corrompe as relações e desqualifica a categoria:

Primeiro, na minha opinião, (o agente que paga seguro) não tem preparação para trabalhar naquela área. Para o cara trabalhar ali ele tem que ter personalidade. E segundo, que é um cara que está ali exclusivamente por causa do salário, do dinheiro, e aí não quer correr o risco, nenhum, de tomar um atropelo, como diz na gíria deles”. (ex-agente)

Outra possibilidade é de que o agente se submeta a pressões dos internos que envolvam ameaças de morte de seus familiares, numa suposta articulação com integrantes externos de uma quadrilha, que dependeriam apenas de um comando para concretizar a ameaça. O problema que percebemos, em geral, é a dificuldade de definição do que seja “pagamento de seguro”. Quando a entrada de drogas e armas é descoberta em flagrante, evidencia-se a existência de algo considerado socialmente ilícito. Percebemos, a partir dos elementos que apresentaremos a seguir, que a valoração atribuída pela coletividade profissional a fatos dessa espécie se vincula mais ao plano jurídico-legal, do que aos aspectos éticos envolvidos. Quanto a estes, sua dimensão se dilui entre tantos outros acordos informais necessários à manutenção da ordem (CLEMMER apud SALLA,2006).

O que diferencia então o “pagar seguro” desses outros acordos? Além da hipótese de que uma concessão ilícita do agente para o interno possa se tornar pública, a partir de um flagrante³⁵, descobrimos em nossa pesquisa outras medidas para essa diferenciação. Primeiramente, a dimensão coletiva que prevalece nos acordos informais lhes confere uma

³⁵ Remetemos-nos ao caso do agente pego em flagrante entrando com drogas no CEIP Dom Bosco. Ele foi revistado na entrada para o trabalho em um procedimento completamente atípico, evidenciando que, muito provavelmente, alguém havia delatado sua atitude do dia anterior, quando entrara com a primeira encomenda. A princípio, os únicos que sabiam disso eram os internos que receberiam a droga e ele próprio.

legitimidade que os diferencia de acordos feitos individualmente, mais passíveis de suspeitas. Em segundo lugar, existe certo compartilhamento propiciado pela experiência, sobre vários tipos de diálogo e concessões possíveis, como, por exemplo, uma regra fundamental na unidade de internação é não prometer ao interno algo que não se possa cumprir. Esse “mandamento” contribui para dar segurança ao agente sobre seus limites na criação de expectativas pelos adolescentes, e também apresenta as características de uma “senha” própria do gênero de atividade³⁶.

Salientamos que as “medidas” que acabamos de descrever nesse esforço de definição do que seja o “pagar seguro” não desconsideram os conflitos e seu importante papel no desenvolvimento da atividade. Para Clot, há um interposto social organizando obrigações impostas a todos os trabalhadores daquele coletivo, que se torna um conjunto de recursos que permitem testes e avaliações das ações individuais, promovendo seu desenvolvimento. Daí, “o gênero social, ao definir as fronteiras móveis do aceitável e do inaceitável no trabalho, ao organizar o encontro do sujeito com seus limites, requer o estilo pessoal” (LIMA, 2007, p: 49-50). O estilo situa-se no ponto de colisão entre as variantes do gênero, mostrando a importância do conflito para o desenvolvimento da atividade.

Os dois estudos de caso que trazemos nessa pesquisa mostram trabalhadores que transformaram pressupostos genéricos em recursos para agir em suas atividades reais (id. p:50) e, em sua opção pelo diálogo com os internos, encontraram algum tipo de censura de seus pares. Observamos que tal censura tem origem nas características desse ambiente, marcado pelo imperativo da ação (MARQUES, 2007a), que encontra na postura dialógica do agente, espaço para suspeita de que este busca vantagens com o interlocutor, ao horizontalizar relações intrinsecamente hierarquizadas e conflituosas.

O atendimento dos adolescentes pela equipe técnica pode representar um espaço para denúncia de ocorrências de “pagamento de seguro”. Nesse caso, a situação se complexifica, pois existem implicações éticas quanto ao respeito ao contrato estabelecido na escuta clínica, e, ainda que ocorra fora dessa circunstância, a apuração tensiona as relações nem tão amistosas entre as categorias de agente e técnico. Alguns agentes tornam-se ainda mais desconfiados por perceberem que o espaço do atendimento técnico é propício à

³⁶ Composto os elementos relacionados à construção coletiva há algo que Clot (2006, apud LIMA, 2007) chamou de gênero e estilo de atividade. Gênero de atividade seria uma gama de “técnicas, formas de fazer estabelecidas, uma reorganização do métier pelo coletivo e, dessa forma, pode ser compreendido como a parte subentendida da atividade, um estoque de possibilidades conhecido somente por aqueles que participam da mesma situação” (p: 100). O estilo seria a “transformação dos gêneros por um sujeito, em recursos para agir em suas atividades reais” (id.; p: 100)

exposição de confidências, que poderiam atingi-los, na medida em que internos exponham atitudes suas que podem ser entendidas como transgressões legais.

3.4 - O PROBLEMA DA IDENTIDADE PROFISSIONAL: COMPARAÇÕES COM O SISTEMA PRISIONAL

A história dos centros de internação em Minas Gerais mostra que após quase uma década do Estatuto da Criança e do Adolescente, o estado e a sociedade foram confrontados com a necessidade de cumprimento do mandamento legal para essa medida. Foi necessário que ocorresse a tragédia de Sete Lagoas para que surgisse, sob pressão, a experiência do CIA-BH. Esse episódio trouxe para o atendimento aos adolescentes trabalhadores habituados à vigilância de cárceres. Ainda hoje, a medida de internação convive com dificuldades na definição da identidade profissional por parte de muitos de seus trabalhadores.

Como mencionamos anteriormente, em Minas Gerais, o precursor de mudanças nessa área foi o CEMMAC. Após patinar nos dilemas impostos pela tentativa de montar sua equipe, tendo que conviver com agentes com experiência prisional dos quadros do estado, essa instituição se propôs a contratar pessoas para funções similares, nomeando-os educadores sociais³⁷. A intenção, nesse caso, era recrutar trabalhadores que buscassem enxergar potencialidades de re-socialização na medida de internação através de uma busca de conciliação entre ação educativa e segurança. Isso não se deu imediatamente após a inauguração da unidade, pois encontrou dificuldades na definição de parâmetros. Uma questão de difícil solução se apresentava: que tipo de trabalhador se adequaria a essa atividade?

A fala de um trabalhador que foi contratado pelo CEMMAC como educador social, sem experiência prévia na área de segurança, é emblemática: *“um trabalho de penitenciária, né, porque aquilo é uma penitenciária, a gente não pode falar que não seja”*. Esse trabalhador fez tal constatação após algum tempo de atuação, porém, ele expõe as contradições dos centros de internação, ao afirmar, que, ainda assim, nessa unidade era perceptível uma diferenciação quanto ao tratamento pessoal dispensado ao interno, se comparado às outras unidades, que passaria por atitudes de mais diálogo e amenização de procedimentos típicos do sistema prisional.

³⁷ Sobre isso, ver o estudo de caso de Luís.

Se o CEMMAC, em sua experiência inovadora, encontrou dificuldades, nossa pesquisa confirma o exposto por Francischini e Campos (2005, p.271), que ao discutir os limites e (im)possibilidades das medidas socioeducativas ressaltam: “o que se observa é a manutenção dos mesmos procedimentos de composição de equipes empregados na época das doutrinas do Direito do Menor e da Situação Irregular, em que a preocupação básica era o encarceramento e a repressão dos internos”.

À exceção do grupo de agentes concursados recentemente empossados, a seleção dos agentes socioeducativos privilegia a experiência na área de segurança. Prevaecem ex-militares provenientes das várias forças federais (exército, marinha e aeronáutica) e da polícia militar, alguns que trabalharam nas guardas municipais de Belo Horizonte e Contagem, e muitos com trajetória na segurança privada.

Entre os vários ex-agentes que entrevistamos, a maioria tem a intenção de atuar no sistema prisional. Esse dado é relevante por explicitar o reconhecimento desses trabalhadores que o sistema prisional lhes é menos danoso. Questionamos a presença de certa idealização do trabalho das prisões, mas muitos conhecem as duas realidades. Sua argumentação sedimenta um dos grandes dilemas encontrados na medida de internação, a afirmação de agentes socioeducativos de que são os adolescentes que comandam as unidades e que um suposto protecionismo colocaria “bandidos” na condição de vítimas mirins.

O aumento da submissão da população carcerária, enquanto consequência do endurecimento das normas e aumento de sanções é uma realidade no sistema prisional mineiro. Um diretor do sindicato dos agentes penitenciários deixa isso bem claro:

As categorias (agente penitenciário e agente socioeducativo) são irmãs, só que o trabalho do agente socioeducativo pode ser muito mais difícil que o nosso, porque são os meninos que mandam, e ali tem meninos de bem, mas tem bandidos. No nosso caso, usamos da força coercitiva, o preso tem que saber que ele deve à sociedade, e nós estamos ali para garantir isso, se ele apronta, ele tem a punição proporcional. Com os meninos, você não pode fazer nada.
(Diretor do Sindicato dos agentes de segurança penitenciários)

A adoção dessas práticas busca atender politicamente ao clamor da sociedade por uma resposta à alardeada impunidade e denota uma preocupação em não permitir a articulação – além de desarticular as existentes – de facções criminosas que subvertam o comando nas prisões (SALLA, 2006).

3.5 - CONDIÇÕES E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

As visitas realizadas aos centros de internação e as entrevistas propiciaram uma percepção sobre o contexto geral de trabalho a que estão submetidos os agentes socioeducativos. Destacamos alguns: os ruídos, as altas exigências e o excesso de tempo em alguns postos, os riscos de contaminação e de lesões.

Em muitos momentos, a utilização de equipamentos de som e televisão em uma unidade de internação tornam quase impossível uma conversa corriqueira, pois, é comum a execução de músicas em alto volume, competindo com o volume da voz dos internos, estimulados pela própria música. Geralmente, esses equipamentos mais potentes não ficam nos alojamentos. Eles ficam em cômodos direcionados ao seu uso, mas há experiências com equipamentos de som no corredor do pavilhão. Independente disso, é registrado o incômodo auditivo e o cansaço decorrente do esforço de comunicação nesse ambiente. Um ex-agente nos falou de sua perda auditiva:

Eu perdi um pouco dessa audição lá no centro de internação também. Porque lá ficava a televisão ligada no cem, com som, três quatro aparelhos de som no corredor, você não conseguia nem falar. Igual hoje, se você for lá, tem som na quadra, só que hoje já tem um jeito de controlar o som. Nós conseguimos tirar o som do corredor do pavilhão, tinha um som ali que os colegas não conseguiam nem conversar com a gente lá. Perdi a audição, eu perdi a audição... lá dentro (...) e tem outro colega lá do mesmo jeito, perdeu a audição. (MORAES, 2005, p:32)

Há negociações freqüentes para definição de limites no uso desses equipamentos, mas encontram fortes pontos de discordância, já que a maioria dos internos quer ouvir música em alto volume. Se algum deles, porém, não quiser ouvir determinada música, existe, dependendo do horário, a alternativa de se retirar do local, possibilidade mais complexa para o agente que foi designado para o posto. Ao som das vozes e das músicas se junta o barulho permanente de grades e cadeados batendo. Cada deslocamento de pessoas nas dependências da unidade demanda a abertura de pesadas grades.

Esse barulho rotineiro de grades abrindo e fechando pode se intensificar, no caso de insatisfações dos internos que resultam no comportamento de “bater grade”. Eles balançam as grades de seu alojamento, muitas vezes coletivamente, provocando um barulho muito forte, criando um clima tenso e danificando paredes e tubulações.

Testemunhamos em um centro de internação a existência de uma passagem que é

chamada de “hall”, em que um agente ficava responsável pela administração de seis portas. Esse compartimento é considerado pelos funcionários como o “coração” da unidade e trata-se de um a espécie de *gaiola* localizada na entrada que liga a escada de acesso à área administrativa ao pavilhão, à quadra e salas de aula, ao refeitório, à sala de televisão e ao banheiro. A administração da unidade reconhece que tal posto deveria ser ocupado por, pelo menos, dois agentes, mas a defasagem no número de funcionários impossibilita isso. Vimos que o agente que ocupava essa função no turno da manhã – horário de grande circulação – era confrontado com chamados simultâneos para abrir a porta, muitas vezes, com manifestações verbais agressivas de internos que exigiam o atendimento imediato, estivesse ou não o agente ocupado em outra porta. Há ainda o som da sala de televisão incidindo diretamente sobre o “hall” e o rádio de comunicação interna, a tiracolo, que intensificam a carga de fatores ambientais nocivos sobre o agente.

Uma das maneiras encontradas para lidar com isso é o revezamento de agentes entre os postos. No entanto, as limitações para tal procedimento são evidentes, e o pequeno número de agentes faz com que o tempo destinado a cada posto seja extenso e sujeito a rearranjos rotineiros. Por exemplo, a saída para escolta de internos a atendimento médico, com agenda prévia ou de urgência, a falta de funcionários ao trabalho, o “período relatório” e os agentes afastados por motivos de saúde. Todos esses fatores podem fazer com que a prescrição de agentes/postos não seja obedecida, e, nas situações mais extremas, force o agente a ficar muitas horas em um mesmo local. Nesse caso, os fatores citados se sobrepõem às intenções da administração na redução do desgaste provocado por tal situação.

O contato físico com pessoas confinadas inclui sempre algum risco de contaminação. A insalubridade nas unidades encontra variações radicais, desde celas superlotadas e úmidas, como no CEIP Dom Bosco, a alojamentos arejados e com lotação adequada. O setor de saúde pode estar ou não bem estruturado, com acompanhamento preventivo e curativo dos internos. De qualquer modo, a peculiaridade da privação de liberdade deixa o agente muito exposto, principalmente, a afecções dermatológicas e respiratórias, variando os níveis dos riscos de acordo com a estrutura da unidade.

As lesões fazem parte da rotina. Elas se estendem desde uma lesão muscular ocasionada por um movimento trivial no jogo de futebol com os internos, até as perfurações por chuchos. Encontramos várias experiências de lesões provocadas pela tentativa de contenção na separação de brigas entre internos e no ataque destes aos agentes: dedos quebrados, joelhos feridos, mordidas e cortes. A relação dos traumas físicos ocorridos em

situações de rebeliões é extensa: lesão no tendão com seqüelas definitivas por ter a mão perfurada por chuçó; cortes na cabeça por cadeirada; lesão renal provocada por chutes; pele repostada por enxerto após mordida no tórax; furos no pescoço: cortes no supercílio e outros.

São muitos os impactos psicológicos decorrentes dessas condições de trabalho, que trataremos no capítulo V.

3.5.1 As cargas de trabalho

Um ponto que merece destaque é o esforço de atenção a que o trabalhador é submetido. De acordo com WISNER (1987) a definição de carga de trabalho é complexa, mas encontra seu registro nos aspectos físicos, cognitivos e psíquicos. Embora esses três estejam sempre presentes e entrecruzados no trabalho do agente socioeducativo - a importância das demandas físicas foram descritas quando tratamos das condições de trabalho - defendemos que os maiores impactos sobre ele se concentram nas demandas cognitivas e psíquicas.

*O que acontece é que eles estão sempre burlando alguma coisa. **Então, a gente nunca fica despreocupado.** O dia de visita é, entre aspas, um dia calmo, porque eles não vão arrumar treta com visita, com mãe, com criança, com pai, com o povo lá. Mas de qualquer forma eles estão sempre maquinando alguma coisa errada: fugir, usar droga, fazer um chuçó. Um pode simular um briga com outro, isso pode acontecer nessas horas que são menos prováveis, mas não quer dizer que não pode acontecer não. Pode acontecer. **Mas independente de eles estarem fazendo alguma coisa ou não, a atenção é total,** a segurança é reforçada, os agentes que estão no ponto X, de repente, até uma quantidade maior de agente reforça. Fica mais dois no muro, fica mais dois na revista. Fica mais X na quadra, fica mais tanto na portaria. Não quer dizer que o pessoal relaxa, não. É até mais forte ali. **Você tem que estar com doze horas de trabalho, doze horas extremamente ligado.** (ex-agente)*

A atenção precisa ser difusa. O agente mostra ao seu interlocutor que está atento a ele, mas observa, o tempo todo, os outros sons e movimentos:

***Você não fica inteiro ali, conversando com um. Você conversa com um, mas com a atenção nos outros.** Muitas das vezes, você está conversando com um aqui, está olhando o outro que está discutindo. Aí, você pára a conversa aqui, vai lá, resolve o outro lá. A atenção, você entrou, é até na hora de ir embora.*

A transversalidade das cargas cognitiva e psíquica é bem ilustrada pela fala de um monitor da FEBEM de São Paulo:

“Existe um fantasma na cabeça dos funcionários da Febem. Esse fantasma é criado como se fosse assim, como se fosse uma pregação de um chefe imediato: nós somos segurança, nós somos tudo, ou seja, tem que bater na mente toda hora. Isso aqui é contenção, é contenção, é contenção, logo se proíbe quase de tudo ou tudo. (...) Isso eu acho que vai martirizando a própria pessoa que chega uma hora que ela está tão desgastada nem que aconteceu nada durante o dia, mas o espírito dele trabalhou a mil. O monitor é um vigilante, então vigia-se, não deixa fugir, está nos postos, olha-se, observa-se todos os lados. Eu acho que cria até uma paranóia que muitas vezes até a casa está tranqüila, não está tendo ameaça, sinalização nenhuma ali e o cara está com aquele espírito, está com aquele espírito, dá até a impressão que tem cara construindo na imaginação dele a rebelião antecipada e sem ter motivo pra vira (rebelião)” (FUNDACENTRO, 2005, p: 53)

O trabalhador acima concorda com a possibilidade de que as cargas cognitivas e psíquicas de sua atividade possam gerar uma fantasia que extrapola o que poderia ser considerado como um saber prático desenvolvido e qualificador do seu trabalho. Sua fala é coerente com as dúvidas levantadas por uma integrante da coordenação sobre a confiabilidade na detecção do clima que antecede rebeliões pelos agentes:

Eu lembro que eu ainda costumava brincar com eles, “olha, vamos descer todo mundo e tentar atender tanto os meninos quanto a turma lá embaixo, porque está uma paranóia coletiva de rebelião”. Olha, quantas vezes, eles ligavam ou chamavam a gente, olha, o “bicho vai pegar”. A gente descia e não conseguia identificar nada, às vezes eu tinha acabado de subir, eu tinha que voltar e tentava enxergar alguma coisa e não conseguia. (ex-coordenadora técnica)

A pesquisa feita por Vasconcelos (2000) sobre o sistema penitenciário do Rio de Janeiro mostra alguns elementos que compõem esses sinais de que algo está para acontecer:

Em determinadas situações, a estratégia nos é descrita através da expressão “sentir a cadeia”. Os agentes conferem um valor especial ao “clima estranho”, que pode ser detectado pela sutileza de um silêncio perturbador nas galerias; pelo semblante aflito dos “faxinas”; pelo comportamento dissimulado dos presos, alterando a rotina; ou mesmo, por alguma mudança no cheiro específico do ambiente. (Vasconcelos, 2000, p:38)

“Hoje mesmo eu cheguei aqui e perguntei se tava tudo bem, eu senti que tava estranho, um clima meio estranho, nós descemos pra ver, a cadeia ali na frente estava suja, eu não vi ninguém, o guarda tava meio cabreiro. Isso é experiência. Quando a gente chega numa cadeia sabe logo se ela está

legal e quando não está, quando tem algum clima no ar. A gente sente a cadeia até pelo cheiro, quando tem aquele cheiro de suor forte é porque o clima está tenso, tem alguma coisa errada" (ASP – sub-diretor). (Ibid. p: 28)

A divergência entre as ponderações mostradas, uma que aponta o potencial fantasioso do “sentir a cadeia”, e outra que confirma a validade da percepção, no nosso entender, não são excludentes, pois em ambas as situações há uma carga de trabalho operando. Observamos que é difícil para os próprios trabalhadores a identificação de quando se trata de uma fantasia alimentada pela carga psíquica do trabalho ou uma antecipação de problemas possibilitada pelo saber prático. As respostas a tais questões podem surgir do partilhamento da análise dos fatores envolvidos, o que, também, não os isenta dos riscos.

Se levarmos em conta as análises de Clot (2006), podemos concluir que quanto mais consolidado o gênero da atividade dentro das unidades de internação, maior a possibilidade de acertos na antecipação desse tipo de problema.

A experiência relatada por um trabalhador da FEBEM – SP também descreve a carga psíquica presente naquelas unidades.:

O menino solicita o monitor constantemente, pedindo um cigarro, pedindo uma caneta, pedindo um tênis, pedindo a camisa do monitor, pedindo o relógio do monitor, etc. Em geral esses pedidos são acompanhados de posturas ameaçadoras por parte dos meninos, ou seja, dar um “apavoro” ou dar um “psico” no monitor para que ele faça o que o menino quer é uma prática constante e os monitores referem que não podem ceder, têm que dizer não, pois se cederem uma vez, podem até levar drogas, celulares, etc. (FUNDACENTRO, 2005, p:55)

Em relação a tais ameaças, consideramos emblemático o caso já mencionado do agente socioeducativo que foi flagrado no 13º plantão entrando com drogas no CEIP – Dom Bosco, onde relata o pavor sofrido quando os internos o coagiram. Os adolescentes foram intensificando gradualmente o “terrorismo psicológico”, sempre colocando a sua família como alvo. Uma das maneiras utilizadas foi o “bater de grades” coletivo, gritando “vai morrer, vai morrer!”. Em um desses dias ele ficou tonto e vomitou – relatado pelo agente e confirmado pelo próprio supervisor de segurança em seu depoimento como testemunha - mas não assumiu a causa emocional, com receio de ser demitido. Com a insistência das ameaças, passou a chegar em casa silencioso e mostrando agressividade nas interpelações da esposa. Ele ficou insone na noite anterior à sua prisão, reconhecia os riscos ao entrar com a droga,

mas sob a carga de pressões já os relativizava, principalmente por perceber o freqüente cheiro de maconha na unidade.

O treinamento desse agente durara uma semana, sendo que em alguns dias a atividade ocorrera em apenas um turno. Nesse “treinamento” foram levados ao pavilhão e apresentados aos internos como funcionários provenientes do sistema prisional, portanto, supostamente acostumados com pressões. Ele jamais entrara numa prisão, nem para visita. Percebe-se, assim, o recurso da intimidação para obtenção de respeito por parte dos internos, nesse caso, fracassada. Tudo indica que a inexperiência e a insuficiência do treinamento propiciaram condições para que a violência simbólica representada pelas ameaças conduzisse o trabalhador à transgressão legal, punida com sentença judicial de doze anos de reclusão. Ele se encontra hoje encarcerado no Presídio Dutra Ladeira, onde tentou suicídio, quando de sua entrada.

3.6 - ACORDO DE RESULTADOS

O *Acordo de Resultados* trata-se de um sistema de contratualização com base na Lei nº14.694, de 30 de julho de 2003, e dos Decretos 43.674 e 43.675, de 04 de dezembro de 2003. É um instrumento utilizado na gestão pública, no estado de Minas Gerais, conforme descreve Vilhena et ali. (2006):

“É um instrumento de pactuação de resultados mediante negociação entre dirigentes de órgãos e entidades do Poder executivo, bem como dos gerentes das unidades administrativas e autoridades que sobre eles tenham poder hierárquico ou de supervisão. É o instrumento gerencial que busca o alinhamento das instituições, a partir da pactuação de resultados e concessão respectiva de autonomias para o alcance de objetivos organizacionais, em linha com os objetivos expressos na agenda de governo.”(p: 36)

Depois de assinado, esse documento é publicado no órgão oficial de imprensa e no sítio eletrônico dos entes envolvidos. Esse tipo de acordo é feito com secretarias e autarquias tendo como foco as respectivas áreas. Vejamos o início do documento da Secretaria de Defesa Social, redigido em 2005:

“ O Governo do Estado de Minas Gerais, doravante denominado ACORDANTE, representado pelo Governador Sr. Aécio Neves da Cunha, e

a Secretaria de Estado de Defesa Social (...), doravante denominada ACORDADO, representada pelo seu Secretário, Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia³⁸, (...) tendo como intervenientes a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, (...), representada pela sua Secretária Adjunta, Sra. Renata Vilhena, (...) e a Secretaria de Estado de Fazenda, (...) representada pelo seu Secretário Sr. Fuad Noman, (...), ajustam entre si o presente ACORDO DE RESULTADOS, instrumento de avaliação de desempenho institucional, com fundamento na Lei nº 14.694, de 30 de julho de 2003 e Decreto nº 43.675, de 04 de dezembro de 2003 e legislação posterior, mediante as seguintes cláusulas e condições... “

O documento coloca na condição de acordante o representante maior do estado, e como acordado o secretário que ocupa a pasta da secretaria responsável pela segurança pública. Intermediando esse contrato, temos a Secretaria de Planejamento e Gestão - cujos técnicos terão função primordial na viabilização de cumprimento do acordo, ou seja, suas equipes podem, inclusive, se deslocar para acompanhar de perto o trabalho das secretarias. Ainda como interveniente aparece a Secretaria da Fazenda, responsável pelas questões orçamentárias.

Entre as escolas administrativas surgidas nos Estados Unidos após a segunda guerra mundial, em sua “Época de Ouro”, uma delas, a Administração por Objetivos, mostra características adotadas pelo governo do estado de Minas Gerais, a partir do ano de 2003. A gênese do Acordo de Resultados está na dinâmica do livre mercado, que ao ser transplantado na administração pública, representaria uma tentativa de superar o modelo burocrático estatal e seu suposto engessamento, incorporando na condução de políticas públicas uma preponderante orientação para os resultados.

Segundo Drucker (Chiavenato,1979), a Administração por Objetivos “*é um método de planejamento e controle administrativo fundamentado no princípio de que para atingir resultados, a organização precisa antes definir em que negócio está atuando e aonde pretende chegar.*”

Para chegar aonde pretende, a Secretaria de Defesa Social incluiu quatro áreas no Acordo de Resultados: Integração das Organizações Policiais, Reforma e Profissionalização do Sistema Prisional, **Atendimento a Adolescentes Autores de Atos Infracionais**, e Prevenção Social da Criminalidade.

O modelo mineiro, ao incorporar os elementos da Administração por Objetivos, dá destaque especial ao mecanismo de premiação dos servidores, conforme Vilhena et ali. (2006):

³⁸ O responsável pela pasta, em maio de 2008, é Maurício Oliveira Campos Júnior.

“(...) foi estabelecido, como contrapartida, que aos servidores dos órgãos e entidades acordados serão concedidos incentivos baseados em prêmio por produtividade. O prêmio por produtividade será concedido para os servidores dos órgãos e entidades que logrem a redução das despesas correntes de suas atividades (...) para o pagamento do prêmio é imprescindível que o Acordo tenha sido avaliado satisfatoriamente, o que significa que obteve pontuação maior ou igual a 70% do total”. (p: 51)

Em um centro de internação a redução de despesas apresenta sutilezas difíceis de identificar na experiência concreta do agente socioeducativo, ainda que o afetem. Temos como exemplo a carência de atividades nas unidades e a quase inexistência de programas para egressos. Há o reconhecimento das instituições dessa área de que essas duas frentes são fundamentais em uma política que objetive a re-socialização de adolescentes em conflito com a lei. A busca por um atendimento individualizado de qualidade com projetos de desenvolvimento exequíveis demanda altos investimentos humanos e financeiros. Os administradores das unidades raramente conseguem manter técnicos qualificados nos quadros, pois estes são contratados pelo mesmo sistema de contratação administrativa dos agentes, mas com salário inferior, apesar da exigência de formação superior. As atividades culturais, de lazer e desportivas, de formação profissional, de geração de renda são extremamente onerosas. Os efeitos do arrefecimento da via socioeducativa recaem sobre o aumento da carga de trabalho para os agentes, por serem confrontados rotineiramente entre exigências simultâneas que, de um lado, os coloca como atores principais do investimento “socioeducativo” e, de outro, impulsiona-os ao uso quase exclusivo do poder de coerção. Nesse embate, essa segunda alternativa ganha força, consolidando um papel que o sistema rechaça, mas alimenta, o de “vigia de infratores”.

A premiação destinada a essa categoria, no caso de alcance das metas, é efetivada através do acréscimo de um benefício flutuante no formato de “cartão alimentação”. O trabalhador, nesse caso, se submete permanentemente ao risco da perda desse acréscimo ao seu rendimento.

Para a avaliação das políticas direcionadas aos adolescentes autores de atos infracionais, o indicador que mais afeta os agentes socioeducativos é o número de fugas e rebeliões. No entanto, observamos interpretações diversas por parte deles quanto à sua responsabilização nessas situações, assim como sobre a existência de uma relação entre a

evitação das fugas e as metas do Acordo de Resultados.

Encontramos agentes que afirmam, categoricamente, não caber a eles o investimento físico na captura de fugitivos no espaço externo à unidade, e alegam se amparar no manual de procedimentos. A atribuição dos cargos descrita no edital do concurso (SEPLAG, 2008) refere-se à responsabilidade pela “segurança extramuros”, mas não detalha se é apenas às escoltas, ou a que distância dos limites da unidade. Um agente (Santa Terezinha) nos descreveu seu esforço em recapturar um interno após correr mais de dois quilômetros, se expondo a inúmeros riscos. Esse exemplo se aproxima da visão da maioria dos trabalhadores que entrevistamos, quando argumentam que, nessas situações, são movidos pelo receio que uma atitude parcimoniosa seja interpretada como facilitação da fuga. Nas rebeliões, a tentativa de dissolução parece atender muito mais à busca de diminuição dos riscos que cada circunstância impõe, do que ao alcance de metas.

Não surgiram nos relatos de trabalhadores referências a pressões do Acordo de Resultados sobre sua disposição a evitar fugas e rebeliões. Em sua maioria, associam o flutuante “benefício alimentação” à boa condução do trabalho, mas não conseguem detalhar com segurança como é o mecanismo da premiação, e alguns chegam a apresentar dúvidas: “o coordenador falava isso, mas eu não sei se tem isso, se isso é fato mesmo!” (agente). Já nos postos de coordenação o reconhecimento sobre a relação dos resultados com a premiação é amplamente conhecida.

Se “trabalhar direito” garante ao agente um prêmio que depende da eficácia coletiva, a vigilância entre pares poderia se tornar um fator de pressão no trabalho. O psicólogo de um centro de internação nos informou sobre sua percepção de tensões decorrentes das metas, a partir de queixas de trabalhadores. Como em outros cenários não observamos esse tipo de verbalização, tendemos a considerar a origem dessas variações à adesão, ou não, de cada administrador aos desígnios do Acordo de Resultados.

Os cargos equivalentes a níveis de gerência se vinculam aos resultados por um regime de recompensas que não se refere apenas ao cartão alimentação. Há um sistema de gratificações que pode ser acrescido ao salário de várias maneiras, podendo surgir como um salário a mais, chamado de “décimo quarto”, ou mesmo uma gratificação remuneratória, que, em alguns casos tem efeito retroativo ao início do período estabelecido para o cumprimento das metas. Esse artifício de premiação tende a inserir esses atores em uma busca incessante de alcance de metas que articula, em amplo espectro, os objetivos do Acordo de Resultados,

enquanto ferramenta de base metodológica mais detalhada, a outro instrumento chamado de “Projetos Estruturadores”, que é, na prática, uma lista mais geral de objetivos que foi criado com a finalidade de demarcar o estilo e os feitos dos governo estadual desde o ano de 2003.

3.7 OS DIREITOS TRABALHISTAS

A quase totalidade dos agentes socioeducativos que atuam nos centros de internação do estado de Minas Gerais é submetida a uma modalidade de contratação que mostra extrema precariedade de garantias. São contratos administrativos de prestação de serviços com vigência prevista para seis meses, contendo cláusula que autoriza o estado a rescindi-lo em qualquer tempo, de forma unilateral e da maneira expressa no documento. Esse contrato determina um valor fixo, dividido em seis parcelas, sendo cinco iguais, e a sexta com valor 50% maior que as anteriores. Essa parcela fica condicionada à apresentação de um relatório sobre as atividades desenvolvidas no período contratual. O texto do contrato não prevê, mas a partir de um acordo informal entre as partes, os quinze dias finais da vigência desse instrumento são convertidos em folgas. As sucessivas renovações fazem com que muitos não utilizem essas folgas – chamadas internamente de *período relatório* – deixando-as acumularem. Como não são previstas formalmente, caso ocorra o encerramento do contrato e o agente tenha esses dias como crédito, não recebe indenização proporcional.

Segundo a Constituição da República de 1988, no seu artigo 37, inciso II³⁹, as contratações de servidores públicos ocorreriam por duas formas: por *concursos públicos* de provas ou provas e títulos, ou por livre nomeação e livre exoneração, também denominado *recrutamento amplo* ou *nomeação em cargo comissionado*.

A hipótese acima apresentada não está respaldada em nenhuma das duas alternativas trazidas pela Constituição, encaixando-se em uma terceira via, justificável em casos de *excepcionalidade e necessidade* do interesse público, prevista no Artigo 37, inciso IX⁴⁰.

A simples leitura do referido inciso (IX) esclarece que somente seria permitida a contratação administrativa em caso de necessidade e excepcionalidade, sendo, portanto ilegal a manutenção de atividades regulares no serviço público sob essa modalidade de contratação.

³⁹ A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvada as nomeações para cargo em comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

⁴⁰ A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Sendo assim, tais funções deveriam ser preenchidas por servidores concursados, o que, em regra, não acontece, mesmo diante das evidências que a função de agente socioeducativo é passível de concurso, e não de “excepcional” interesse público. Em um total de 1387 agentes socioeducativos no estado, em abril de 2008, aproximadamente 5% são concursados recém empossados. Antes da entrada desse grupo, à exceção de raríssimos casos de servidores efetivos ocupantes de outros cargos e transferidos de outros setores, não havia trabalhadores admitidos através de concurso.

Esses contratos não são utilizados de maneira exclusiva pelo estado de Minas Gerais. No Brasil, a contratação na modalidade de contrato determinado (contratos a prazo) é muito utilizada por municípios, por outros estados, e até pela união. O que facilmente se comprova por pesquisa aos sites dos tribunais do trabalho de todo o país que têm dezenas de decisões julgando tal situação jurídica.

A posição dos tribunais a respeito do tema é a seguinte: quando se tratar de contrato a prazo - ou por prazo determinado no serviço público - a competência para julgamento das ações que questionam esses contratos, se desloca - da justiça estadual ou federal, de acordo com a esfera de trabalho de cada servidor - para a Justiça do Trabalho.

O Tribunal Superior do Trabalho - TST unificou jurisprudência a respeito do tema editando a Súmula 363/TST⁴¹, em 13.10.2000 e a reformulando e lhe dando a redação atual em 28.10.2003. Essa súmula não reconhecia, em nenhuma hipótese, o vínculo empregatício entre o estado e o trabalhador, não lhe garantindo nenhuma parcela rescisória, e somente depois da referida reformulação em 2003, é que os servidores passaram a ter guarida da justiça, no tocante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. A fundamentação para tal decisão está no artigo 37, inciso II, da Constituição que proíbe contratação que não seja por concurso, tornando os contratos de trabalho, independente do número de vezes que foi renovado (nota), nulo de pleno direito, ficando o empregado com o salário dos dias trabalhados e as verbas do fundo de garantia.

Conclui-se que, os contratos administrativos feitos pelo Estado, no caso dos agentes, são contratos de prazo determinado, encaixando, de maneira inequívoca às hipóteses acima apresentadas, possibilitando ao empregado a procura legítima pela Justiça do Trabalho

⁴¹ - Contrato nulo – efeitos – nova redação A contratação do servidor público, após a CF/1988, sem a prévia aprovação em concurso público encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

em busca de todos os direitos garantidos pela CLT⁴². Porém, apesar de não ser vinculante, a maioria dos juízes do trabalho decide por deixar o empregado, ao término desses contratos, sem nenhuma garantia trabalhista, a não ser o seu próprio salário e o fundo de garantia, com base na súmula. Como os trabalhadores a ele submetidos desconhecem tais decisões judiciais, nem mesmo o fundo de garantia se torna objeto de reivindicação.

Os direitos trabalhistas constantes da CLT servem para buscar o mínimo de justiça no embate desproporcional entre o dono do capital⁴³ e aquele que vende sua força de trabalho. Nesse caso, surge a necessidade de que o empregador avalie a relação custo/benefício de sua atitude, o que, muitas vezes, cria espaço para o abrandamento das motivações iniciais da demissão ou no caso de sua efetivação, que o trabalhador seja indenizado. Aliado a isso, a existência do seguro-desemprego pode garantir tranquilidade para que o recém desempregado tente nova inserção no mercado de trabalho.

Entre os agentes dos centros de internação, esses contratos são utilizados desde quando ainda eram *agentes penitenciários*. O atual governo herdou essa prática e a potencializou através da ampliação de postos de trabalho nos sistemas prisional e socioeducativo. Quase dois anos se passaram entre o edital do concurso e a primeira entrada de servidores públicos concursados, sendo que a primeira turma convocada representa uma parcela ínfima do total de agentes socioeducativos. A sustentação desse modelo contratual parece encontrar explicação nas bases do modelo administrativo atual, por representar economia de recursos e a busca de desresponsabilização progressiva do estado – na medida em que consegue descentralizar a execução de políticas públicas sociais⁴⁴.

Encontramos agentes socioeducativos que estão há oito anos nesse trabalho, ou seja, na décima quinta renovação do contrato. Esses trabalhadores se queixam da precariedade trabalhista que se encontram, se vêem como sobreviventes do sistema. Eles sabem, a partir do testemunho de episódios com outros agentes, que em qualquer suposto ou real deslize, não há nada que garanta a possibilidade de reconsideração. A rotatividade no trabalho, que ilustra o nível de dificuldades de sua execução, mostra os sinais do rigor punitivo que recai sobre o

⁴² Férias, 13º salário, 1/3 constitucional de férias, 40% sobre os valores depositados no fundo de garantia, liberação do saldo do FGTS, dias trabalhados, horas extras, guias para liberação do seguro-desemprego.

⁴³ No presente caso o estado figura como empregador, sendo o proprietário do excedente da mais-valia, na coleta de impostos e tributos.

⁴⁴ Percebemos uma aparente contradição entre essa afirmação e nosso argumento anterior que menciona o aumento de unidades administradas diretamente pelo estado na RMBH. Uma das hipóteses para tal fenômeno é de que as negociações do Estado com entidades da sociedade civil tiveram como principal obstáculo os baixos valores propostos pelo poder público, afugentando tais entidades. A ampliação das unidades por gestão compartilhadas nas cidades de médio porte encontram, em sua maioria, como parceiros, as prefeituras locais.

agente. Sendo toda sindicância intrinsecamente vinculada ao que “deve ser feito” – o trabalho prescrito⁴⁵ – os avaliadores dos órgãos de controle, em geral, desconsideram elementos fundamentais do trabalho, e ao fazê-lo, reforçam a percepção dos agentes sobre a miopia e unilateralidade da justiça. O que poderia contar a favor do trabalhador seria o reconhecimento ou senso de justiça de algum superior hierárquico, devido à proximidade destes com os desafios do trabalho real, mas as implicações políticas e, principalmente, jurídicas embasam o receio, entre coordenadores e diretores, de se posicionarem favoráveis aos seus subordinados, diminuindo, ainda mais, as possibilidades de defesa do trabalhador. Todos os elementos citados denunciam a **informalidade das relações** e a **precariedade dos contratos**

Como se pode deduzir, horas extras jamais são remuneradas. A flexibilização das leis trabalhistas, que atingiu a própria CLT, permitiu em várias instâncias, a substituição desse pagamento pela acumulação de créditos no sistema “banco de horas”, que foi instituído no segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, quando iniciou a grande onda de flexibilização no Brasil. “É ponto pacífico que a lei 9601/98⁴⁶ significou um marco no processo flexibilizatório brasileiro” (GONÇALVES, 2004, p. 194). No vínculo de contrato administrativo o agente socioeducativo teria recomposta sua carga horária trabalhada além do que rege o contrato, através de folgas ao trabalho.

Nos períodos considerados mais delicados, em que se aproximam festas populares, como o natal e o carnaval, assim como algumas fases em que o “clima esquentado na unidade”⁴⁷ é comum os agentes trabalharem muitas horas além do seu turno. Em caso de tumultos ou rebeliões, podem ficar até 24 horas no centro de internação, como descreve a ex-coordenadora técnica do CEMMAC:

Aí, seu ambiente de trabalho, você estar trancado 12 horas em um lugar, nos momentos de maior tensão, vira 24, porque você tem que dobrar. Deveria ser o contrário, né? Hoje eu vejo isso, “tivemos problema, suspeita de rebelião, vamos tirar quem já trabalhou”. Porque temos que reforçar a segurança, então, teríamos que reforçar com o plantão do dia anterior. E aí, redobra sua tensão e, aí, doze viram vinte e quatro, e aí, na hora que acaba não dá pra dar folga porque vai desfalcar o quadro. É complicado, muito

⁴⁵ Para Daniellou (1985, in. TELLES, 1995, p:23) as tarefas prescritas são os objetivos fixados ao trabalhador por instâncias exteriores a ele. Já as tarefas reais são os objetivos intermediários que o trabalhador fixa para atender aos objetivos gerais definidos pelas tarefas prescritas. Yves Clot acrescenta que a tarefa prescrita é redefinida pelos coletivos que formam e transformam os gêneros sociais da atividade vinculados com as situações reais (2006, p: 52).

⁴⁶ Lei 9601, de 21 de janeiro de 1998. Fonte: www.nesp.unb.br

⁴⁷ Salles (2003) faz referência à metáfora climática utilizada pelos agentes no DEGASE no Rio de Janeiro.

complicado. Olha, com certeza, a possibilidade de adoecer é grande. Principalmente quem tem envolvimento. (ex-coordenadora)

Segundo a direção de um centro de internação que visitamos, essa situação é agravada pelas dificuldades motivadas pelo número insuficiente de agentes. Se a cada seis meses cada agente tem quinze dias do “período relatório”, inevitavelmente, gira próximo de nove por cento, ao mês, a média de trabalhadores fora da unidade. Os dados da Diretoria de Gestão da Informação e Pesquisa - SEDS sobre o mês de abril de 2008 ilustram essa lógica: de 1387 agentes em todo o estado, 177 estavam nessa fase, o que equivale a 12,76% do total de trabalhadores. Qualquer organização, seja estatal ou privada, depara com esse mesmo quadro em relação ao gozo de férias de seus trabalhadores, portanto trata-se de um fenômeno claramente previsível, sobre o qual a saída óbvia é a previsão do número de agentes necessários.

3.8 - A INEXISTÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Encontramos agentes aparentemente temerosos em mencionar qualquer conhecimento sobre existência de movimentos organizados de sua categoria. Alguns que se propõem a falar sobre o assunto, o fazem ressaltando o insucesso das tentativas ocorridas: “Não existe, onde teve mandaram todo mundo embora, onde estavam organizando um sindicato. Eu sei que mandou”.

Há um problema formal, da condição desses trabalhadores, que, tecnicamente, não são servidores públicos (à exceção dos concursados recentemente empossados), ocasionando a dificuldade de se criar, ou mesmo, se enquadrar em alguma categoria existente.

Nossa pesquisa indica que, na inviabilidade de formação de um sindicato, o que impede a organização de uma associação onde pudesse ocorrer a coletivização dos dramas comuns e a busca de soluções, é a insegurança dos trabalhadores diante da fragilidade dos contratos. Percebemos que a maioria dos agentes entrevistados prefere desconversar, mas alguns se arriscam a confirmar essa hipótese.

Os agentes penitenciários criaram um sindicato em 2004, mas essa categoria, que totaliza quase doze mil funcionários no estado, tem pelo menos um quarto de efetivos. Uma reivindicação atual desse sindicato é conseguir a efetivação de agentes que se encontram sob

contrato, na esteira do que aconteceu na Secretaria de Educação, em 2007, quando foram efetivados milhares de professores sem concurso⁴⁸. Essa estratégia atenderia a um impasse que divide o sindicato e tem o apoio dos agentes, pois eles temem que reivindicações por concursos públicos, que poderiam regularizar sua situação trabalhista, possam representar a perda definitiva do emprego, ainda que precário. Esse temor tem suas bases na constatação de que, atualmente, há muitos candidatos com formação em nível superior, ou que encontram condições para se dedicar integralmente à preparação para as eventuais seleções.

CAPÍTULO IV ESTUDOS DE CASO

4.1 - A HISTÓRIA DE RONALDO

Conhecemos Ronaldo em visitas que fazíamos aos centros de internação, no ano de 2004. No ano seguinte, com o início do nosso projeto de pesquisa, percebemos nas conversas com pessoas que atuavam na área – conforme mencionado na introdução deste trabalho – que ele sempre era citado como um trabalhador com grande experiência na medida de internação. Em entrevista a um psicólogo que trabalhou com ele na instalação do primeiro centro de internação de Belo Horizonte, ouvimos sobre a sua habilidade de “*sentir cheiro de rebelião*”. Além disso, Ronaldo conhecia detalhes do histórico familiar e infracional de quase todos os internos e a coragem para intervir em situações de extrema tensão, em tumultos e rebeliões.

Realizamos cinco entrevistas em profundidade, que aconteceram na sua casa e no Centro de Internação Provisória. Essas entrevistas foram gravadas, e, em seguida, as transcrevemos. Ronaldo optou pelo registro de seu nome verdadeiro e não se opôs à identificação de fatos e pessoas mencionados por ele. Percebemos durante a preparação para

⁴⁸ Lei Complementar 100/2007, de 05.11.2207. Fonte: <http://hera.almg.gov.br>

esses momentos e nas próprias situações de entrevista, o quanto é desproporcionalmente maior, em sua vida, o tempo ocupado pelo trabalho, quando comparado àquele que é destinado ao lazer e outras ocupações extra-trabalho.

Veremos, a partir da descrição a seguir, a história de Ronaldo, marcada longitudinalmente pela FEBEM, instituição que deu lugar aos centros de internação e abrigos existentes atualmente.

4.1.1 - Infância e juventude na FEBEM

Ronaldo nasceu em 1965 e foi deixado aos dois meses de vida na porta do Juizado de Menores⁴⁹. Ficou alguns meses na Creche Menino de Jesus, que à época era administrada pelo Departamento Social do Menor. Por volta dos cinco anos de idade foi encaminhado a um abrigo do sistema FEBEM na região do Barreiro, em Belo Horizonte, onde ficou até os dez anos de idade. Mudou-se, então, para Uberaba, onde morou em um colégio católico conveniado com a FEBEM, o Abrigo de Menores Leopoldino, comandado por padres italianos.

E lá que eu comecei minha infância, né, totalmente, foi lá. Uma infância que eu nunca vou esquecer na minha vida, que foi um dos melhores lugares que passei, da infância, foi lá. Eu trabalhava, nossa, eu fazia tanta coisa boa, trabalhava, eu gostava muito de ajudar. Quando eu tinha dez, onze anos, eu entregava pão para os pobres, que a gente ganhava no supermercado Uberabão. Então, minha vida foi muito ajudar as pessoas, toda a vida, até hoje eu ainda continuo mexendo nessa vida.

A inserção de Ronaldo em atividades de assistência social começou muito precocemente, incentivado pelas características da instituição católica que o recebeu. Esse abrigo aliava ao trabalho de caráter assistencial a determinação de disciplinar as crianças e pré-adolescentes vinculados a ele, por isso, os impunha rigorosas normas disciplinares baseadas em muitas atividades religiosas e no trabalho rural.

Era cinco horas da manhã eu acordava, todos os dias, cinco horas da manhã. Quando eu acabava de tratar dos bichos todos eu tinha que voltar pra ir para a capela oito horas rezar. Tinha missa todo dia oito horas.

⁴⁹

Atualmente se chama Juizado da Infância e Juventude

Então isso foi muito tempo, tendo esse trabalho dentro da igreja também, na comunidade. Eu cantava no coral lá de Uberaba, todo domingo era sete horas da manhã tinha que estar cantando lá pra TV Uberaba. Eu não esqueço também, nunca na minha vida. Com oito anos, nove anos, eu cantava que era uma beleza, até hoje eu canto, assim, música de igreja, sou católico.

Ronaldo relembra essas experiências como uma fase muito significativa em sua vida, pois gostava do tratamento recebido de seus colegas, dos dirigentes da instituição e de lidar com animais. Por outro lado, mostra um sentimento de pesar por não ter uma família, que buscava superar através da religiosidade e muito trabalho.

Por volta dos quatorze anos foi para a Escola Lima Duarte, da FEBEM, na cidade de Antônio Carlos, localizada na zona da mata mineira, região bem distante da moradia anterior. A chegada a essa escola é retratada por ele como muito impactante, pois havia mais de quinhentos alunos, em regime de internação, e todos desconhecidos.

Em Antônio Carlos, os primeiros dias é como se fosse uma bomba que caísse na cabeça da gente. A gente sai de um lugar, assim, em paz, e cai num colégio do estado, da FEBEM. Normalmente, eu achei que ia ser uma bomba pra mim, nó, 'que situação vou passar aqui', olhava para um lado, não conhecia ninguém. Quando eu fui, naquela época pra lá, os outros irmãos assim, os amigos foram tudo para outros lugares. (...) No início, foi duro, mas foi chegando num ponto, aí, eu gostava de trabalhar no campo, né? Capinar, esses negócios. Trabalhar no capão, capão era onde ficava os bezerros, né? Eu plantava eucalipto. Um momento, assim, muito pesado pra mim, é que a maioria dos meninos tinha família, eu não tinha ninguém. Eu não sabia nem o que era mãe, o que era pai, o que era irmão.

Ele fala de algumas situações em que o sentimento de solidão era muito forte, e a falta de referências de laços familiares o abatia, como, por exemplo, nas festas de fim de ano, quando a maioria dos internos podia encontrar com familiares. Nessas ocasiões, alguns religiosos se preocupavam e faziam companhia a ele. Nessa escola havia um sistema de apadrinhamento dos internos por pessoas da comunidade. O casal que batizou Ronaldo ficou por muito tempo como referência afetiva para ele, ainda que distante. Sua madrinha morreu, mas até hoje ele tem contato com o padrinho. Essa era uma das formas de contribuição e responsabilização de outros setores da sociedade sobre a educação dos alunos da escola. Essa entrada da “comunidade” na instituição, e as devidas contrapartidas norteiam sua prática até os dias atuais, quando se queixa de uma suposta desarticulação e desresponsabilização da sociedade, em geral, com o drama do adolescente em conflito com a lei, e os efeitos desse

cenário sobre o fracasso, em sua opinião, da política de reinserção dos jovens.

Ele elogia o tratamento dado pelos funcionários e a direção da Escola Lima Duarte, por não se descuidarem da disciplina no tratamento com os alunos:

De segunda a sexta, oito horas, tinha que estar todo mundo na cama, dormindo. Quem estudava à noite tinha que ir pra aula, até nove e meia, até dez horas da noite. A gente acostumava, a gente não via televisão, televisão era só sábado à noite e domingo até oito horas da noite, só! Então, a gente acostumava com essa vida assim, não pensava em bobagem, todo mundo tinha que trabalhar, acordava cedo mesmo. (...)

Havia punição aos internos que fizessem “arte mais pesada”. Não era raro o procedimento de colocar o adolescente ajoelhado ou em pé durante horas e, em algumas situações, chegavam a bater. Na situação em que ele próprio apanhou, considerou que havia merecido, pois, para ele, tudo que os funcionários da escola faziam se incluía em um esforço para que todos ali se *tornassem homens*.

Essa escola também atendia público externo. Quanto aos alunos internos, podiam ter, ou não, histórico de institucionalização. A tentativa de disciplinar essa enorme quantidade de alunos, com histórias tão diversas e poucos monitores para acompanhar, se dava pela vias descritas acima. No entanto, Ronaldo não avalia as medidas punitivas de maneira negativa, nem percebe a escola como um espaço pautado pelo controle. Para ele, tratava-se de um instrumento importante para a formação do caráter, gerador de bons resultados, tanto no seu caso pessoal, quanto na história de muitos colegas.

Outro tipo de controle que se mostrava eficiente era baseado nas regras informais, estabelecidas internamente entre os alunos.

Nós tinha muito menino lá que era infrator também, gostava de roubar e tal, mas quando chegou lá, parou. Lá, não podia roubar, nós tínhamos quinhentos e quarenta meninos, ninguém podia roubar de ninguém, se roubasse virava uma bagunça. Os próprios meninos batiam, batiam no cara que roubava. Então, não roubava não.

Ronaldo ficou nessa escola até completar dezoito anos, quando se transferiu para a unidade do Horto, em Belo Horizonte, onde lhe ofereceram oportunidade de trabalho. O tipo de tarefa que ele julgava ter habilidade e prazer em executar se assemelhava ao que aprendera, ainda criança, no colégio católico em Uberaba: pedir doações e distribuí-las. Ele afirma encontrar “satisfação” em ajudar as outras pessoas:

Eles me puseram logo para buscar doação lá no Ceasa. Eu tenho a mania de pedir doação, aí, comecei a pegar doação pros meninos lá, da Febem. Eu pegava muita coisa lá, uma kombi cheia de mercadoria, doação, frutas, legumes. Minha satisfação na minha vida toda é essa, sempre estar ajudando os outros.

4.1.2 - Fase adulta na FEBEM

Nessa mesma época, em meados da década de oitenta, Ronaldo participou de projetos na FEBEM dirigidos a crianças e adolescentes em situação de rua. Após alguns anos, chegou a coordenador de recâmbio, setor responsável pelo reencaminhamento de crianças e adolescentes para casa. Sua efetivação⁵⁰ como funcionário da FEBEM aconteceu a partir de 1988. Em 1995, a FEBEM foi extinta em Minas Gerais, muitos serviços foram mantidos, porém subordinados à Secretaria de Estado da Criança e do Adolescente, recém criada para essa finalidade. Suas escolas, creches e abrigos foram sendo submetidos progressivamente a novas formas de organização, e a estrutura do bairro Horto, em Belo Horizonte, passou por diversas improvisações e readequações. A maioria dos trabalhadores foi realocada em outros programas da secretaria, outros se mantiveram atuando nos últimos serviços existentes naquela unidade, especialmente a creche e o abrigo juvenil feminino. Sobre essa fase, Ronaldo registra o abandono desses trabalhadores:

Depois, nós ficamos lá, infelizmente, completamente abandonados pelo estado. Nós ficamos em um lugar sem fazer nada. (...) A gente diz assim: a gente ficou sem lugar. Nós que éramos funcionários da FEBEM, nós fomos completamente abandonados pelo estado e pela sociedade.

Esse abandono, para ele, era a ratificação da imagem negativa da FEBEM predominante na sociedade, da qual discorda, por considerar que *falavam mal* da instituição sem conhecê-la a fundo, e sem a capacidade de propor melhores serviços no seu setor de atuação. Quanto a isso, registramos sua argumentação recorrente sobre a eficácia do trabalho educativo realizado pelas instituições onde trabalhou no sistema FEBEM, especialmente se comparadas aos atuais centros de internação no presente:

⁵⁰ Termo usado no serviço público para situação funcional em que o trabalhador tem estabilidade no emprego e direito a outros benefícios: férias regulamentares, férias-prêmio e previdência.

Como se diz: quando se fala mal de alguma coisa, ela tem que fazer essa coisa funcionar, e não fazer essa coisa funcionar como está sendo hoje. Então, quando eu falo que essa fase da FEBEM foi muito boa, os meninos saíam muito... a gente tinha condição de recuperar setenta, oitenta por cento. E a gente achava que não dava, que setenta, oitenta por cento, era pouco ainda, a gente brigava muito entre si mesmo. Depois quando foi acabando as coisas assim, como o abandono da própria instituição, e todo mundo virou a falar mal dela, mas era o único lugar que eu ainda via que fazia alguma coisa para esses adolescentes, para essas crianças abandonadas, sabe?

A esse respeito, Ronaldo amplia sua defesa à FEBEM mencionando a trajetória de muitos contemporâneos, que, em sua avaliação, encontravam apoio da instituição:

A FEBEM acompanhava o menino, conheço menino que ficou até 23 anos lá dentro, mas saiu “homem”, saiu advogado... saiu... nós temos aí hoje mais de 500 ex-alunos da FEBEM que trabalham na polícia militar e eram acompanhados direto pela polícia militar. Bombeiro... é... hoje temos sargento, coronel (...) hoje temos advogado, médico... temos pedreiro, servente, nós temos sapateiro. Muitos aí, ex-alunos trabalhando nos Estados Unidos de garçom... cozinheiro... tudo que você pensar na vida nós temos.

O conhecimento do percurso feito por muitos ex-colegas tornou-se possível a partir da Associação de ex-alunos da FEBEM de Minas Gerais, da qual é representante. Essa associação se encontra enfraquecida, mas Ronaldo tem um volumoso banco de dados e é convidado para eventos promovidos por associações de ex-alunos da FEBEM em outros estados. Ainda assim, há situações em que oferecem algumas pequenas ajudas a ex-alunos necessitados, através da solidariedade de integrantes da própria associação, pois, segundo relata, a manutenção se tornou difícil porque *o estado não ajudou em nada, a gente era considerado mal exemplo para sociedade.*

Ronaldo refere-se aos estudos em sua vida como uma atividade menos prazerosa, principalmente se comparada à sua disposição ao trabalho. Salientamos, no entanto, uma relação peculiar que faz entre educação e trabalho:

*Eu nunca gostei totalmente de estudo, minha vida foi mais de trabalhar. Eu nunca gostava, assim, de estudo, o pessoal até me cobra (...) Mas eu não tive essa conquista no estudo. Eu nunca vi gostar de trabalhar que nem eu, desde pequeno, trabalhava capinando mesmo na FEBEM, plantava arroz, feijão, mas estudo, eu não cheguei a estudar, parei na oitava série, não quis mais estudo de jeito nenhum! **Pra mim meu estudo é assim, gostar mesmo do que eu faço**, e o que eu faço é muito assim, lá no meu serviço hoje, ninguém quer.*

Mesmo não tendo concluído ensino médio, como é a exigência atual para o trabalho de agente socioeducativo, ele defronta cotidianamente no trabalho com muitas informações sobre o sistema socioeducativo, das quais não se esquivava e mostra interesse em aprofundar: faz levantamentos de dados sobre reincidência, investiga informações sobre as redes dos internos nos arquivos existentes, é chamado a integrar grupos de discussões de casos e acompanha documentos elaborados pelo Ministério Público e Juizado da Infância e Juventude. O interesse especial que apresenta em relação às informações sobre os internos fez com que superasse a resistência ao uso de computadores e atualmente ele os utiliza rotineiramente.

Dentre as pessoas que sempre o estimularam a se desenvolver nos estudos, estava uma ex-diretora da FEBEM, que se tornou superintendente no sistema socioeducativo, no final da década de noventa. Ronaldo atribui a ela a responsabilidade pela sua saída do cenário de abandono posterior à extinção formal dessa instituição, ao convidá-lo, em 1999, para participar da instalação improvisada⁵¹, de urgência, do Centro de Internação de Adolescentes de Belo Horizonte, CIA- BH.

O convite para supervisor de segurança nesse centro deu nova configuração ao seu trabalho, já que a *falta do que fazer*, que o inquietava nos últimos anos, foi substituída pela experiência desafiadora de lidar com a segurança de jovens oriundos de uma rebelião traumática na cidade de Sete Lagoas e com trajetórias infracionais marcadas por atos graves.

Começou em 99, dia 15 de novembro fui nomeado para ser supervisor. Quando cheguei no CIA BH deparei com uma quantidade de adolescentes extremamente... solicitando socorro. Quando cheguei eu levei um susto, parecia que eu tava vendo uma cambada de adolescentes enjaulados, presos, estavam todos machucados, com nariz sangrando, com as costas cheias de borrachadas, apanhado pela polícia militar, o pessoal do choque, o pessoal da ROTAM.

A intenção de oferecer um atendimento humanizado a esses internos era praticamente impossível, pois ficavam trancados o dia inteiro, vigiados por policiais. A diferença de perspectivas quanto ao tratamento destinado ao adolescente em conflito com a lei rendeu a Ronaldo problemas com policiais em uma tentativa de rebelião:

⁵¹ Esse momento marca uma nova fase na medida de internação em Minas Gerais, conforme detalhamos no capítulo que trata da história dos centros de internação.

Teve uma vez uma rebelião lá no CIA - foi em 2001. Um policial militar... eu já tinha contornado as coisas lá dentro, eles estavam na porta, perto dos meninos, falando: “você tudo é bandido, ladrão, você tem tudo que morrer!” Na mesma hora eu entrei, pra defender os meninos, eu entrei e falei assim, “ô policial, toda classe tem gente ruim, nós temos agente, infelizmente, ruins, nós temos diretor, nós temos polícia civil, polícia militar, nós temos tudo quanto é no país nosso, temos uma pessoa que é ruim”. Aí, ele falou: “você está preso porque chamou nós de bandido”. Eu falei: “Eu não chamei vocês de bandidos, não!”. Aí, começou aquela discussão, aí mandaram a polícia entrar lá dentro, aí, começaram a dar tiro de borracha nos meninos.

A partir daí, Ronaldo direciona, definitivamente, sua ação para adolescentes em situação de privação de liberdade:

Então, foi um desafio muito grande o meu trabalho, reconstituir esses meninos, passar a dar mais respeito pra eles, a igualdade social que neste país nós não temos. Até hoje, eu estou aí trabalhando com esse tipo de menor infrator e a coisa que eu mais gosto na minha vida é trabalhar com esse tipo de menino, adolescente. É um desafio que a sociedade precisa enxergar, porque infelizmente ela... o desejo deles é que esses meninos morra, mas eu tenho uma visão completamente diferente.

Entre sua entrada para o CIA-BH até a realização de nossas entrevistas passaram-se oito anos. Durante esse período ele atuou principalmente nesse centro de internação e no Centro de Internação Provisória – CEIP Dom Bosco. Porém, afirma conhecer quase todos os centros de internação do estado, e, em vários deles, chegou a atuar por pequenos períodos, inclusive na implantação de alguns. Sua trajetória no sistema socioeducativo mostra peculiaridades, como ilustram as seguintes afirmações:

Eu comecei no CIABH em 1999, fiquei uns três anos, até 2003 eu fiquei no CIA, de 2003 para cá eu fico muito no CEIP, mas ficava nos dois. Eu não trabalho só no CEIP e no CIA, eu trabalhava em outras unidades, ajudava, onde tinha problemas eu ia.

Eu ia amenizar as coisas, conversar com os meninos (Sobre as idas a outros centros).

Em 2003, quando morreram aqueles meninos dentro da cadeia, no CERESP, em Juiz de Fora, me chamaram, eu e mais uns três agentes fomos pra lá. Eu fui como coordenador.

Até no semiliberdade ele me chamaram para conversar com os meninos. Também aquele centro no Justinópolis, os Amigonianos⁵². Onde eu vou eu sou bem aceito pelos meninos, porque eu trabalho honesto, na hora de

52

tomar atenção eu tomo. Mas graças a deus eu tenho essa autonomia de conversar com os meninos, com respeito, mostrar para eles que eles não são bandidos.

Ronaldo nos mostra, que a *autonomia de conversar com os meninos* ganha outros espaços importantes para a execução do seu trabalho. O principal deles é outro tipo de autonomia, que, na medida do possível, ele impõe à organização, dando margem a intervenções junto a famílias, visitas domiciliares, busca de doações, visitas a outras unidades e outras tantas tarefas que fogem às prescrições do trabalho dos agentes socioeducativos.

4.1.3 - Elementos do Trabalho no Sistema Socioeducativo

Para melhor compreensão do trabalho de Ronaldo a partir de 1999, optamos por separar algumas características em tópicos. A partir daqui, somaremos aos relatos dele próprio, as informações obtidas em depoimentos de pessoas que trabalharam ou mantiveram contato profissional com ele. Os dados dos autores não serão informados, em respeito à solicitação dos próprios entrevistados.

4.1.3.1 – A relação com o trabalho

O relato que fizemos da biografia de Ronaldo, especialmente, no período em que era aluno da FEBEM, expôs a posição central ocupada pelo trabalho no seu processo de autoconstrução - inclusive, quando o coloca no lugar dos estudos.

Ronaldo não se casou e não tem filhos. Sua namorada mora próximo ao centro de internação, já sua residência é muito distante dessa região, então, é comum passar dias sem ir à sua casa, por sair muito tarde do trabalho. Ele sente-se orgulhoso em dizer que há 23 anos nesse trabalho não usou *um atestado médico, não tem uma falta e nunca chegou atrasado na unidade*. E acrescenta: *“se fosse pra contar, eu tenho três mil dias para pegar de folga”*, referindo-se, nesse comentário, à conversão em dias de folga das horas trabalhadas além do

previsto no contrato trabalhista. Além disso, ele transforma os períodos de férias em atividades ligadas ao seu trabalho:

Eu posso pegar 25 dias úteis de férias, eu não agüento ficar um mês na minha casa de férias. Eu fico doido, eu começo andar aqui nas favelas, eu começo andar, conversando com todo mundo, vou na casa de um menino, vou na casa do outro. Eu ligo pra lá (centro de internação) e peço: me dá o endereço da casa de um menino, e vou lá, eu gosto. Muitos meninos aqui do bairro. Eu quando estou aqui, as famílias me chamam e falam: “ô Ronaldo, dá uns conselhos pra o meu filho”. “Vamos conversar aqui”. Converso normalmente, mostro para ele que a vida não é essa, que adolescente, infelizmente, fica preso, no meio das grades ali, fica é preso, não adianta falar que vai cumprir medida sócio-educativa.

A fase na qual sentiu a falta de um lugar, após a extinção da FEBEM, reduzira sua ação, mas não o imobilizara. Apesar de dizer que *não tinha o que fazer*, ele se ocupava em distribuir cestas básicas, e acompanhar a sobrevida dos serviços de atendimento direto a crianças e adolescentes, que, paulatinamente, estavam sendo substituídos.

Na entrada para o trabalho no CIA-BH, ele encontraria o ambiente apropriado para a disposição que mostrava, dada a precariedade nas condições dos adolescentes ali *depositados*. O envolvimento pessoal no trabalho, que marcara sua vida, tomara aqui dimensão proporcional à gravidade dos problemas que o centro enfrentava.

4.1.3.2 - Vínculo Empregatício

A situação profissional de Ronaldo revela-se como uma das raras exceções do sistema. Ocorrida no final da década de oitenta, como decorrência dos vários anos de trabalho na FEBEM, sua efetivação no serviço público foi fruto de alterações jurídicas circunstanciais que o beneficiaram, a despeito de não ser concursado. O caráter de exceção revela-se na constatação que os agentes socioeducativos são, em ampla maioria, admitidos por contrato de prestação de serviços, conforme discutimos anteriormente.

Ronaldo sabe que, diferentemente de seus colegas de categoria submetidos ao contrato semestral, ele encontra maior segurança ao confrontar determinações superiores das quais discorda. No início do ano de 2007, deparemos com ele no prédio da Secretaria de Defesa Social, quando nos disse que estava ajudando na implantação de outros centros, e que se afastara do Centro de Internação Provisória por não concordar com algumas ações da

direção.

Eu ficava lá ajudando o pessoal na parte administrativa, se estava faltando alguma coisa. (...) Aí, fiquei uns três meses na Suase, mas eu não agüentei, eu ficava doido. Sentia mal dentro de um lugar que não tinha ninguém, assim. E as unidades precisando de mim, menino mandando recado. Eu afastei, acabou, viram que eu era importante, pediram pra mim voltar. Eu ficava aqui mesmo, tinha uma turma aí, que pra mim não dava pra trabalhar. Foram as piores épocas pra mim, eu fiquei fora da parte social mesmo.

Ele afirma optar pelo bom relacionamento com seus superiores, mas quando essa relação tensiona, ele agrega a valorização de sua presença no centro de internação, movida por competências específicas que adquiriu, ao destemor às figuras de autoridade, que detalharemos posteriormente.

O tipo de contrato a que está subordinado interfere, também, na organização da carga horária, que não é composta por turno de 12 por 36 horas, mas prevista para quarenta horas semanais, distribuídas em oito horas diárias, restritas aos dias úteis.

4.1.3.3 - Um agente com atribuições diferenciadas

A atuação de Ronaldo inclui atividades que destoam das práticas da maioria dos agentes socioeducativos. Na época de nossas entrevistas, seu cotidiano se iniciava com a presença, no início da manhã, na Delegacia de Orientação e Proteção a Criança e Adolescente DOPCAD. Essa delegacia recebe todos os adolescentes apreendidos em Belo Horizonte, que, em seguida, são encaminhados para serem ouvidos por representantes do Juizado da Infância e Juventude e do Ministério Público. O papel de Ronaldo nessa fase era detectar os riscos existentes para a internação provisória do adolescente, através da investigação de seu lugar de origem e as gangues ou pessoas com as quais esteja em atrito, ou em “guerra”, para usar seu jargão.

Segundo seu relato, essa “triagem” tem se intensificado nos últimos anos devido ao grande número de adolescentes ameaçados de morte e dos graves episódios de efetivação de tais ameaças. O sistema socioeducativo tem deparado com substancial crescimento desse duplo lugar de ameaçador e vítima ocupado por jovens, potencializado no Centro de Internação Provisória, que, sempre superlotado, encontra dificuldades para administrar internamente as situações contenciosas. Mesmo dentro dessas limitações, busca-se respeitar os critérios dessa triagem em busca da redução de agressões entre os internos.

Essa intervenção no momento da entrada no sistema amplia a possibilidade de conhecimento sobre o jovem e sua família. O interesse pessoal de Ronaldo sobre a situação de cada interno propicia a aproximação com os familiares, e, mesmo que seu cotidiano no centro não se restrinja à ocupação dos postos comumente ocupados pelos agentes, em contato direto com os adolescentes, ele cria condições para tal proximidade por outros caminhos.

Mesmo quando atua dentro do CEIP, Ronaldo não trabalha no revezamento cotidiano de postos nos pavilhões internos, como a maioria dos agentes socioeducativos daquela unidade. Ele circula pelos diversos setores, busca doações, acompanha visitas de representantes do Juizado e Ministério Público e realiza pesquisas sobre a situação de adolescentes internos e egressos. Pode tanto ser acionado para fazer uma escolta, como acompanhar problemas na manutenção das instalações, ou mesmo, atender demandas de familiares dos internos.

Por conhecer a história de muitos adolescentes, ele é chamado a opinar sobre o encaminhamento dos internos para alojamentos onde encontrem menores riscos de serem agredidos por rivais nas “guerras” travadas fora da internação. Nos casos de adolescentes cuja agitação esgotou os recursos de persuasão dos outros agentes e que têm maior facilidade de contato com ele, pode ser chamado a intervir. Ademais, dificilmente encontraremos outros agentes que utilizem seu período de férias para visitar adolescentes e seus familiares que tenham conhecido no centro de internação e se coloquem com tanta disponibilidade ao sistema.

4.1.3.4 - Questionamento da escolha/lugar profissional

Ronaldo expõe faces contraditórias do trabalho do agente socioeducativo. Se, por um lado, ele fala reiteradamente de uma satisfação em ajudar e do afeto que circula na relação com os internos, o questionamento quanto aos resultados globais o inquieta, a ponto de colocar o trabalho em xeque.

Um tempo atrás eu falei assim, que eu queria sair, mas não pelos meninos não, pelo abandono mesmo, abandono, de não ter nada. Como você vai trabalhar num lugar que não tem nada. Não ter nada é assim, não ter uma cesta básica. A gente via aquela família saindo tudo assim, sem uma coisa para ele alimentar.

Questionei sim, o mal resultado. O mal resultado é esse... um foi assassinado e outro está preso. Meu questionamento não é com o menino

não, é com o resultado nosso, negativo.

Ronaldo afirma já ter pensado, algumas vezes, em outras possibilidades profissionais, especialmente quando questiona o trabalho de educador. Para ele, o trabalho como garçom ou cozinheiro são mais bem remunerados e, devido aos treinamentos que passou, representariam alternativas profissionais bem mais amplas :

Já pensei várias vezes, “ah, vou embora, trabalhar de garçom, de cozinheiro, entregar meu currículo, porque muitas vezes o próprio hotel (Hotel escola Grogotó, em Barbacena) também contrata, é só chegar lá e falar: “tem emprego aí? Eu fiz curso aí”. Eles mandam pra qualquer lugar do país. Até hoje eles mandam pessoas pra fora. Mas eu já tive pensando várias vezes em sair, largar a parte social e mexer na minha área.

Outro ponto que se destaca na visão de Ronaldo sobre a inserção em outros campos de trabalho reside na sua disposição a enfrentar qualquer tipo de ofício, que atribui à sua história na FEBEM, o “*não ter medo de trabalho*”:

Eu tenho emprego pra tudo quanto é lado. Eu faço assim, comida, de vez em quando eles me chamam nos lugares aí, “tem jeito de fazer comida pra quinhentas pessoas, trezentas?”. Eu faço. Eu sou treinado pra isso, eu faço comida até hoje. Vou em festa, trabalho de garçom, entendeu? Faço segurança. Eu faço qualquer coisa na minha vida, até de pedreiro, se deixar, eu sei mexer. Se eu quiser, até ajudar em mudança, se falam assim, “vamos tirar esses armários daqui”, eu tiro, normal. Eu tenho esse dom do trabalho, eu não tenho a... escolha, nunca tive esse negócio de escolha não.

Entretanto, Ronaldo assume que sua saída do sistema socioeducativo não seria uma decisão banal. Ele reconhece, e encontra a adesão de sua namorada e colegas, que encontraria grandes dificuldades numa eventual mudança de trabalho.

Mas, eu fico pensando, como deixar? Mas eu não consegui. Gostar desse meninos não é fácil não, eu ficava, assim, pensando, como? Eu estava até conversando com a minha namorada ontem, “sair, trabalhar em qualquer coisa, a profissão que eu já fiz”. “Eh, mas você não vai agüentar”, ela falou que eu não ia agüentar. (você concordou?) Concordei. A dedicação pra mim, eu principalmente, é muito grande. Muitas pessoas não gostam, né? Mas a minha dedicação nesse trabalho é, talvez, mais do que uma vida.

Ao sentimento de derrota pelos poucos resultados da medida de internação se

somam outros tipos de insatisfação, decorrentes das dificuldades de aceitação de algumas de suas práticas pelos colegas de trabalho e pelos superiores. Em nossas entrevistas com ele, esses fatores surgiram de forma pouco relevante, mas foram registrados por uma pesquisadora, no ano de 2004, ao comentar seu depoimento:

Seu relacionamento com os demais funcionários é variável. Com alguns ele chega a caracterizar seu relacionamento como péssimo, principalmente os agentes penitenciários. (BARRETO, 2004, p. 387)

Mesmo em nossa pesquisa, ele mencionou sua saída do CEIP Dom Bosco em 2007 devido à discordância em relação aos métodos empregados pelo diretor da unidade, mas não quis entrar em detalhes. Porém, alguns meses depois, o encontramos trabalhando nessa mesma unidade, com limitação de atividades. Em outros momentos, ele cita alguns incômodos apresentados por agentes e pessoas do corpo técnico administrativo em relação à sua forma de agir, mas que, aparentemente, não o preocupam:

*Eu acho que é mais é ciúme, sabe? Eu acho que é ciúme, por que, se você está numa rebelião numa hora, eu participei de uma rebelião, eu fui chamado, quando os meninos me viram, abaixaram a cabeça pra mim: Vergonha de mim! O que eu falo pra eles? “Que foi, que que vocês estão querendo?. Aí, esconderam, abaixaram a cabeça. Os agentes, alguns agentes, covardemente, correram. “Tá lá o cara passando a mão na cabeça daqueles meninos”. Isso é que é ser bravo, bater e machucar. **Eu nunca olhei, eu nunca quis olhar essa parte do olhar deles, e a gente vê o olhar deles muito diferente pra mim, realmente.***

Em sua avaliação, os “olhares diferentes” dos colegas sobre o seu trabalho devem-se ao tratamento carinhoso que dedica aos adolescentes:

(...) o que eu faço é muito assim, lá no meu serviço, hoje, ninguém quer. (ninguém quer fazer, ou ninguém quer que você faça?) Ninguém quer que eu faça. Não quer por quê? Eu abraço o menino, chamo de filho, eu considero todos eles como filhos.

4.1.3.5 - Atitude paternal

Apesar dos questionamentos mencionados, o investimento de Ronaldo no trabalho abrange a busca de criação de laços afetivos com os adolescentes que podem passar por instâncias variadas. Começa pelo contato que faz com as famílias ao atuar na DOPCAD,

onde o adolescente é introduzido no sistema. Ele utiliza, ainda, momentos do dia de visitas para conversar com familiares, e, historicamente, nas situações de grande precariedade socioeconômica, busca ajuda material para a família, como doação de cestas básicas. Como mencionamos anteriormente, sua ida à comunidade de origem do adolescente, quando deveria estar de férias, amplia seu conhecimento sobre a situação familiar e abre espaços diferenciados de escuta. Por trás de todas essas ações, ele realça a presença de um sentimento paternal:

Engraçado, a minha namorada me pergunta porque eu não tive filho. Eu esqueci. Esqueci de casar, esqueci de viver também, fiquei mais presente com eles, e, quando eu falo “filho”, eu me senti assim, dele como um filho porque eu ficava só ali naquele trabalho, desde a época de FEBEM eu preocupava mais com os meninos e tratei eles como filhos. Eu queria que fosse assim, fosse talvez igual a eu, como as pessoas me chamavam de filho também na FEBEM. “ô Ronaldo, como você está”, “ô meu filho, eu estou bem”. Então, tinha essa coisa que passou esses sentimentos como fizeram comigo, me tratando como se fosse um filho, eu passei a respeitar esses meninos como se fosse um pai pra eles. O sentimento que eu tenho por ele, coitado de mim se eu tivesse um salário que pudesse ajudar ele!

Eu abraço o menino, eu chamo de filho, eu considero todos eles como filhos. Na hora que tem que pegar pra pegar, eu pego também, pra por de castigo, tem que ter um castigo, se até o filho da gente, a gente tem que por de castigo também o filho da gente. Esses meninos eu trato como filho.

Ele é acionado por familiares para aconselhar adolescentes que insistem em não se responsabilizar por atos infracionais cometidos, ou irmãos dos internos que são fonte de preocupação para os familiares por estarem iniciando em práticas infracionais:

Eu quando estou aqui, as famílias me chamam e falam: “ô Ronaldo, dá uns conselhos pra o meu filho”. “Vamos conversar aqui”. Converso normalmente, mostro para ele que a vida não é essa, que adolescente, infelizmente, fica preso, no meio da grades ali, fica é preso, não adianta falar que vai cumprir medida sócio-educativa. Um lugar, que de acordo com o estatuto, tinha que ser tipo um alojamento... mas é grade.

4.1.3.6 - Os impactos do trabalho na saúde mental

A afirmação de que jamais usou atestado médico no trabalho não significa que Ronaldo não tenha encontrado dificuldades para a manutenção da saúde mental em determinados períodos desses oito anos trabalhados em centros de internação. Além dos

problemas, já mencionados, no trato cotidiano com a situação de internação de adolescentes, ele passou por situações de extrema tensão em sua trajetória, que envolveram morte de internos no próprio centro de internação.

Se considerarmos que ele é acionado para intervir em outros centros de internação na iminência ou ocorrência de tumultos e rebeliões, a probabilidade de vivenciar agressões mais graves sempre esteve presente no seu trabalho. E, de fato, ele testemunhou várias mortes, sendo que dois episódios o marcaram de maneira significativa:

Quando o menino foi morto pelos outros lá no CIA, foi mais de um mês sem dormir. Até chorei de desespero, eu chorei de desespero quando vi um menino morrendo, sem poder fazer nada. Não tinha ninguém, todo mundo saiu correndo. Eu fiquei totalmente desesperado. E depois quando eu fui lá, tive que ajudar a enterrar.

Três meninos que morreram...no fogo... em 1999... início de 2000... não, finalzinho do ano, foi lá no CEIP. Eu estava lá no CIA e me chamaram correndo pra ver o que estava acontecendo, era fogo dentro do alojamento, os meninos puseram o colchão na porta e como que abria, jogamos água e nada, um pouquinho mais e conseguimos abrir a porta com um pedaço de marreta, os meninos saíram totalmente assim, com a pele toda caindo, queimada. Eu também fiquei mais de um mês sem dormir direito.

Pesadelos e insônia se sucederam a esses eventos e, a princípio, Ronaldo tentou conviver com os sintomas, mas acabou procurando ajuda médica:

O sono da noite, deu problema na cabeça a noite. Eu estava assim, “bum” dava aquele estalo, parece que eu via o menino assim. Pesadelo. Não dormia não, estava aqui três hora da manhã do lado de fora aqui, da minha casa. Um amigo meu que mora ali, Marcos, eu ia pra casa dele, ficava assistindo televisão a noite inteira lá até três horas. Aí, eu fui no médico e ele me deu um remédio pra dormir. Aí, deu uma relaxada no nervo, mas a cabeça ficava assim... (movimento de giro).

Com o tempo, sua vida foi voltando à normalidade e o sono foi recuperado, quando suprimiu o uso de medicamentos. Ele não menciona qualquer outro episódio de aparecimento de sintomas psíquicos. Também não relatou, em nenhum momento, que tenha passado por dificuldades de saúde que tivessem relação com o conteúdo do trabalho.

4.1.3.7 - FEBEM X Sistema Socioeducativo

Trinta anos da vida de Ronaldo foram vividos dentro da FEBEM, sendo que uma parte da infância foi em instituição conveniada administrada por padres católicos, e por pelo menos quinze anos da fase adulta, atuou como funcionário dessa instituição. Para ele, o atendimento prestado atualmente aos adolescentes em conflito com a lei é fracassado e, em sua avaliação, representa o oposto do modelo que vivenciou naquela instituição.

A FEBEM carrega o forte estigma de ter sido protagonista de uma dramática história de negligência em relação às crianças e adolescentes sob sua tutela. No entanto, a representação de Ronaldo sobre essa instituição se desenhou a partir da experiência pessoal de um aluno tutelado, que se tornou tutor, e que se vale da própria história como exemplo de sucesso do modelo, por não ter se tornado *bandido*. Como ele próprio afirma ao nos mostrar a foto de quando era criança na FEBEM, “*eu fui um resultado*”. E indaga: “*Hoje, se eu fosse hoje adolescente, que que eu ia ser, gente, na vida hoje?*”.

Mas não é apenas no exemplo pessoal que ele fundamenta sua argumentação sobre a eficácia do modelo que integrou. Ele se baseia também na trajetória de muitos de seus ex-colegas:

Na cidade de Antonio Carlos, perto de Barbacena, onde fui criado mais, eram 550 meninos. Formava 200 meninos no ano, pra sair com emprego e tudo, tudo, tudo encaminhado. E esse menino era desligado totalmente, era desligado mas não era sem nada não. Só se você não quisesse: “Não quero, quero virar bandido”. Aí você ia pro caminho, nós mesmos insistia, os meninos que estavam lá dentro. A gente fazia reunião todo sábado, depois da missa, a gente conversava entre nós lá, 550 meninos, dentro da igreja. Que isso, a gente não queria ver ninguém saindo em situação difícil. Lá a recuperação era 90%. Hoje, o que você acha que é a recuperação?

Vemos que o parâmetro adotado por ele para tal avaliação circunscreve, preferencialmente, o encaminhamento do egresso para colocação no mundo do trabalho, e conseqüentemente, a não reiteração delituosa. Ronaldo acentua: “*Tenho um levantamento todo, de antigamente e de hoje. Hoje, nós conseguimos recuperar 0,7 %. De cem alunos, você tira 0,7... menos de um por cento*”.

Tanto a afirmação desse dado, quanto aquele referente aos efeitos do trabalho desenvolvido pela FEBEM, são sustentados em explorações feitas pelo próprio Ronaldo sobre a política desenvolvida pelo estado na atenção aos adolescentes. Daí, ele relaciona a situação da escola de Antônio Carlos, que não era um local destinado à internação de adolescentes em conflito com a lei, mas vivia, sim, sob a égide do Código de Menores, com a realidade vivida

pelos centros de internação, que têm a missão de atender à excepcionalidade prevista nessa medida.

A comparação se estende à sua fase adulta, já como funcionário da FEBEM. Ele acentua que quando trabalhou no setor de recâmbio dessa instituição, as condições socioeconômicas da família à qual entregariam as crianças ou adolescentes eram consideradas e, havia uma preocupação social que não se vê atualmente. Ronaldo considera que a maior preocupação hoje é com a questão da segurança:

Parece que o governo antigamente dava mais assistência à família desses meninos, hoje não tem. Hoje você não vê um trabalho social, hoje você vê um trabalho mais na parte de segurança. (...) A gente ia entregar um menino sabendo as condições familiares dele, sabendo se tinha condições realmente de receber. Quando não tinha condição de receber a gente voltava com o adolescente, encaminhava de volta para o juizado ou para o ministério público para serem tomadas as medidas cabíveis referentes a esse menino para que ele não fosse abandonado.

Nessa comparação, Ronaldo foca algumas questões que são centrais no debate atual sobre a *delinqüência juvenil*. Em primeiro lugar, a entrada e a facilidade de acesso a drogas mais agressivas:

Na minha época, quando eu comecei a trabalhar, a gente não via menino usando maconha, cocaína, heroína, essas drogas pesadas, hoje virou comum a droga, virou comum. Naquela época a gente tinha um tipo de tratamento para esses meninos que tava começando a mexer com droga. Antigamente a gente falava até assim: COLA. Se cheirava cola, se cheirava Thinner. Antigamente não tinha isso, essas drogas mais pesadas.

Para ele, o acesso a essas drogas consideradas mais pesadas, principalmente a cocaína, agem em dois sentidos, ao encorajar a pessoa a fazer coisas que não faria sem os efeitos de seu uso, e nas guerras por domínio de áreas do rentável mercado que alimentam:

Então, realmente, esses meninos de hoje, eles tem coragem de meter um assalto a banco, a supermercado, a padaria, a uma pessoa no banco recebendo dinheiro, eles têm coragem, porque a droga é muito pesada, ela deixa a pessoa muito desequilibrada. Realmente, nós estamos vendo aí na televisão, na rádio, mortes... é... esquadrão da morte. As pessoas encapuzadas matando as pessoas inocentes por causa de uma pessoa só. Porque a pessoa ta devendo droga ali, o outro chega e quer fazer uma queima de arquivo, tudo está envolvido no tráfico de drogas.

Essa fala também ilustra o segundo item que trataremos sobre a comparação feita

por Ronaldo entre o passado e presente. Trata-se das ameaças e concretizações de atentados à vida de atores envolvidos no tráfico de drogas:

Enquanto tá com a gente, a gente está resguardando a vida deles. Eu não sei o que está acontecendo, tem muito adolescente ameaçado de morte, se você for ver, lá no CEIP mesmo, se for contar, quase todos estão ameaçados de morte. Quando falo, ameaçado de morte é pelo tráfico, se ele sair ele morre. Se ele ficar e não vender bem, ele morre. Então, gangues rivais de um lado e do outro.

Ronaldo diz que se cansou de ver adolescentes serem mortos. Ele possui três álbuns de fotografias de adolescentes que conheceu nas unidades de internação, que foram assassinados.

4.1.3.8 – As competências adquiridas no trabalho

Ao relatar a situação a que foi submetido a punições físicas, enquanto aluno da FEBEM, Ronaldo parece amenizar o caráter violento dessa forma de sanção. Ele as retrata, a partir de sua vivência atual, como ações importantes para seu desenvolvimento. No entanto, ele reconhece, em outros momentos, o registro negativo das marcas impressas em seu corpo – como próprias de quem passou por esse tipo de processo de institucionalização.

A violência na FEBEM, que, para ele, teve algum caráter educativo, deixou também a impressão na pele, revelando que ele é um sobrevivente. Como veremos adiante, no trato com os adolescentes que se encontram sem esperança ou agitados, ele recorre à sua própria história de vida, na busca de convencer o interno sobre a existência de alternativas que não consegue enxergar.

A compleição física de Ronaldo mostra potencial para que se imponha frente aos adolescentes, mas ele diz que prefere se impor por outras vias:

Então, quando eu falo assim, eu consigo dominar esse meninos, não é pela minha força não. Um dia um falou assim: “nossa, você tem um jeito de ser forte, você bate?”. Eu falei: “ que isso, meu filho, nunca bati em nenhum menino, graças a deus, nesses anos todos nunca vou pôr a mão em vocês!” . “Se você partir pra cima de mim, eu vou te conter, pra você não ficar nervoso, vamos conversar”.

Ele diz que tenta, de todas as formas, entender as razões que fizeram com que o adolescente se agitasse, privilegiando o diálogo:

Sempre eu fiz isso com o menino que está nervoso, eu entro dentro do alojamento: “Vamos lá fora, na sala, pra gente conversar!”.

Ele está ali, soltando o ódio dele, a raiva, por causa de algumas falas. Uma fala de um agente, ou alguém chegou e provocou o menino. Então eu tenho a mania de chegar e contornar as coisas, conversar.

Trabalhar com esse tipo de menino não é fácil, se a pessoas não tiver coração e não tiver amor, aí que é mais difícil ainda.

A disposição de escutar o e a disponibilidade para ajudar o adolescente na solução de algum problema que apresente podem ser vivenciados por ele como fonte de prazer no trabalho:

A melhor coisa que tem na vida, sabe o quê? É quando você respeita um menino na hora da crise, vamos supor, o menino está com uma crise lá, uma crise assim, falta de droga, falta de alguma coisa, você tem que chamar o menino, conversar com ele, levar ao médico, e dar atenção! Qualquer menino hoje, qualquer filho, se você não dá atenção pra ele no momento ali, ele dá uma crise de choro, dá uma crise de tudo... isso é uma crise, qualquer menino dá. Aí, eu sei contornar por isso.

Além de apresentar essa disposição, Ronaldo alerta que o agente socioeducativo não deve agir, em pé de igualdade com o adolescente. Uma competência que avalia como necessária aos agentes é a preparação para lidar com a pouca receptividade ou agressividade do adolescente. O episódio a seguir mostra que ele busca aliar o respeito que recebe do grupo de internos, de maneira geral, com a adesão destes às suas intervenções, inibindo a ação agressiva do adolescente, no momento crítico. Em seguida, busca acalmá-lo através da abertura para escuta, criando um clima de confiança, valendo-se do seu exemplo pessoal e de assumida postura paternal:

Tem um menino lá que estava no CEIP, ele vivia atacando eu, ele cismou comigo. Um dia a direção me chamou e falou que eu tinha que ficar no anexo (do CEIP), que os meninos estavam dando muita “dor de cabeça” lá. Quem era o líder era esse menino que não gostava de mim. Era um menino extremamente perigoso - pelos crimes que ele faz. Aí teve um dia lá, ele... o educador foi abrir o alojamento, ele deu um soco no educador e eu estava perto. Na hora que eu estava perto eu olhei pra ele assim... é agora né... que eu vou ter que conversar com ele, encarar ele, dominar ele pra ver o que

*esta acontecendo. Na hora que eu fui por a mão nele ele me deu um “arranque”. Uns vinte meninos revoltaram contra ele na hora. Eu tive que pedir pelo amor de deus para os meninos não fazer nada com ele. Eu falei, eu vou conversar com ele lá dentro sozinho, e não quero nem agente pra me acompanhar não. Quero conversar com ele. Pus ele lá, sentado na beirada da cama, lá dentro. Ele abaixou a cabeça na hora e falou: “eu não gosto de você!”. **Aí, eu comecei a falar da minha vida pra ele.** Falei que eu trato ele como um pai: **“Eu trato você como um pai, meu filho, eu gosto de você”.** Ele foi começando descarregar, começou chorar. Aí me contou umas coisas que aconteceu com ele desde pequeno, nós ficamos duas horas conversando na beirada da cama assim. No finalzinho ele me abraçou, hoje ele vira pra mim e fala assim: **“você é mais que um pai pra mim”.** Se eu fosse covarde ali no momento, partisse pra cima dele. Eu ia ser covarde. Os meninos... depois ficaram assim... totalmente... abracei ele assim e falei: “Não tem nada não, já acabou, acabou essa desconfiança entre mim e ele, e tal”. Mas é um menino totalmente assim... descontrolado emocionalmente, mudou da água para o vinho. Quando eu vou lá no CIA ele me vê e grita: “ô Ronaldo, sangue bom”.*

Ele considera que é fundamental respeitar os adolescentes, e não vê-los como bandidos, seria o primeiro movimento de afirmação desse respeito. Para ele, quando o agente fala coisas que *machucam* o interno, alimentam sua reatividade à internação, gerando um clima favorável à eclosão de conflitos. Sua atuação em rebeliões e tumultos se ancora em respeito aos internos na própria situação, mas também em uma relação já estabelecida anteriormente com os adolescentes:

Aí, é o que sempre eu falo: se você não tiver o respeito, você não dá conta não, de lidar com ele no momento da raiva. Eu entrei em uma rebelião que todo mundo estava com um pedaço de ferro, todo mundo saiu correndo, eu fiquei sozinho no meio de quarenta meninos... consegui pegar o chuço na mão de todos eles. E esses meninos que nós estamos falando agora eram totalmente descontrolados emocionalmente. Lá fora, são um problema seríssimo para a sociedade...(...) E o que que era? Uma palavra, uma palavra que chama-se não. O não atendimento, o não socorro deles. Um está lá passando mal: “Ah, vai pro meio dos inferno, tem é que morrer” (fala de um agente). Essas palavras assim machucam muito o menino.

Entretanto, ele sabe que sua postura incomoda muitos trabalhadores do centro de internação, principalmente, outros agentes. Ele recebe críticas de “*que passa a mão na cabeça dos meninos*”, das quais discorda. Argumenta, apenas, que aonde quer que vá, é bem aceito pelos meninos e na hora que tem que chamar a atenção, não se omite, tendo a clareza de “*mostrar para os meninos que eles não são bandidos*”.

Seu progressivo afastamento do incessante “abrir e fechar de cadeados” nos orientam a relativizar o potencial de generalização das estratégias descritas acima, entendendo

que a reatividade dos agentes às agressões dos adolescentes estariam associadas, principalmente, ao modo como lidam com o desgaste do contato cotidiano com pressões dos internos.

É de fundamental importância registrar que, da primeira entrevista até a última que fizemos com Ronaldo, em um período de tempo de dez meses, sua função dentro do centro foi se definindo por uma trajetória de afastamento progressivo do espaço de contenção, diretamente ligado aos internos, para atividades administrativas. Os relatos que buscamos aprofundar sobre seu modo de operar nas situações críticas de rebeliões e tumultos, bem como o aperfeiçoamento de um fazer com características peculiares, são baseadas em experiências passadas, ainda que não tão distantes.

Atualmente, suas atribuições compreendem a identificação dos internos e localização de familiares, através do cotidiano na DOPCAD - onde inicia as apurações sobre a idade, local de origem e familiares dos adolescentes – e na unidade, onde organiza fichas e faz levantamentos estatísticos; em suma, de agente socioeducativo, tornou-se, recentemente um funcionário do setor administrativo. Ele é chamado constantemente para munir os outros setores de informações sobre os internos, que domina com rara maestria. Essa mudança gradual em sua função o levou ao aprendizado do uso de computadores, incorporando uma nova qualificação que antes não fora objeto de interesse.

4.1.3.9 - Religiosidade

Todas as instituições que Ronaldo passou, na infância e adolescência, focavam a religião católica e o trabalho como principais meios de formação moral dos internos. Desde cedo ele conviveu com a rotina de acordar de madrugada para rezar e trabalhar e considera que essas práticas foram responsáveis pela superação das dificuldades impostas pela ausência de mãe e pai.

Quando eu acabava de tratar dos bichos todos eu tinha que voltar pra ir para a capela oito horas rezar. Tinha missa todo dia oito horas. Então, isso foi muito tempo, tendo esse trabalho dentro da igreja também, na comunidade. Eu cantava no coral lá de Uberaba, todo domingo era sete horas da manhã tinha que estar cantando lá pra TV Uberaba. Eu não esqueço também, nunca na minha vida. Com oito anos, nove anos, eu cantava que era uma beleza, até hoje eu canto, assim, música de igreja, sou católico. O que me tocou muito nesse abrigo foi os meninos e os animais lá. Os padres também, que tinha lá, eu até queria ficar lá, ser padre, na época eu tinha essa ligação assim, muito com a igreja

Na adolescência, em Antônio Carlos, dentro de um procedimento adotado pelo colégio, foi batizado por um casal da comunidade:

A comunidade era muito importante pra nós lá. A comunidade... não tinha essa separação... a comunidade... tinha até... teve um padrinho meu lá em Antônio Carlos... Eles escolhiam uns meninos pra pegar pra criar. Nessa época, que eles me pegaram o pessoal ficou com ciúmes também: “Ah, mas vão pegar Frankstein, que é o cara mais feio que tem aqui na escola”. Aí, a minha madrinha: “não, vai ser ele mesmo!”. Pegaram eu, o pessoal ficou até bravo, foi uma festa enorme, na igreja, assim, batizado. Nossa, mas eles tinham uma coisa!

(os padrinhos) Era Ademir e dona Marlene. Marlene morreu, agora só está o Ademir, senhor de idade já. Eu tenho contato com ele até hoje, mas só assim...

Ele se vale da religiosidade para fazer acordos com os internos que acabam por alimentar a relação de respeito mútuo. Como podemos constatar na sua atitude de marcar um horário em que, mesmo distantes, se uniriam em oração:

Eu faço uma oração à noite, dez horas da noite, os meninos sabe, lá do CEIP. Eu converso com eles e falo, olha, dez horas da noite eu faço uma oração, se você puder me acompanhar, me acompanha. Engraçado, no outro dia eles falam, dez horas nós fizemos uma oração pra você também. Que que é isso? isso é o respeito.

Nos episódios de rebeliões e tumultos, a fé se torna um elemento fundamental para que mantenha a coragem de encarar os riscos:

Então eu falo assim: nesse momento eu tenho que ter muita força, coragem espiritual, fazer uma oração... ir para o banheiro correndo assim, fazer uma oração: ô deus, me ajuda, dê força para ajudar esses meninos, parar com essa confusão.

*Nós tínhamos quatro agentes lá, 45 meninos, aqueles meninos totalmente descontrolados, totalmente desestruturados para ficar no meio deles lá. No dia eu pus a mão na cabeça assim, “ô meu deus, você tem que me ajudar, eu nunca falei não, eu tenho que ir, eu tenho que seguir esse caminho, eu não posso falar não, de jeito nenhum, senão eu vou ser covarde”. Mas é por isso que eu falo, **eu tenho esse jeito meu de ser.***

4.1.4 – Análise do caso

Tentamos descrever, a partir de sua própria fala, esse *jeito de ser*, a que se refere Ronaldo. Buscaremos analisar três aspectos do seu trabalho: como ele faz para conduzi-lo em meio a ações violentas, as reações contraditórias dos pares, e a eficácia duvidosa da medida de internação.

Em primeiro lugar, quanto às manifestações violentas, percebemos que as situações de tensão o amedrontam, mas não a ponto de afastá-lo. O testemunho de mortes e outras cenas chocantes, quando o abateram, não foram suficientes para que desistisse dessa profissão. E durante esses episódios, prestou socorro, acompanhou passo a passo e buscou soluções. São muitos os relatos de agentes recém contratados que se assustam com pequenos tumultos ocorridos nos centros de internação e, imediatamente, desistem da empreitada. Assim como os casos de trabalhadores que, mesmo assustados, insistem em ficar, e se tornam alvo fácil de ameaças dos internos, do progressivo desgaste físico e mental que o cotidiano impõe, e acabam por sucumbir. Obtivemos relatos de agentes tomados como reféns que conviveram com reações tardias típicas da sintomatologia de estresse pós-traumático, mas se mantiveram na ativa, com receio da perda do emprego.

Nessa análise caberia, então, uma pergunta: como Ronaldo faz para lidar com o testemunho de tantos atos violentos? A busca dessa resposta remete à sua história de vida, no interior de uma instituição com moldes similares à que trabalha hoje. A convivência com o autoritarismo institucional da FEBEM e com pessoas das mais variadas culturas, muitos com histórico de maus tratos na família de origem e na rua, castigados pela lógica perversa que impõe a violência como alternativa, criaram as bases para lidar, hoje, com cenas violentas. Entretanto, é importante registrar que essas experiências não parecem tê-lo orientado para a adesão aos métodos violentos como estratégia disciplinar.

Ressaltamos que não é possível generalizar, dizendo que todas as pessoas institucionalizadas pela FEBEM teriam características favoráveis à execução desse trabalho. Temos que considerar a dimensão de sua singularidade.

Cabe observar, também, que Ronaldo constrói relações com os internos que lhe dão algumas garantias, ainda que nem tão precisas, de que não se tornará alvo de agressões. Sua proximidade com alguns internos faz com que os outros que lhe sejam, eventualmente hostis, ou que estejam muito agitados pela tensão do momento, hesitem em atacá-lo. Essa mesma característica faz com que internos temerosos das conseqüências imprevisíveis das sublevações, sintam confiança em antecipar informações sobre as articulações internas nesse sentido.

Um segundo aspecto a destacar do trabalho de Ronaldo é que ele parece não se inibir com reações negativas de colegas de trabalho ou superiores hierárquicos que se mostrem incomodados com o seu modo de agir. Percebemos que, tais reações já o deixaram insatisfeito, mas não foram suficientes, mesmo nos piores momentos, para que abandonasse o trabalho. Lembramos que o modo de agir a que nos referimos, remete não só a uma postura protetora em relação aos internos, mas à liberdade que Ronaldo encontra no seu trabalho, por circular pelos espaços mais diversos, executando atividades que diferem da maioria dos agentes socioeducativos.

Para a organização do trabalho no centro, esse tipo de trabalhador traz problemas e soluções. Os problemas decorrem especialmente das insatisfações dos outros agentes, do corpo técnico, e, muitas vezes, pela dificuldade de exercer o comando sobre esse trabalhador. Suas intervenções, que são tachadas de paternalistas, contribuem para evidenciar os excessos repressivos dos outros agentes e são alvo de desconfiança por parte dos técnicos, por avaliarem essas ações como “pouco profissionais” ou “nada científicas”. Sua chefia se vê confrontada por alguns trabalhadores, que questionam sua liberdade de circulação, e, se essa chefia tiver característica autoritária, o problema se amplia.

A dedicação de Ronaldo ao trabalho contribui para gerar uma apropriação do espaço e das tarefas que o fazem deslocar, muitas vezes, da subordinação assalariada para um lugar de máxima autonomia, que atropela a hierarquia e pode produzir equívocos na transgressão a procedimentos frutos de discussão coletiva ou dos manuais.

Quanto às soluções, é importante a presença de um trabalhador do tipo “*faz tudo*”, que, em caso de necessidade, pode ficar dias e dias completamente disponível à unidade, e que, principalmente, mostra habilidades especiais para detectar e dissipar rebeliões e tumultos. Além disso, em um espaço com alta rotatividade de internos, como o CEIP-Dom Bosco, há que se reconhecer o valor de possuir no quadro de funcionários alguém que conheça características de todos os internos, pois o grande número de adolescentes e o pouco tempo que permanecem nessa unidade dificultam o conhecimento sobre eles, ao contrário do que ocorre nas unidades de internação não provisória.

Então, levantamos a seguinte pergunta: como ele lida com as rejeições no ambiente de trabalho? Nossa investigação mostrou que uma de suas saídas é a racionalização, e, assim, ele remete o problema a quem o rejeita. Para ele, a postura equivocada seria das pessoas que o criticam, já que o sistema socioeducativo busca constantemente agentes socioeducativos que sobreponham a prática educativa à de segurança. Então, sua prática

atenderia mais ao que os defensores do Estatuto da Criança e do Adolescente esperam do trabalhador, do que a preconizada pelos seus críticos.

Observamos que essa saída apresentada por Ronaldo encontra atualmente alguns pontos de fragilidade, pois uma característica contraditória tem crescido no sistema socioeducativo: a ênfase na repressão não aparece nos discursos oficiais sobre a medida de internação, mas a configuração geral do atendimento mostra claro avanço no aspecto da segurança, e o retrocesso no investimento em atividades de caráter educativo e no acompanhamento dos egressos do sistema⁵³. Nesse caso, os gestores respaldam sutilmente a contenção nos centros, mas punem os agentes, se atitudes consideradas mais contundentes se tornarem alvo dos órgãos de controle.

Percebemos duas outras formas de regulação: a sustentação de certa mitificação em torno de sua história FEBEM, de menino órfão que se tornou um funcionário do governo que ajuda outros meninos em dificuldades e, nesse caso, cabe registrar que não é apenas uma mitificação, há um envolvimento real no trabalho e a construção de competências importantes; o outro fator a se considerar é a especificidade do seu contrato de trabalho, que pode garantir um pouco mais de segurança que o contrato administrativo de prestação de serviços.

Vale destacar que Ronaldo encontra entre seus pares, aqueles que não aderem às críticas sobre suas práticas. Em conversas informais com agentes, ele foi citado espontaneamente como uma pessoa que “*encara qualquer parada*”, e que “*não tem medo de rebelião*”. Tal atitude, mesmo quando polêmica, acaba por proteger agentes que sejam reféns dos rebelados, garantindo-lhe o respeito desses colegas.

Suas atitudes, ainda, encontrariam reconhecimento por parte de grupos ligados aos movimentos de Direitos Humanos, que, às vezes, visitam as unidades, por representantes de órgãos de fiscalização da execução das medidas de internação, como o Juizado da Infância e Juventude, Ministério Público. Ele se torna, nessas situações, um funcionário de referência, devido ao amplo conhecimento que tem dos internos e a abertura encontrada no contato com estes.

O terceiro aspecto apontado por nós, sobre as dúvidas existentes quanto à eficácia da medida de internação, é muito presente no discurso de Ronaldo. Percebemos que, a todo o momento, ele referencia o que considera fracassado atualmente, na experiência que traz do

⁵³ No Plano Plurianual de Planejamento Governamental para o período de 2008 a 2011 a previsão de gastos na implementação de uma política para egressos é de, respectivamente, 2,4 milhões para 2008, 3,1 milhões-2009, 3,7 milhões-2010 e 4,3 milhões em 2011. A exemplo dos últimos anos, até o início de junho de 2008, muitos trabalhadores dos centros de internação afirmam inexistir ações para egressos.

modelo FEBEM, onde viveu. Nas suas avaliações, não hesita em dizer que o “sistema é falido”, mas refere-se, sobretudo, à falta de práticas assistenciais de apoio à família do interno, e ao próprio, quando na condição de egresso. Para ele, a permanência de 550 alunos internos em uma escola com características de instituição total, como na Febem em Antônio Carlos, onde morou, torna-se um exemplo a ser seguido. É impossível, nesse estudo de caso, desvendar a presença ou ausência de um eventual acobertamento da realidade que ele viveu através de uma espécie de idealização. De qualquer modo, importa-nos muito mais os seus argumentos sobre a falência do sistema socioeducativo, isoladamente, e os recursos utilizados para lidar com o recorrente fracasso na eficácia do trabalho desenvolvido nas unidades de internação.

Quanto a isso, nossa experiência na área de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social mostra uma estratégia adotada por Ronaldo que é amplamente disseminada no meio dos trabalhadores sociais: “se conseguir um sobrevivente, é uma vitória”. No seu caso, porém, a busca de justificativas para a manutenção do seu empenho é acrescida de alguns elementos. Ele cria uma rede de contatos com as famílias dos adolescentes que podem fazer com que, durante muito tempo, receba manifestações de gratidão por sua marca positiva na vida do ex-interno, ainda que este tenha morrido ou esteja recluso no sistema prisional.

A notícia de que algum dos ex-internos conseguiu trabalho e não mais se envolveu com atos infracionais ou crimes, gera energia para a manutenção no trabalho: “Não posso perder a esperança de jeito nenhum, derrotas a gente já tem muitas”.

No momento, Ronaldo está executando atividades administrativas, mas que envolvem um amplo conhecimento sobre cada interno que chega ao Centro de Internação Provisória Dom Bosco. Isso ocorre longe dos alojamentos e do convívio diário com os internos, inclusive, com a orientação de não intervir nos tumultos e rebeliões. Ele mostra-se satisfeito com as atividades atuais, e encontra reconhecimento dos pares e chefia sobre o que produz, pelo visto, a esperança se mantém, e essa mudança não entra, pelo menos por enquanto, no rol das muitas derrotas.

4.2 A HISTÓRIA DE LUÍS: UM PEDREIRO EDUCADOR

Nosso primeiro contato com Luís se deu a partir da apresentação de uma ex-coordenadora do CEMMAC, que foi a pessoa responsável pela sua entrada no sistema

socioeducativo. Ela o conheceu trabalhando como pedreiro na casa de seus familiares e, identificou características buscadas pelos maristas no recrutamento de educadores. Na ocasião em que nos apresentou, ela não estava atuando com medidas socioeducativas, mas tivera notícias, pouco precisas, que Luís passara por dificuldades de saúde mental em seu trabalho.

Na primeira entrevista, ele se encontrava satisfeito com o trabalho, atuando no CEAD. Relatou-nos que havia passado por um período difícil nas sucessivas mudanças de unidades. Após sair do CEMMAC, trabalhou, em 2006 e 2007, nos centros de internação Santa Clara, São Benedito, CEIP-anexo, e Santa Helena. No anexo do CEIP encontrara os maiores desafios nos seis anos de atuação como agente socioeducativo.

Realizamos quatro entrevistas em profundidade em sua casa, que foram gravadas e transcritas. Sua esposa participou de duas dessas entrevistas, expondo fatos da história de ambos, sua opinião sobre o trabalho do marido e as repercussões deste na vida familiar.

À exceção das inserções que se amparam em nossa leitura da história coletada, todas as informações neste estudo de caso estão pautadas nos relatos feitos pelo próprio Luís, por sua esposa e pela pessoa que o introduziu no sistema socioeducativo. Todos autorizaram a publicação de seus nomes e de fatos ocorridos sem a necessidade de descaracterização de qualquer trecho.

4.2.1 – A infância e a adolescência

Luís nasceu em Passatempo, cidade situada na região central do estado de Minas Gerais, em 1972. Ele foi o quinto a nascer em uma família de oito filhos, sendo três mulheres e cinco homens. Eles moravam na cidade, mas o trabalho rural esteve muito presente na vida de sua família.

Então, desde cedo a gente começou a buscar lenha, esterco, essas coisas. Plantar eucalipto, apanhar café, na época de apanhar café. Então, aí foi nesse ritmo. A gente vivia na cidade, cidade pequena, mas lá era mais trabalho rural mesmo, e pedreiro na cidade, só.

Seu pai trabalhava em uma empresa de laticínios, mas no tempo que seria destinado ao descanso desenvolvia atividades agrícolas em propriedades de terceiros, geralmente, em regime de “terça”⁵⁴, com a presença dos filhos. O fazendeiro participava com

⁵⁴ Termo usado para designar o sistema de produção agrícola em que o proprietário rural cede a terra para que agricultores plantem, e após a colheita recebe um valor igual ou aproximado à terça parte do produto colhido.

a própria terra: “Por exemplo, dois carros de milho, um carro e meio era nosso, e meio do fazendeiro. Aí, ia repartir o feijão, dava três latas, três montes, aí o fazendeiro vinha e escolhia o monte que queria. Um monte dele e dois nossos”.

Ele refere-se ao pai como uma pessoa muito brincalhona e tranquila, que impunha muito respeito somente pelo olhar, e não batia nos filhos. Já a mãe, era considerada severa:

Minha mãe era severa, era mais severa. Papai era tranqüilo, brincalhão, mas a gente tinha respeito por ele, só de olhar a gente já sabia. Nunca precisou de bater, nem nada não. Minha mãe não, ela metia a tala, uma tala grande, ela cortava na tala, mais eu né? Eu era o mais assim, que queria as coisas certas, mas era o que mais aprontava.

Luís e seus irmãos participavam de um grupo de congado incentivados pelo pai. Essa atividade propiciou seu contato precoce com o álcool, através de um ritual feito por esse grupo nas festividades religiosas, mas que se restringia a essas situações:

Eu e meus irmãos não temos vício nenhum, minha mãe era muito brava. Mas a gente bebia desde cedo, lá tinha congado, meu pai era do “vilão”, tinha o Moçambique também. Eu tocava reco-reco, vestia aquelas coisas tudo, todo enfeitado. A gente tomava pinga numa colher, com seis anos de idade, diziam que era pra tirar os males, a gente tomava.

Sua família não participa mais dessas manifestações, mas vários de seus amigos mantiveram a tradição. Sobre o uso de álcool, apenas seu pai fazia uso ocasional, e nas raras vezes em que se excedeu, sua esposa o colocou para fora de casa. Luís afirma que era o único filho que ousava ajudar o pai nesses episódios.

Ele era visto como um menino nervoso e “brigão”, sua mãe dizia às outras crianças para não “mexerem” com ele, porque ele era “doido”. Costumava ficar afastado do convívio social e quando queria participar de alguma brincadeira, as outras crianças tinham medo. Preocupada com essas dificuldades do filho, sua mãe o orientava a ir aos velórios e rezar aos pés do defunto para que este levasse seus medos e sua “nervosia”: “Aí, sempre quando morria alguém eu chegava, assim, com medo no caixão, não olhava não, ficava ali, perto dos pés do morto”.

A disposição de Luís para o trabalho chamava a atenção das pessoas desde cedo. Além disso, era considerado por todos como “sistemático”, o que lhe garantia, desde a infância, um certo respeito: “Eu era um dos mais novos, mas um dos que tinha mais pulso em casa”. Ainda criança, sua mãe dizia aos filhos que o arroz e o feijão seriam oferecidos pelos

pais, mas se quisessem comer carne deveriam usar o dinheiro do seu trabalho. Junto com os irmãos chegava a andar três quilômetros para disputar com outras pessoas o “bucho” e a cabeça de vacas que eram abatidas. O bucho se transformava em “dobradinha” e da cabeça da vaca eles tentavam retirar pequenos pedaços de carne.

Sua mãe conviveu durante anos com um problema na perna que a obrigava a buscar tratamento em Belo Horizonte, onde ficava por longos períodos, levando os filhos a assumir responsabilidades na vida doméstica ainda na infância.

Luís entrou para a escola aos sete anos, mas ele não gostava de estudar. A pobreza familiar refletia na vida escolar e a merenda representava um atrativo. Nesse espaço, seu comportamento arredio, que era alvo das atenções da família, se manteve:

A gente ia descalço para a escola, os cadernos iam dentro de uma sacola de chinelo, o saco que comprava as havaianas era nossa mochila. A gente merendava na escola. Eu brigava na escola todo dia, não gostava de jeito nenhum da escola, zangado pra caramba. Eu fiquei três anos na primeira série. Era repetente. Eu repetia porque eu tinha muita dificuldade. Eu brincava muito também, eu brincava e não gostava que ninguém brincasse comigo. Quem brincava mesmo era só meu primo, bem mais forte que eu.

As melhores lembranças das fases iniciais de escolarização referem-se à atitude de uma professora que, após o recreio, chamava-o e a um outro colega, que também era de família pobre, e os dava pão com salame. Luís ressalta que não tinha condições de comprar esse tipo de lanche, que era vendido na cantina da escola. A partir da entrada de três primas suas na escola, aumentou-lhe o incômodo de permanecer na primeira série, pois se considerava “grandão”, ao comparar-se com elas e com os demais colegas. Sua vida escolar tomou impulso e só veio a ser reprovado novamente no primeiro ano do segundo grau, quando fazia o curso técnico de contabilidade.

Como mencionamos anteriormente, desde a infância, Luís fazia trabalhos diversos, tanto atividades rurais - buscava lenha e esterco, plantava feijão, milho e eucalipto e colhia café -; quanto outros tipos de tarefas, pois, ainda pré-adolescente, começou a trabalhar como servente de pedreiro e descarregando caminhões. As atividades laborais, na infância, ocorriam paralelamente às atividades lúdicas, nas quais ele percebe certa imaturidade, inclusive, na adolescência:

A minha infância foi boa, trabalhava muito, mas divertia muito. Hoje os meninos assim, com treze, quatorze anos, já fazem coisas de adultos. A gente não, com dezesseis, dezessete anos, ainda tinha aquelas brincadeiras

bobas, nós brincava demais, mas tinha responsabilidade com o trabalho, buscar lenha, dois feixes de lenha por dia, pra deixar em casa.

Havia alguns ambientes, como por exemplo, no trabalho, em que ele se sentia “mais à vontade”. Porém, no espaço familiar, era tido como arredio e tomava para si a responsabilidade sobre o acompanhamento da situação dos seus irmãos, ainda que fosse um dos mais novos. Isso gerava um misto de respeito e medo sobre sua opção pelo recolhimento, conforme relatou sua esposa:

Todo mundo tinha medo do Luís. Ele quando chegava ficava todo mundo em silêncio. Ele tinha um quartinho separado, quando ele estava no quarto, todo mundo respeitava. Hoje, mudou tudo, os meninos, meus sobrinhos adoram ele. Ele mudou completamente.

A liderança que mostrava junto a seus irmãos foi intensificada a partir de um fato que o marcou, quando estava com dezesseis anos: a morte de sua mãe. Luis relata que, ainda hoje, recorre à ajuda espiritual da mãe nos momentos difíceis:

Foi um baque na vida, que eu tomei. Foi o primeiro, daí pra frente, eu já peguei a família assim pra tudo. Trabalhava, estudava, arrumei as coisas lá em casa tudo. E fui indo. Depois que minha mãe morreu eu pedi lá também nos pés do caixão igual eu fazia, pedi ela pra levar meus medos, essa nervosia toda, que ninguém se afastasse de mim. Eu ainda peço a minha mãe.

Os dias que se seguiram à morte de sua mãe fez com que se isolasse ainda mais, e durante alguns dias ele se refugiou em lugares ermos da zona rural:

A mãe, quando ela faleceu, eu fiquei isolado. Eu sempre gostava de ficar, quando eu ia na lenha, no mato, debaixo de um pé de jatobá. Lá no valezinho, que eu ia. Eu ficava lá um tempão. Eu ia cedo e ficava. Dava a hora do almoço, eu vinha com o feixe de lenha, deixava lá na horta, almoçava, não falava com ninguém, e voltava. Aí, voltava só à tarde também. E por causa do meu gênio todo mundo tinha medo e ninguém conversava.

Luís relata que mudou muito: “Eu paro, tem hora assim, e penso: ‘eu era bem diferente’. Mas, às vezes, você não sabe se aquilo está adormecido ou o que que é, né?”. Tal mudança é atribuída principalmente à influência de sua participação em grupos de jovens na igreja católica, que contribuiu para que aceitasse a morte de sua mãe:

Depois que minha mãe morreu eu também fui pra igreja: grupo de jovens e grupo de adolescentes. Também fiz cursílio e sempre lá eu debatia, falava muito da mãe. Aí, uma mulher falou assim: "vc deixa que os mortos enterrem os mortos e você pronuncia a palavra de Deus". Ela conversava comigo muito, e foi indo, era uma ajuda espiritual mesmo.

Pouco tempo após a perda da mãe, o seu pai se uniu a outra mulher, e tiveram dois filhos. O casal passou a residir em uma moradia alugada e assim que conseguiram adquirir um terreno, Luís se propôs a construir a casa. Seu pai comprava os materiais e ele, sozinho, foi o responsável pela obra. Para que sua manutenção pessoal não dependesse do pagamento do pai pelo seu trabalho, ele fazia “bicos” nos quais se desdobrava para ser melhor remunerado:

Para construir a casa de papai eu fazia o seguinte, tinha um caminhão de cimento pra descarregar, ou ainda uma outra roça, uma empreitada, eu ia. Eu ia, descarregava, precisava de quatro, ia só três, porque eu fazia serviço de dois para receber mais. Acabava com o ombro todo machucado, de tanto peso que era. Aí, eu fazia o serviço pra dois, e falava que era serviço de quatro, papai perguntava se eu tinha dinheiro, eu falava que tinha. Eu fazia compras lá pra casa, a gente não comia do bom e do melhor não, mas passar fome não passava.

Outra perda que o impactou fortemente foi a morte do seu irmão caçula, de congestão, aos 19 anos. O modo escolhido por seus familiares e sua esposa, que era namorada àquela época, para que chegasse ao seu conhecimento a notícia da morte do irmão, evidencia o temor de todos com suas reações frente às ocorrências que atingiam a vida familiar. A esposa relata as razões de sua preocupação, pois estavam em uma festa de casamento em Belo Horizonte, mas ainda moravam no interior:

No dia que o irmão dele morreu eu não pude contar pra ele aqui, eu fiquei com medo que ele sumisse nessa cidade, como fez lá no mato quando sua mãe morreu. Quando voltamos, dentro da van, eu disse que ia levar ele em casa, ele estranhou quando viu aquele tanto de gente na sua casa, me deu um empurrão e saiu correndo para ver o que tinha acontecido.

4.2.2 – A mudança para Belo Horizonte

A construção da casa do seu pai representou a definição profissional de Luís como pedreiro. Ele relata que seu avô era pedreiro, mas não o conheceu, e que alguns primos também eram. Embora tivesse oportunidades em sua cidade, aceitou o convite para trabalhar

na construção de uma casa em Belo Horizonte. Percebeu o convite como uma oferta que poderia *dar mais futuro*:

Essa oportunidade foi através de um rapaz que estava querendo arrumar uma casa aqui. Aí, eu disse: eu vou. Eu tinha terminado os estudos, aí eu vou. "Eu tenho que ir porque lá em Belo Horizonte eu quero, é onde eu vou crescer mesmo, não vai faltar serviço, aqui não falta serviço, né?". Aí, eu vim, fiquei aí, fiquei um tempão trabalhando com ele, aí, acabou o serviço eu arrumei outro serviço. Só que a gente tinha que ficar na obra, aí, já a obra levantava, a gente arrumava um colchãozinho, e ficava na obra mesmo. Fiquei por muitos anos na obras. Aí, depois eu vim trabalhar aqui no barreiro.

Luís conheceu sua esposa, Sirlene, após a morte de sua mãe. O namoro foi rejeitado pelo pai dela, por ser racista. Houve um rompimento e, após alguns anos, encontraram-se novamente e voltaram a namorar. Com sua mudança para Belo Horizonte, Luís viajava até Passatempo de quinze em quinze dias. Eles se casaram em 1995 e, no dia seguinte ao casamento, ele retornou à capital para continuar uma obra. Dois dias depois, Sirlene veio ao seu encontro. João Luís, o filho do casal, nasceu após três anos de casamento.

Eu tinha dezessete anos e conheci ela, aí, depois, terminamos. Aí, passou, e bem depois nós começamos namorar de novo. Tem treze anos que estou aqui (Belo Horizonte), tem nove que casei. Eu vim pra cá e fiquei três anos morando sozinho. Namorando. Eu ia de quinze em quinze dias. Eu tenho trinta e seis, então vim com vinte e três anos. Nós casamos no sábado, eu vim embora no domingo, sozinho, e Sirlene veio na terça. Eu estava com uma empreitada lá no bairro Tropical, tive que vir. Com três anos de casamento, nasceu o nosso filho.

O Barreiro, em Belo Horizonte, era a região de moradia de alguns parentes seus, para onde se mudou. Após essa fase de precariedade, nos primeiros anos na capital, quando dormia em um colchão na própria obra, alugou a casa de um tio. No início, essa construção também era precária, mas ele foi, aos poucos, melhorando sua condição. Mais tarde, adquiriu um terreno vizinho, aonde construiu sua casa, que concluiu na época de nossas entrevistas. Em abril de 2008, Luís mudou-se com a família para sua própria casa, da qual se orgulha por ter construído “com o próprio suor, dos tubulões, ao acabamento”.

Apesar de estar distante de sua cidade natal e da maioria dos seus familiares, Luís está permanentemente informado do que ocorre por lá e continua a ocupar uma posição de liderança entre os irmãos. Algumas atitudes mostram a importância que ele atribui à família. Além de ter construído a casa para o seu pai viver com a nova companheira, reestruturou a

casa que sua família morava, substituindo o telhado que era sustentado em varas de bambus, por uma laje de concreto. Ele pensou em retornar para o interior para ajudar nos cuidados ao seu pai, que durante o ano de 2007, esteve próximo de perder a visão. Quando um de seus irmãos, que havia morado com ele em Belo Horizonte, passou por um período de depressão, as pessoas escondiam essa situação dele, temendo que decidisse retornar para cuidar do irmão.

4.2.3 - A entrada no sistema socioeducativo

Em 2002, Luís foi convidado a participar de um processo seletivo para atuar como educador no CEMMAC. Ele fora descoberto pela então coordenadora do CEMMAC, que o levava a conhecer essa unidade, acreditando em seu potencial:

A gente trabalhava à luz do projeto político pedagógico escrito pelo Antonio Carlos(Gomes da Costa) e o básico era a questão da presença educativa. Como manter uma presença educativa? O cara tinha que ser um santo. Em alguns, você detectava essa coisa assim, de imediato, a coisa da fala mansa, tranquila, coesa, uma postura educativa mesmo, era difícil encontrar esse perfil. (...) Então, identifiquei muito no Luís, é lógico, o tempo que ele ficou construindo a casa da minha mãe e vi, "gente, uma pessoa que está sempre bem, de bem com a vida, calmo, tranquilo, um cara que veio do interior, tem uma questão religiosa forte, uma conduta honesta sempre. E aí, um belo dia, eu pensei, "gente, um educador nato", eu perguntei, "Luís, você já pensou em fazer algo mais, além de pedreiro". "Não, eu gosto muito da minha profissão". "E mexer com meninos, o que você acha?". Aí, levei ele para conhecer o CEMMAC. Ele ficou assustado, ele ficou assustado. Eu pedi para ele participar de uma seleção. E é óbvio, ele sobressaiu de maneira fantástica.

Após sua aprovação nessa etapa, Luís iniciou um curso de caráter seletivo, com dezesseis participantes concorrendo a seis vagas. Alguns desistiram inicialmente, ao serem informados que trabalhariam com adolescentes em regime de internação, e, especialmente, após relatos sobre rebeliões e tumultos. Outros desistiram por não estarem dispostos a atuar em um modelo pautado pelo diálogo, e por se acharem com perfil para o sistema prisional:

Foram dois supervisores fazer... mostrar como é rebelião, como ia ser, e tal. Os problemas de lá... aí muitos já desanimaram na hora: desse jeito, eu não quero não. Aí, foram embora. E tinha uns lá que era mais para o sistema (prisional), não era para adolescente não. Por eles serem muito fortes, a estatura, e ser muito bruto, então "pra nós não serve". Porque ali tinha muito diálogo, aquela coisa.

Luís foi contratado pela UBEE, no regime da CLT. Para melhor compreensão das questões que envolviam as diferentes modalidades de contratação nessa unidade, registramos o depoimento da coordenadora técnica do CEMMAC, quando de sua entrada:

Os agentes tinham uma situação especial, porque o salário era maior. No começo, o salário dos agentes era maior que o salário dos educadores⁵⁵. Aí, a queixa era de que o salário era maior. “Gente, mas eles não tem CLT, férias, etc”. Os dois grupos só viam as vantagens um do outro. Aí igualaram. Igualaram não, houve um dissídio, e o salário da UBEE ficou maior. Então, a turma estava sempre apontando para alguma coisinha.

Embora o CEMMAC tenha sido reconhecidamente exitoso em sua proposta, passou por dificuldades em algumas fases, especialmente nos dois primeiros anos e na fase de encerramento das atividades. Os investimentos em capacitação, quando iniciou o trabalho, contribuíram para reduzir os impactos pelo novo trabalho. A esposa de Luís expressou sua discordância em relação à entrada do marido para o sistema socioeducativo e percebeu mudanças de comportamento após sua admissão. Ela acrescenta que, até hoje, prefere não ouvir as “histórias” que acontecem no centro de internação.

Ele ficou mais assim, dentro de casa, mais calado. Mas, assim, mas como preocupação com o serviço lá. Mas ele não troca muita conversa de serviço, não. Eu também não gosto nem de saber, eu não gosto não. Na época que ele entrou, eu não quis não. Ele ficava mais calado, mas era nervoso do serviço, às vezes passava alguma raiva lá.

Para Luís, a avaliação de sua passagem por essa unidade foi muito positiva. Os investimentos em treinamento e na busca por trabalhar as potencialidades de re-socialização do interno, encontraram em sua disposição ao contato com os adolescentes, um dedicado trabalhador:

No Cemmac tinha um grupo bom, todos que entravam tinham aquela mesma metodologia. Então, foi dando um seguimento as coisas. As pessoas que entravam achando que era polícia entravam e viam que não era aquilo. Porque polícia e agente são bem diferentes. Porque você está ali, junto ali, no dia-a-dia, o policial não. O policial está fazendo o trabalho lá na rua, você não, você está com contato.

4.2.3.1 – A saída do CEMMAC

⁵⁵

Ver na introdução uma discussão sobre a configuração de agente X educador

O CEMMAC foi extinto em 2006. A maioria dos agentes foi encaminhada para o Centro Socioeducativo Santa Clara, que, como mencionamos anteriormente, antes da incorporação pelo estado, estaria destinado à instalação daquela unidade e cuja localização era extremamente distante da residência de Luís. Ele foi transferido, em seguida, para a região do horto, onde atuou no CEIP- Anexo e no Centro São Benedito.

O período em que trabalhou no Anexo do CEIP Dom Bosco foi o mais difícil em sua trajetória no sistema socioeducativo. Naquela unidade, ele vivenciou algo que avalia como sendo efeito das posturas cristalizadas de alguns agentes e da falta de confiança da diretoria nos trabalhadores:

A diretoria tem que acreditar no seu trabalho. E lá tem lugar que tem muito adolescente já carimbado no sistema. Lá tinha muitos, uniram muito lá no anexo. Uniram muito adolescente de rebelião. Dava rebelião, jogava lá. Dava outra rebelião, jogava lá. Então, tinha todos espalhados, e todos eram adolescentes de rebelião. Então, na cabeça deles (os agentes), estava tudo junto, “eles não prestam”.

Luís reforça o seu argumento a respeito da possibilidade de re-socialização do adolescente, ao descrever a mudança de comportamento desses internos que saíram do CEIP – anexo e foram para o Centro Socioeducativo Santa Helena. Ele observou que a maioria dos problemas com os internos cessou, quando os adolescentes, dos quais muitos funcionários falavam “que não tinham jeito”, foram transferidos para esse novo ambiente.

4.2.3.2 – A admissão no CEAD

Após sua saída do CEMMAC, Luís ficou por aproximadamente oito meses trabalhando nas unidades que descrevemos, mudando-se, em seguida, para o CEAD, onde está desde o meio do ano de 2007. Nessa unidade reencontraria uma organização do trabalho que se assemelhava àquela do CEMMAC. Apesar de o salário que recebe hoje ser menor que o salário de um agente socioeducativo contratado pelo estado, há outras vantagens. O fato de ser contratado pelo regime da CLT, com os direitos trabalhistas decorrentes dessa condição, suplanta a diferença no valor. Porém, o que o atrai é a maior possibilidade de trabalhar como um agente com atribuições de educador, vendo na proposta pedagógica da unidade o respeito à condição dos adolescentes:

Mas o CEAD é diferente. Você foi nesses centros todos na época, se você

fosse no cemmac você ia ver que era diferente. Lá no CEAD, independente que seja menino de 12 anos até dezesseis, você vai ver a diferença também. Você vai chegar no CEAD e vai ver que a diferença é grande, enorme demais. Lá, é todo mundo solto mesmo. Lá, deu sete horas da manhã, todo mundo de pé, tomar banho, tomar café, todo mundo pra escola. Os que estão na escola, estão na escola, atividade é atividade, se estão na quadra, estão na quadra.

4.2.4 - Elementos do trabalho no sistema socioeducativo

Apontaremos alguns elementos que se sobressaem a partir da entrada de Luís no sistema socioeducativo. É importante registrar que em nenhum momento nesses seis anos de atuação como educador, ele abandonou o ofício de pedreiro.

4.2.4.1 - Relação com o trabalho

Sua história familiar evidenciou a entrada precoce no mundo do trabalho. O “quebrar pedras” desde os oito anos de idade, e a introdução no aprendizado do ofício de pedreiro, foram intercalados por serviços rurais sazonais. Luís ressalta o orgulho que sente em ter construído, aos dezesseis anos, a casa do seu pai.

A admissão em um centro de internação surge como algo novo e passa a ter uma importância muito grande em sua vida, e, por mais que demande esforços, possibilita a manutenção de sua profissão de pedreiro.

A dupla carga a que se submete estabelece um domínio temporal considerável do trabalho em sua vida. Todos os dias de folga, ou quando atua no plantão noturno, Luís está em alguma obra durante o dia. Para ele, o fato de atuar em setores distintos torna possível suportá-los, conforme apresentaremos a seguir.

4.2.4.2 - Um pedreiro educador

Luís argumenta que as diferenças na natureza dos trabalhos de pedreiro e educador contribuem para tolerar a carga do trabalho na unidade de internação, mas enxerga pontos de correspondência em suas propostas, embora veja uma diferença fundamental: o resultado.

A diferença é, na obra você vê aquilo tudo bagunçado e vai conseguindo fazer aquela coisa, no final da obra você vê aquela perfeição das coisas, né? E esse trabalho também, tudo tem a ver, você vai querer modular o adolescente, tirar daquela vida, então assimilou as coisas. Parece que fazendo um paralelo são tudo as mesmas coisas. Eu quero ver se esse adolescente, no final dá certo, essa foi a minha intenção..., nem sempre dá. Só que trabalho do pedreiro você define ele e o trabalho do agente sócio-educativo não está definido. A hora que você está chegando numa etapa que é boa, da convivência com o adolescente, ele já está indo embora.

Luís entende que por dominar o trabalho de pedreiro, durante a execução desse serviço é possível ficar pensando nas intervenções que poderia fazer junto aos adolescentes no centro de internação, mas o contrário seria impossível, pois “*não tem prazo*”:

*Você trabalha ali, você já sabe o que está fazendo, fica pensando. De lá eu fico pensando o que conversar com os meninos. Na hora que eu estou trabalhando de pedreiro, eu já sei fazer as coisas, **então, eu fico despreocupado, sem pensar e sem olhar, eu faço o serviço de pedreiro**, aonde dá tempo de eu ficar refletindo sobre o que aconteceu no trabalho, o adolescente que eu tenho que conversar com ele.*

Ele diz que no caso de necessidade no centro de internação, coloca o trabalho de pedreiro em segundo plano, ainda que seja mais rentável: “*O da obra dá mais renda. Graças a deus eu tenho tido sempre, desde quando eu comecei a trabalhar como servente de pedreiro, nunca faltou*”. Em nenhum momento seu ofício de pedreiro foi resguardado por garantias trabalhistas, seus contratos sempre foram por sistema de “*empreitada*”. Ele alega não se preocupar com uma eventual falta de cliente, já que isso nunca o atingiu, e que o regime de contratação por “*carteira assinada*” no sistema socioeducativo lhe dá um pouco de tranquilidade, mas não o tornaria refém do emprego em uma situação de descontentamento. Sua característica de reagir sem ansiedade aos contratos que não consegue cumprir no prazo no ofício de pedreiro, lhe traz problemas com os clientes, cujas cobranças não aparentam incomodá-lo. O depoimento de sua esposa retrata esse tipo de cobrança:

Tem hora que eu nem atendo telefone aqui, procurando serviço dele. “Ah, seu marido tratou comigo aqui e não veio”. “isso é com ele, isso não é comigo não”. Às vezes, xinga ele, mas pra você ver, a gente ia mudar pra essa casa em fevereiro, mudamos em 21 de abril, porque não deu pra mudar antes. Ele combinou de fazer o reboco pra ela em 10 de fevereiro, a mulher todo dia ligava.

Esse registro poderia aparentar certa indolência de Luís. Porém, outras

informações não podem ser desprezadas nesse contexto, como, por exemplo, a própria pessoa que o encaminhou para participar do processo seletivo do CEMMAC, cuja família conta com seu trabalho na construção e reforma de vários imóveis há muitos anos.

A satisfação com os resultados do trabalho de pedreiro ficam patentes ao mostrar a sua própria casa, construída em um terreno com grande desnível, da qual se orgulha de ter preparado com as próprias mãos e de ser totalmente de sua autoria. Ele nos mostrou outra casa no bairro, também construída por ele.

Luís relembra a inserção que promoveu, em algumas ocasiões, de adolescentes em conflito com a lei, nas obras que fazia: *“Até teve muito adolescente que trabalhou comigo, servente e tudo. Que a gente achava que não dava, todo mundo fica surpreso, ‘Ah, ele vai trabalhar com você? Ele é bandido, e tudo’. Mas eu nunca vi isso”*.

4.2.4.3 – A paciência como instrumento de trabalho

Para Luís, a necessidade de tolerância com o adolescente em regime de internação não é vista como uma dificuldade. Ele avalia que, em toda sua vida, teve a característica de “não esquentar a cabeça”:

“Às vezes, eu vejo gente que é muito preocupado com as coisas. Eu falo: “não, eu quero viver 150 anos”. Se eu for esquentar a cabeça agora, eu não chego nem na metade da minha idade. Então, tudo tem jeito. Eu era assim, quando eu trabalhava de servente, na roça, no interior, às vezes, você quebrava o cabinho de um martelo, nossa, falavam pra caramba, os caras falavam, parecia que aquilo era uma coisa de outro mundo, eu falava, não, é só trocar aquilo ali. Então, eu não sou muito assim não.”

Ele atribui esse estilo às características próprias de sua família: *“minha família é muito calma, pra morrer de repente vai gastar trinta anos”*. Sua esposa concorda que essa característica contribui para o desempenho no trabalho: *“Ele é desse jeito, é bom que dá certo com esses meninos, ele tem paciência”*.

Essa tolerância, no entanto, não representa total ausência de impaciência na sua conduta. Ele menciona uma situação em que perdeu a paciência com a pane em um isqueiro, que era necessário no posto que se encontrava, no corredor do pavilhão da unidade, e o arremessou na parede, causando uma pequena explosão. Indagado sobre os riscos dessa atitude, ele diz que não havia, e que apesar de ter ficado nervoso, o fez numa espécie de brincadeira:

“Não, eu estava nervoso, aí mandei ele na parede. Por causa do isqueiro, né?”

Eu estou trabalhando em um lugar desse, e vocês me dão um negócio ruim. você fica ali, aquilo ali estressa. Vai lá e arruma um outro (isqueiro) bom lá. Qualquer coisa, eu vou lá e compro, não tem problema não, dinheiro foi feito pra gastar mesmo(risos).

Os seis anos trabalhando no sistema socioeducativo corroboram sua informação, já que não há registro de atitudes agressivas em relação aos internos. Esse tipo de atitude segue a linha do exemplo, que ele mencionou, do martelo quebrado, quando trabalhava como servente. Tanto o episódio do martelo, quanto o do isqueiro quebrado, encontram coro na fala de sua esposa sobre o seu desprendimento material com pequenas coisas e os desgastes desnecessários provocados por elas:

Mas ele é assim mesmo, se for mandar ele arrumar um trem... o chuveiro aqui mesmo estragou, a morna não estava pegando, só estava pegando no quente, eu falei "o, Luís, está muito quente, e a força (energia elétrica) ninguém vai agüentar". O que que ele fez, ele comprou outro, sendo que o chuveiro nem tinha queimado. Então, ele é assim ele não importa não, o chuveiro estragou, ele tem que comprar outro.

Por mais que sua atuação nos centros de internação tenha provocado inquietações ou sofrimento, Luís adota a atitude de não levar para sua casa os problemas. Ele não verbaliza com a esposa o que ocorre no trabalho, e ela opta por não perguntar, inclusive, pelo temor de que atitudes violentas nessas unidades o atinjam. Segundo ela:

Eu não fico sabendo de nada não. Tem hora que a gente está conversando na casa da minha mãe, sentados, e aí ele conta casos de lá, que menino cuspiu nele. Eu não pergunto, eu não tenho aquele costume... tem esposa que não... tem amiga minha que pergunta: como é que foi seu dia hoje? Eu não sou assim, quando ele quiser contar, ele conta. Eu também não gosto de saber desse serviço com esses meninos lá, por mim, ele nem trabalhava lá, desde quando começou no Jatobá (CEMMAC) aqui eu não gostava.

A opção de Luís é de ficar calado, inclusive quando sucumbiu ao sofrimento no trabalho e procurou um médico, sua esposa somente ficou sabendo depois que ele havia feito a consulta: “Não tenho que levar pra casa não. É o que eu falo com eles lá: ‘o dia que você não tiver prazo para conversar com a mulher, brincar com seu menino, você fala: não, isso aqui não é pra mim não’”. O problema de saúde mencionado será discutido neste capítulo.

4.2.4.4 – O humor como instrumento de trabalho

Uma das saídas buscadas por Luís para lidar com as exigências laborais de um centro de internação é o humor. Percebemos que, até nos momentos em que ficava aborrecido, suas reações tinham um conteúdo de humor. Este é um recurso utilizado para lidar com adolescentes que estão agitados e não foi aprendido nos manuais operacionais dedicados à atividade.

Luís nos relatou pelo menos duas cusparadas que recebeu no rosto. A irritação provocada por uma dessas situações, e a maneira como conduziu as ações imediatamente posteriores, nos dão pistas de como ele lida com situações em que a tolerância do agente é colocada à prova.

Eu fiquei irritado. Na hora que ele cuspiu, eu falei assim, agora você vai ver, você vai ficar gritando aí e eu não vou te dar mais nada. Fica pedindo água aí ou pedindo pra sair, eu vou demorar um tempão também. Aí, depois ele chamou outro agente. Eu disse, não, não vai lá não. Aí, ele me chamou. Aí, eu disse, tá bom, só que você está me devendo uma cusparada na cara. "mas como eu vou pagar isso?". Não, depois você vai me pagar essa cusparada, vou esperar o dia que eu estiver bem gripado, com a garganta bem cheia de catarro, aí eu vou cobrar.

Luís acredita que determinados comportamentos agressivos apresentados pelos adolescentes, ao invés de ser uma manifestação de repúdio ao agente agredido, podem ser traduzidos como a afirmação de solidez na relação entre ambos:

Por mais que você conhece o adolescente, você sabe que ele não é aquilo. É aquela coisa, quanto mais o adolescente está próximo de você, ele não vai estourar com outro não, ele vai estourar com que aquele que ele tem mais convivência.

O uso de gírias é disseminado na unidade de internação, e muitos agentes passam a conhecer e adotar uma linguagem semelhante para facilitar a comunicação com o interno. Luís prefere não utilizar esse recurso, mantendo o sotaque típico de sua cidade natal, o que dá uma conotação de que veio da zona rural e acaba por ser tornar um fator de aproximação. Os internos fazem piada e, ao mesmo tempo, admiram o fato de ele assumir o sotaque.

Onde eu vou eles me chamam de "da roça": "ô, da roça!". Aí, eu chamava eles também: "Ô, da favela!". – "Ô Luis, eu queria falar igual você, a gente deve pegar mulher pra caramba". Tanto é que na hora que eles falam gíria: "ah, você está me

tirando". Eu falo: "o que é isso, tirando, eu não sei o que é isso"(risos). Muitas gírias deles eu não entendo. A maioria deles eu não entendo, eu falo assim, "fala direito que eu não estou entendendo isso aí não".

4.2.4.5 - Religiosidade

Luís é católico e expressa a importância da fé como forma de manter a esperança na re-socialização dos adolescentes. Como mencionamos anteriormente, sua mãe o estimulava à crença sobre a eficácia da espiritualidade para superar obstáculos, especialmente, os emocionais. As experiências no CEMMAC e no CEAD o deixaram mais à vontade em relação ao seu posicionamento religioso e na adesão aos rituais dessas unidades, geridas por instituições católicas. No CEMMAC essas manifestações ocorriam, porém de maneira menos intensa que na unidade que trabalha atualmente. A congregação salesiana, responsável pelo CEAD, se inspira em Dom Bosco, reconhecido na história do catolicismo pelo seu trabalho com crianças e adolescentes, e que orienta o modelo pedagógico dessa instituição. Diariamente, há um momento chamado de "Bom Dia", que alterna a responsabilidade do ritual entre as pessoas da comunidade educativa, onde são proferidos breves discursos de acolhimento e estímulo e agradecimento. Além disso, há três momentos de oração no dia: nos lanches da manhã e da tarde, e ao recolhimento para dormir.

As situações de tensão, como rebeliões e tumultos evidenciam a busca do suporte espiritual: *"Eu sempre que eu entro, peço muito a deus, peço proteção e tudo."*

4.2.4.6 – As competências adquiridas no Trabalho

O uso do humor no atendimento aos adolescentes não é dominante no comportamento de Luís, ele se alterna a uma sisudez, que entende como instrumento disciplinador: *"Hora de brincar é hora de brincar, hora de falar sério é hora de falar sério. Se tiver errado a gente fala"*. Os relatos destacados por nós ao fazer a descrição sobre o humor em sua atividade mostram que ele não "abre a guarda" em relação ao que acredita ser o papel do educador. Para ele, a firmeza do educador é a melhor atitude em relação aos "testes" feitos pelo adolescente. Ele menciona a necessidade de que a criança e o adolescente, ao serem repreendidos, olhem no olho de quem os repreende. Luís ressalta que se isso não acontecer, é porque o interlocutor não se responsabilizou pelo que fez, e que observa isso no tratamento com o seu filho, desde quando este era muito pequeno. Hoje seu filho tem seis

anos.

No início você - isso em todos os centros - no início os adolescentes vão te ameaçar, te maltratar. Ih, ameaça vai ser toda hora, aí você é que tem que fazer o seu trabalho. Isso é demorado. Então se o agente, o educador tiver aquele medo de chegar e assim ele vai ficar meio “coisa”, mas se você acredita e peita, ele vê aquilo, porquê? Aí, o entendimento que a gente faz é assim: “Não, você errou por causa disso, disso, disso”. A gente fala duro, então é assim, assim e assim. E o menino vai botar a banca dele, ele vai te olhar no olho e vai ver se você vai estar firme ali na sua opinião e na sua firmeza. Porque, se você está firme ele vai ter dar respeito, ele vai te respeitar, porque ele sabe ali, que aquela coisa ali é bem pra ele. Ele sabe, mas ele também está testando. É sempre testando, o adolescente sempre te testa.

Segundo ele, uma das maneiras de mostrar firmeza envolve riscos temporários ao funcionamento da instituição, e defende que certas regras somente funcionariam se, mesmo sob risco de sublevações, fossem instituídas. Observamos que a opção por adotar o papel de educador, não suprime sua visão sobre as dificuldades concretas no trato com os adolescentes. O que se percebe, mais amplamente, é que ele acredita na necessidade de encarar de frente as conseqüências do ciclo de violências a que esses jovens foram submetidos, e que acabam por encontrar sua expressão maior, dentro dos centros.

*A gente fala, muitos lá falam, o adolescente é a lei. Você não tem nada que fazer com o adolescente. Porque muitos adolescentes, tem hora que chegam pra você e diz: “ah, eu estou aqui só passeando, três anos pra mim não é nada não”. Então, as coisas tinham que ser mais “assim”. Eu acho que o cigarro tinha que acabar, isso é uma coisa mínima. Nós estávamos fazendo um trabalho no CEMMAC com o mínimo de cigarro, ou eles fumarem só num lugar determinado. E conseguimos, no início foi duro. É briga, é confusão. **Então, pra gente mudar tudo que a gente tem que mudar, tem que ter confusão. Eu acho isso, aonde muitos centros pecam é com medo de confusão. Se você não tiver confusão, você não tem arrumação.** Então eu sempre falava: deixa. Se for pra levantar (motim), vai levantar, mas tem que consertar, uai. Mas as coisas têm que mudar, não podem continuar assim. Mas aí tem o seguinte, se você faz a coisa mudar, vai achar o conflito, e se você achar o conflito vai estender a coisa pra frente, só que não pode estender demais.*

A impossibilidade de “estender demais” refere-se às questões institucionais que envolvem, principalmente, a resposta que os gestores têm que dar à sociedade. Nesse trecho, ele ressalta a falta de autonomia do agente, já que a maioria dos problemas ocorridos nas unidades recaem com peso total sobre as costas desse trabalhador. Ou seja, se colocasse em prática sua tese de que, para arrumar, é preciso haver confusão antes, as conseqüências sobre

tais ações encontrariam rápida resposta, através da punição aos próprios agentes.

Tem a pirâmide, então, às vezes nem chega lá em cima pra resolver as coisas. Então, volta pra trás, aí quando volta de novo, volta no agente. Tem coisa que tem que ser resolvida, mas aí você fica naquela: se resolver e a coisa estourar?

Essa atividade, então, envolve o risco permanente sobre as decisões, que nem sempre podem ter o amparo nos manuais, dada a diversidade de situações. Essas brechas, entre o trabalho prescrito e o trabalho real, em um centro de internação, o expõem a eventuais sindicâncias se “*as coisas estourarem*”, que, como afirmamos anteriormente, sempre se baseiam no que está prescrito.

Para Luís, essa firmeza funcionaria, de algum modo, como resposta ao modelo familiar prevalente hoje, de pais omissos que quando decidem agir, o fazem através de atitudes violentas em relação aos filhos. Ele menciona a possibilidade de que manifestações agressivas dos pais possam ter efeito disciplinador, desde que o filho entenda as razões da ação. No entanto, ele afirma não adotar tais práticas com o seu filho, e muito menos com os internos das unidades que trabalhou:

Eu acho que por mais que eles xingam os pais, eles sentem falta. O adolescente sente falta do pai, por mais que seja ruim. O pai, às vezes, bate no adolescente, mas ele não dá respeito. É diferente, entre você bater e você dar o respeito, e falar: "está errado". Não. Então, a maioria dos adolescentes apanha e não sabe porque que está apanhando. Ele sabe porque está apanhando, mas ele quer escutar porque que está apanhando, ele quer uma explicação daquilo.

A violência familiar, ampliada para outras instâncias da vida da criança e do adolescente provocaria, segundo ele, comportamentos difíceis de compreender. Ele menciona um comportamento surgido a partir das repetidas submissões de jovens à violência policial, que eles se esforçavam em desconstruir no CEMMAC:

O adolescente é assim, se você xinga ele, ele quer que você bate nele. Aí, já pagou. Já pagou a dívida, porque apanhou. A polícia hoje é assim, pega um adolescente, ele está roubando. Pegou, espancou ele, para ele, já pagou. Já está pago, o couro pagou aquilo que ele roubou. Pra ele, já está paga a dívida. Lá não, lá (no Cemmac), “você fez isso errado, vamos conversar sobre isso”. Porque. Porque fez isso, porque aquilo. Conversa é a melhor coisa que tem. Eles não aceitam você conversar com eles sobre o erro que eles fizeram. Porque eles acham que já pagou.

Esse exemplo mostra uma proposta prevista em todas as unidades e que, segundo Luís, se concretizou no CEMMAC. Trata-se do estudo das características pessoais de cada adolescente que chegava na unidade, e, a partir desse estudo, trabalhar individualmente a responsabilização e novas possibilidades para sua vida, quando do regresso à convivência social. Percebemos que essa orientação encontraria em Luís um educador atento, e, mais do que isso, se tornaria uma estratégia que ele potencializaria na abordagem aos internos por todos os centros que passou:

Cada agente tem que descobrir cada um adolescente. Tem que descobrir como chegar até ele. Cada adolescente tem um jeito, cada agente tem um jeito. Então, você é que tem que conhecer o adolescente, como chegar até ele. Que todos têm como chegar até ele. E hoje a gente vê mais isso ainda, que eu tinha na teoria, eu pensava sempre, hoje a gente vê que é isso mesmo, todo adolescente tem o seu ponto fraco que você precisa chegar até ele.

Quanto aos internos considerados mais agressivos, ou por serem portadores de transtorno mental, ele criou modos de aproximação. Luís partia da observação atenta do comportamento do adolescente e, se valendo do humor, ou utilizando assuntos que reconhecia como sendo da área de interesse daqueles internos:

Aí você tem que ter atenção. Mas é na forma que você chega. Você chega de manhã, já olha, conversa com o adolescente, cumprimenta. No cumprimentar você já vê como é que o adolescente está. Eu sempre fui assim, na hora que eu vejo um menino de cabeça baixa, eu sentava, contava uma piadinha, começava brincar, pra gente chegar até o que está acontecendo. Eu sempre fui assim, vai chegando, brincando e tal e começa a ver as coisas mais sérias, pontuando algumas coisas com o adolescente.

O estabelecimento de laços de confiança é uma das estratégias utilizadas em sua atividade. Para sustentar isso, um recurso utilizado era a percepção do momento de distanciamento necessário entre o agente e o interno, como nos relatou a ex-coordenadora do Cemmac ao falar de sua atuação: “Luís fazia uma contenção de uma maneira fantástica, sem nunca lesar o adolescente, retomava aquilo depois. Se afastava, depois da contenção, se afastava, retornava depois, que aí ia trabalhar com o menino as questões que culminaram na contenção”. Porém, ele acentua que esse tipo de abordagem não é possível em todos os centros: “Tem centro que você não tem esse tempo, você fica só de vigia, vigia abrir porta, vigiar abrir porta.”

Luis reconhece a presença de contradições nas relações entre educadores e internos, que, inevitavelmente colocam a confiança mútua em risco, como, por exemplo, nas várias situações de revista, chamadas de “dar geral”:

Onde está adolescente que é a primeira vez que cai, então é mais fácil. Agora, na internação é diferente, você vai ficar ali três anos, três anos: "sai, geral, entra, geral,". Você não dá aquela geral, né? Você dá uma geral nele, mas não é aquela geral... Não é aquela coisa não, e é chato, né?. Você não está confiando e o adolescente também não confia em você. Isso é uma coisa que... o menino quer confiança, então isso quebra, o menino nunca vai confiar em você, e você nunca vai confiar nele, é aquilo ali é do trabalho.

Ele acentua que essa dificuldade é própria do trabalho, mas observa que a convivência prolongada nas unidades de internação faz com que a adesão a tais procedimentos seja amenizada com o passar do tempo. Além disso, ele ressalta as diferenças entre as unidades quanto a isso, e vê como mais um motivo de satisfação em seu trabalho no CEAD, onde acontecem revistas “uma, duas vezes no mês”. No Centro Socioeducativo São Benedito, que é provisório, o cumprimento dessa regra é acompanhada pela vigilância entre os pares e chefia:

Tem que fazer. Lá, no São Benedito. Mas, lá você tem um contingente maior de agentes. Lá, é toda hora: saiu, geral. Entrou, geral. Se ele sair trinta vezes, trinta geral ele toma. É chato porque, às vezes, você... tem uns que pediam para varrer o corredor, né? Você fica ali do lado, só que hora que ele sair, dá geral. Você ali, o tempo todo do lado dele, você tem que dar geral para ele entrar. Os colegas cobram: "oh, você esqueceu de dar geral no cara para entrar no alojamento".

Porém, Luís alega identificar situações em que a confiança na atitude dos internos pode eliminar a necessidade de revistar os adolescentes ou de manter uma vigilância excessiva, como nos domingos que coordenava a confecção de tapetes no CEMMAC e optava por confiar que não haveria o extravio de objetos, apenas alertando previamente os internos sobre sua responsabilidade

Quando eu trabalhava no Cemmac, eu tinha confiança muito nos meninos no setor que eu trabalhava, que era o setor da tapeçaria. Então, no outro plantão eles trabalhavam com cinco tesouras, no meu eles trabalhavam com quinze tesouras. Eu falava assim: "não, a oportunidade é de vocês, vocês é que sabem, qualquer coisa que acontece aqui vai cortar a atividade e tudo, vocês não são meninos mais, já estão crescidos, vocês é que sabem, quer trabalhar, vamos trabalhar, se não quer, pronto". Nunca tive problema nenhum, nem uma agulha, nunca sumiu uma agulha. Dia de domingo era onde ficava grande parte dos adolescentes, ficavam quinze, dezesseis junto

comigo, e eles nunca nada, nada, nada. Nunca aconteceu nada.

E, em outras circunstâncias, quando permanecia no interior do alojamento assistindo televisão com os internos, seus colegas o advertiam sobre a existência de riscos que não o preocupavam. Luís alega que somente se reconheceria como educador social se acreditasse na possibilidade de re-socialização daqueles adolescentes, e percebia que estes valorizavam sua atitude, propiciando o estabelecimento de confiança mútua:

Eu sempre entrava no alojamento, conversava com eles. Até os agentes falavam: "ó, aqui não é os meninos igual do Cemmac não, sô, não entra aí não". Eu falava: "ah, eu vim cá, eu sou um educador social, esse é o meu trabalho, se eu não for fazer um trabalho de re-socialização, eu não quero. Se for só para ficar na tranca, tranca, tranca, eu não quero não. Eu entrava no alojamento, na hora de assistir televisão eu ficava lá no meio, pra mim não tinha problema não. Engraçado é que depois os meninos falavam: "oh, você é o único que entra aqui dentro. Você é o único que senta aqui para assistir televisão, no meio de nós". Eu dizia: "não, gente, vocês sabem o que vocês fazem, eu sei o que eu estou fazendo".

Esse tipo de advertência dos colegas de trabalho nunca mudou sua forma de atuação. Ele menciona que isso só acontecia quando eram colegas que ainda não o conheciam bem. O que lhe garantia o respeito era a tranquilidade de não estar fazendo nada errado, e sua reação às eventuais censuras dos colegas sobre o seu comportamento, valendo-se do bom humor:

Eu sou aquele cara assim, eu não estou fazendo coisa errada. E nunca fiz, também, e nunca pretendo também. Pela minha postura, eu converso com os adolescentes, eu não sei se tanto eu converso com eles, brinco, e tudo, eles não me chamam, não me falam muito em droga, essas coisas não. Quando eles vêm para conversar essas coisas de droga, esses trem, eu converso também, sem problema. Depois que você vai me conhecendo, tanto faz com o adolescente, com os colegas, eu brinco a mesma coisa.

Surge nessa discussão um dado que aprofundaremos ao apresentarmos o período do seu adoecimento. Trata-se da importância que atribui ao exercício de uma atividade que dê mais ênfase aos aspectos educativos, do que à contenção. A experiência que registra como mais negativa na sua trajetória no sistema de internação foi exatamente quando foi impedido, pela organização do trabalho, de dialogar com os adolescentes.

4.2.4.7 - Saúde/adoecimento mental no trabalho

No nosso primeiro contato, Luís não mencionou qualquer afastamento por causas psicológicas, referindo-se apenas a uma licença médica quando fez uma cirurgia no joelho. Nessa época, ele resumiu sua passagem pelo CEIP-anexo apenas como um período ruim, em que questionou o modo de funcionamento da unidade, e, de certa forma, fez um diagnóstico superficial dos problemas existentes no local, o que aparentou tratar-se apenas de um incômodo.

O aprofundamento em sua trajetória no sistema desvelou algo mais grave. O sofrimento que passou por várias semanas no CEIP-anexo culminou em sintomas que o fizeram sucumbir, ainda que temporariamente. Descreveremos aqui as razões levantadas por ele para a insatisfação crescente nesse local, e que acabou adoecendo-o.

É importante detalhar todo o percurso. O CEMMAC, primeiro centro socioeducativo que atuou, possuía características muito peculiares. A descrição de uma ex-coordenadora técnica dessa unidade, que trabalhara na FEBEM, mostra os investimentos feitos pelos gestores do CEMMAC:

E na Febem, quatro anos correndo atrás de alimento, vestuário, pra menino, o mínimo. De repente, você chega numa entidade que te dá tudo. Porque nos maristas - o estado podia até não repassar a verba - nunca faltou, o administrativo estava sempre em dia, recursos, remédio, quando precisava, consulta paga, muitas vezes, na emergência. Porque em relação à saúde, a gente tinha que estar usando a rede local, porque essa é a realidade dele lá fora. Lá fora, se ele precisa de um cardiologista, ele não vai pagar particular, mas até isso, era tudo assim, a tempo e a hora.

Esse investimento abrangia, ainda, a capacitação dos educadores, supervisão do atendimento com profissionais externos e um vasto repertório de atividades para os adolescentes.

Nessa instituição, Luís se via como educador. A extinção do CEMMAC e a transferência para o Centro socioeducativo Santa Clara seria o início de um processo de questionamento pessoal sobre seu papel, pois, conviveu nesse centro com uma rotina de violentos tumultos e rebeliões após ele ter sido assumido pelo estado. Nessa mudança, ocorreu a alteração do vínculo empregatício, pois foi demitido pela UBEE, e assinou contrato com o estado.

O cenário que ameaçaria ruir seu papel de “educador” ainda estava por vir, e foi o que representou um choque bem maior: sua transferência para o CEIP- Anexo. Esse local,

para Luís, agregava um conjunto de elementos negativos para a esperança que ainda possuía em relação às possibilidades da medida socioeducativa de internação. Ele afirma que ali não havia diálogo com os adolescentes. A tensão entre os agentes socioeducativos e os internos era tão grande, que o recurso da contenção se sobrepunha a qualquer outra possibilidade:

Lá, foi muito diferente porque você não tem... Lá é um serviço aonde é tranca, é tranca, é tranca mesmo. Você não tem aquele espaço para chegar até o adolescente, estando conversando, estando... tentando ver o que o adolescente quer e o que ele não quer.

Seu incômodo residia, principalmente, na postura hostil que considerava cristalizada nos agentes “velhos de casa”, que diferia de tudo que aprendera em sua experiência no CEMMAC:

Lá no anexo era outra direção, mas estava mudando, e tinha muitos agentes antigos. Eles tinham as conversas deles com os adolescentes de um jeito, a gente tinha de outro jeito. Era o jeito que a gente aprendeu no Cemmac. Pra mim, não importa, se um é 155, se o outro é 157⁵⁶, pra mim não importa isso ou aquilo, eu nunca importei com aquilo feito por nenhum adolescente.

Uma integrante da equipe técnica que atuou nessa mesma época no CEIP- anexo confirma a precariedade do seu funcionamento. Essas instalações eram subordinadas à direção do CEIP- Dom Bosco, que já tinha problemas suficientemente graves no seu próprio prédio, fazendo com que tal improvisação no “Anexo”, onde ficavam internos considerados infratores graves, fosse pautada no regime da “tranca, tranca e tranca”. A disposição de uma técnica de “referência” em melhorar esse cenário não era suficiente para mudar as condições, dada a precariedade física e a falta de autonomia para mudanças organizacionais mais profundas.

Luís começou a sentir tristeza e progressivo desânimo em ir para o trabalho, pois “aquilo lá não estava descendo mais não”:

Eu trabalhava de dia. A hora que eu acordava eu pensava: ‘nossa, agora eu vou ter que chegar naquele lugar, pra ficar calado de novo’. Porque nem prazo para você conversar com outros agentes não tinha. A tensão era muito grande. Então, você tinha que ficar lá, entrava mudo, saía mudo.

Esse sofrimento foi se intensificando, e por mais que tentasse “entender” aquele modo de funcionamento, ele não conseguia. Ainda hoje, Luís encontra dificuldades para

⁵⁶ Artigo 155 do Código Penal Brasileiro: furto – subtrair para si ou para outrem, coisa alheia móvel. Artigo 157: Roubo – subtrair coisa alheia móvel [...] mediante grave ameaça ou violência à pessoa.

nomear os sentimentos negativos que vivenciou ao deparar com colegas de trabalho que descreditavam completamente nas possibilidades de re-socialização dos adolescentes. Para agravar sua situação, ele raramente encontrava espaço para atuar de maneira diferente, já que a adoção excessiva da “tranca” limitava a própria movimentação dos agentes. O que lhe restava era um espaço mínimo para tentar conhecer melhor os internos, através da observação, mas impedido de intervir:

Sabe o que é? Eu não estava entendendo. Porque tudo tem solução. Mas lá não tinha aquela entrada. Lá era só tranca mesmo. Lá, eles tinham assim: "não, isso aqui é tudo lixo! Tudo que é lixo está ali, ó". Era a fala dos agentes, da maioria, que aquilo tudo era lixo. E não é a forma que eu queria trabalhar. Não, isso aqui está o contrário do que eu quero trabalhar, então, pra mim não serve. Então, eu chegava e ficava estudando cada adolescente: "não, mas aquele menino, poucos minutos que eu fiquei com ele, ele não é aquilo que apresentam. Então, os agentes que estão lá, estão fazendo esses adolescentes.

A queixa de Luís recaía sobre a impossibilidade de trabalhar da forma que acreditava. Não foi possível detectar, a partir de sua fala, a configuração de um quadro psicopatológico específico. Ele utiliza a metáfora de um buraco cercado por barro, e que qualquer tentativa de movimento para sair desse lugar fosse impossibilitada por deparar com mais barro ainda. No início desse processo, ele tentou reagir através da intensificação do próprio trabalho: “Então pensei, vou só trabalhar, trabalhar, trabalhar, porque aí, eu posso ajudar meu pai, a minha família, tudo”. No entanto, descobriu que, para ele, isso não era suficiente nesse tipo de trabalho:

Mas, só que lá (no centro), lá não é dinheiro. Lá, depende de você, do seu bom espírito, de sua parte positiva, auto-estima. Você tem que dar auto-estima para o adolescente, e eu não estava tendo, eu estava assim: produzir! Produzir é bem diferente de dar auto-estima.

Assim como ocorria em relação à postura dos agentes com os adolescentes, ele teve dificuldades em entender a aceitação, pelos agentes, das péssimas condições de trabalho, relativas à alimentação, e ao irritante “bater de grades⁵⁷”, que nunca cessava:

Então, era onde eu não entendia. Eu não entendia nem como, como que esses caras estão trabalhando aqui desse jeito, meu deus, não tem condição. Você chega ali, um marmítex ruim, você vai comer um marmítex desse aí,

⁵⁷ Manifestação coletiva dos internos, que consiste em balançar a grade do alojamento (cela), provocando barulho, como forma de reivindicação e/ou protesto.

três, quatro horas da tarde, já estava fria. Essa bateção aí, que não tem limite. Eles começavam bater grade sete horas da manhã e paravam sete horas da noite. Sete da noite, eles começavam de novo. Que isso, isso está errado, aquela barulhada danada. Então, estava o contrário do que eu queria.

Foi então, que Luís pensou em procurar ajuda, e alega não ter encontrado, pois procurou o serviço de saúde mental do IPSEMG e o médico que o atendeu sequer ouviu suas queixas: “Parece que é assim, de tanto você ver pessoas mexendo com adolescentes, só de trabalhar no Horto⁵⁸ eles nem ouvem a gente”. No contato com outros agentes socioeducativos escutamos várias vezes essa constatação feita por ele:

Lá tem até um certo costume, você vai lá, se falar onde você trabalha eles já te afastam:

-Você trabalha com quê?

- Eu trabalho com adolescente.

- Onde?

-No Horto

-Ah, então toma tantos dias de atestado.

O médico recomendou um afastamento de sete dias e lhe receitou um medicamento, que tomou uma única vez, e não se sentiu bem. Ele não se lembra o nome do medicamento:

Tomei um dia só, fiquei mal, mal, falei, não vou tomar isso não. Aí eu voltei. Aí, era outro. Aí, eu mostrei a medicação pra médica, ela disse, "uai, mas você não é doido não!". Ele tinha me dado a receita de remédio de doido. Ela disse: "não, não precisa tomar isso não"⁵⁹.

Durante esses dias que lhe foi recomendado afastamento do trabalho, Luís dividiu seu tempo entre terminar uma obra que estava fazendo, em dois dias, ficar em casa e viajar para “a roça”, também por dois dias.

Na obra eu ficava mais tranquilo. Na obra eu fazia coisas que eu realmente queria e gostava. Igualzinho na minha área também (educador), que é uma área que eu gosto e estou fazendo.

Ao retornar, ele pensou em abandonar o sistema. Procurou a direção que estava assumindo o “Anexo”, com os quais tinha uma boa relação, e comunicou sua decisão,

⁵⁸ Bairro de Belo Horizonte onde estão instaladas várias unidades de internação de adolescentes.

⁵⁹ O medicamento receitado nessa segunda consulta foi Bromopirin, ansiolítico à base de benzodiazepínicos.

expondo a insatisfação que sentia, ao ver que a instituição apenas reforçava aquilo que a sociedade já havia feito com o adolescente, ao tratá-lo como “bandido”.

Conversei com eles, "nessa forma de trabalho eu não quero, não dá pra mim não, a gente vai criando o adolescente como bandido, ele vai ser bandido". Ninguém nasce bandido não. A sociedade vê esse adolescente desse jeito, nesse ponto, a solução que tem é matar, se nós ficarmos tendo essa mesma visão," pra mim não serve". "eu não vou ficar nisso não, eu estou saindo fora".

Informaram a ele sobre a mudança prevista para o Centro Socioeducativo Santa Helena, o que o demoveu da decisão de sair, e tolerou mais alguns dias, valendo-se de uma estratégia, ainda que não muito eficiente:

Aí, eu voltei, tá bom, vou ficar igualzinho eles mesmo, não vou procurar conversa com adolescente nenhum, e pronto, abrir porta, fechar, abrir, fechar, e pronto, igualzinho todo mundo lá. Mas dentro de mim eu não aceitava aquilo lá não. Aí, onde eu fui ficando com aquele trem amarrado, assim. Eu podia ajudar e ficava ali sem ajudar ninguém.

Luís credita a superação dos problemas de saúde mental à sua mudança para o Centro Socioeducativo Santa Helena. Esta unidade foi instalada onde funcionava o CEMMAC, onde ele começou a atuar no sistema socioeducativo. Ele ressalta a importância do ambiente do centro de internação sobre o comportamento dos internos, retornando à metáfora do barro que utilizara ao tentar expor seu sofrimento anterior a essa mudança:

Fiquei até nos mudarmos com os mesmos adolescentes, de lá para o Santa Helena, com os mesmos adolescentes a coisa mudou totalmente aqui. Com os mesmos adolescentes que eu falei, com esse barro não dá, com o mesmo barro que colocou de cá dava certo, e aí? Aí você fala assim, é realmente o ambiente. Eu não sei se porque também ali era o Cemmac, que tinha um ar melhor ali, né. Lá (CEIP-Anexo), eu não ia continuar, não ia, de jeito maneira. De uma coisa eu tenho certeza, Anexo e CEIPÃO⁶⁰ eu volto só se for para fazer um serviço voluntário, mas trabalhar mesmo, não.

Desde então, afirma não ter adoecido novamente e em sua admissão no CEAD resgatou o papel de educador que permite sentir prazer no trabalho. Ele acentua que o seu jeito de trabalhar, que era impossibilitado no “Anexo”, não encontra dificuldades nesta unidade. Luís afirma: “Eu faço isso aqui porque eu quero fazer, quero brincar com os

⁶⁰ Forma de tratamento adotada por alguns trabalhadores sobre o Centro de Internação Provisória Dom Bosco.

meninos, eu quero falar isso com os meninos”. Por exemplo, quando esquece o nome dos meninos, ele faz como sua mãe fazia ao confundir os nomes dos filhos: “Ah, menino, vem cá, porcaria!”. Alguns colegas o alertam de que não deveria falar dessa maneira, mas ele diz que os meninos já o conhecem e, por isso, não vêm com a “maldade que os outros vêm”. Indagado sobre o posicionamento dos técnicos quanto a atitudes como essas, ele responde: “Hoje, quando eles vão fazer intervenção, fazer o PIA do menino, na maioria das vezes, eles gostam de chamar eu. Não sei porque, com as besteiras que eu falo!”. Ressalta ainda: “Lá, no CEAD, a gente tem mais autonomia, entre outras, mas tem”.

O modo como lida com as dificuldades referentes à saúde é ilustrada pela sua maneira de conduzir o trabalho junto a um colega, servente de pedreiro, que é epilético:

Eu não apego às coisas negativas. Tanto é, que tem um servente que trabalha comigo que é epilético. Ele, de vez em quando, desmaia. Ele já desmaiou dentro do tubulão. Ah é, né, está desmaiando, ele não perde o sentido não, mas fica aéreo, eu fico gritando: "saí daí sô". Mas, sempre ele fica de coitadinho. Ele fica e eu falo assim: "ah, João sem braço". Um dia ele perguntou o que era isso, eu falei. Então, comigo ele já não tem essas coisas não. Acho que é possível ele vencer isso, não gosto de coitadinho não. Tanto é que os meninos lá (do centro) eu não vejo como coitadinho não.

4.2.4.8 - Baixa eficácia do trabalho

Um aspecto que desafia os trabalhadores dos centros de internação é a baixa eficácia de seu trabalho, revelada pelas avaliações sobre a passagem do adolescente pelo sistema socioeducativo. Percebemos que Luís estabelece sua maneira própria de lidar com os resultados de seu trabalho. Uma delas foi descrita por nós em sua comparação entre as atividades de educador e de pedreiro, quando argumenta que neste trabalho é maior a possibilidade de definição prévia do resultado. Porém, há outras estratégias utilizadas por ele para continuar vendo seu trabalho positivamente:

Assim, as pessoas falam, mas coisa negativa, eu não sou muito de escutar coisa negativa não. É uma opção que eu faço. Mesmo que vinte saiam e morrem, se eu consegui que um menino trabalhasse, como aconteceu, de trabalhar comigo mesmo, o crescimento da gente com isso, aquilo ali, você anima, volta, ânimos novos para estar no trabalho. Assim, é possível! Mas o trabalho, a semente você joga ela, você cuida, e acredita que vai dar um fruto bom, mas se ela não dá um fruto bom, ela tem aquilo ali dentro dela. Então, se ela não solta aquilo é porque no lugar onde ela está, ela não... ela foi transferida para um lugar onde não tem como ela florir, né?.

Ele busca sempre enxergar uma disposição para a mudança, que o adolescente não encontrou nos lugares por onde passou, e que seu papel inclui o esforço para mostrar naqueles poucos meses, ou anos, que há outras possibilidades. Ele tenta fazer o que é possível dentro das limitações que a própria situação impõe:

A vida inteira falando de morte, falando de guerra, falando de armas. Você tem três anos, menos de três anos para estar trabalhando com um adolescente assim. Eu tive um adolescente que tinha homicídio. Eu falei “mas pra que isso, sô, você acha bonito ficar matando”. “Não, Luís, eu já tentei sair dessa vida, mas na hora que eu tento coisar, eu lembro da minha mãe falar, ‘ah, ce puxou seu pai, ce vai ser matador mesmo, ce não vale nada’ “. Então, quer dizer, ele tenta, o adolescente não quer aquela vida. Ele está tentando, mas é muitos anos de lavagem cerebral para pouco tempo da outra lavagem cerebral que você faz no adolescente.

Por “lavagem cerebral”, Luís entende o esforço permanente de persuasão que atribui à atividade do educador. Ao longo dos depoimentos que nos deu, o diálogo com os internos surge como principal fonte de prazer no trabalho e, conseqüentemente, um dos alimentadores de sua esperança em torno de resultados.

Em um dos cursos que fez, ouviu de uma policial que “*se a função da polícia é enxugar gelo, o serviço de vocês (agentes) é enxugar gelo dobrado*”. Ele acredita que essa é uma das maneiras negativas de abordar o trabalho, e que muitos agentes se valem disso para reduzir o envolvimento com os internos:

Muitas das vezes a pessoa fala assim, “ah, mas seu trabalho é enxugar gelo”. Então, vai lá, cumpre seu horário é pronto. Não vai resolver nada. Então é esses que na maioria das vezes ficam meio atrapalhado da cabeça. Aí, ó, tem que afastar.

Acreditar em alguma coisa. É assim que ele resume sua busca de ânimo para atuar como educador em um cenário de baixo nível de re-socialização, e nos altos índices de reiteração delituosa entre os egressos do sistema socioeducativo:

*Porque o trabalho não acaba. Você tem que acreditar numa coisa, na vida você tem que acreditar numa coisa. Porque se você está fazendo um trabalho, você tem que acreditar nele lá no final, no final, e, às vezes, **tem uns que não tem final, como no trabalho do educador**. Ele não vai ter fim, né, mas ele tem um reconhecimento muito pouco. E é nesse **pouco de reconhecimento que você tem que crescer**. Então, quer dizer, se você colocar assim, sou um educador social, **tem mil adolescentes, eu tenho que***

consertar mil, não, você tem que ter consciência. Não, nesses mil, se um se salvar, tá bom. Eu tenho assim como... não é possível que todos estão tudo podre.

4.2.5 Análise do caso

As conclusões encontradas em um estudo sobre trabalhadores da construção civil (SILVA, 2006) que coincidem com os estudos de Le Guillant (2006) sobre as empregadas domésticas, deparam com o “ressentimento” desses trabalhadores pelo não reconhecimento dos resultados de seu trabalho.

Luís nos relatou uma trajetória profissional exclusivamente como pedreiro, até o ano de 2002. A partir desse ano, se dividiu entre esse ofício e o de educador. Como pedreiro, sempre trabalhou por “empreitada”, em que se combina o preço a ser pago pela totalização da obra, imprimindo ritmos que dependam mais de si mesmo que do contratante.

Ao que parece, tal condição tende a criar outras possibilidades de relação com a atividade, que faz com que reconheça os resultados de seu trabalho nas várias obras que executou – inclusive a casa de seu pai e sua própria casa, construídas totalmente por ele. Por possuir muitos clientes que residem próximo a sua residência, quando é recomendado para novas obras, estas acabam por circunscrever, quase sempre, sua região de moradia.

A relação com o cliente não se dá através de um setor de Recursos Humanos, nem, muito menos, ele se vê como “mais um” entre dezenas de trabalhadores de uma grande empresa. Ele é o gerente e o executor de seu trabalho, sobre o qual define o uso do tempo e pelo qual responde em seus erros e acertos. Em seu relato, os eventuais erros não têm se sobreposto aos acertos, mostrando que ele convive positivamente com os desafios da atividade de pedreiro.

Os desafios que, inicialmente, o assustaram foram aqueles que encontrou ao entrar para o sistema socioeducativo, pois, afinal, representava algo muito novo. A percepção da pessoa que o convidou para esse trabalho remetia mais a valores ligados à formação do caráter e aos aspectos psicológicos, do que propriamente a competências relacionadas à segurança. Entendemos que as organizações, especialmente as públicas, não apresentam recursos ou disposição para recrutar trabalhadores baseadas nessas exigências, e mesmo que o fizessem, os riscos de insucesso existiriam.

Luís foi contratado por apresentar uma conduta honesta e tranquilidade diante de atribuições, mas a privação de liberdade era algo muito novo, e se inquietava por ter de

conviver com adolescentes atrás de grades. O salário como educador representava um reforço importante para o orçamento doméstico, mas não era vital, graças ao trabalho como pedreiro. Isso contribuiu para amenizar o desgaste como educador por não temer uma eventual demissão do sistema socioeducativo.

Ainda que não tenhamos conseguido descobrir o sintoma específico apresentado por Luís, que motivou sua procura por ajuda e resultou em uma licença saúde e o uso de medicamentos, encontramos evidências de que as causas de seu sofrimento estavam intimamente relacionadas às “impossibilidades” circunstanciais de sua atividade. Para compreendermos melhor os efeitos dessas atividades que lhe foram impedidas, recorreremos à Clínica da Atividade, proposta por Yves Clot (2006). Este pesquisador acrescenta um novo elemento às noções de atividade prescrita e atividade real: o “real da atividade”, que consiste “naquilo que pode ser feito, mas não se faz: as atividades suspensas, contrariadas, sem possibilidades de realização [...] no que não se pode fazer, no que se gostaria de fazer, no que poderia ter sido feito e mesmo no que se faz para não fazer aquilo que deve ser feito” (LIMA, 2007, p: 100).

Luís afirma que, assim que mudou para outro centro de internação, voltou a ter prazer no trabalho, por poder fazer o seu trabalho do jeito que acreditava que devia ser feito, e, sobre o qual, encontra bons resultados, possibilitando que desenvolva sua saúde. Sobre isso, Clot⁶¹ remete às proposições de Canguilhem, ao afirmar: “Estamos em boa saúde quando somos instigadores de normas, quando somos produtores de normas; não somente quando vivemos num meio, mas quando produzimos um meio para viver; ou seja, de uma certa maneira quando se deixa em torno de si um mundo transformado, um mundo onde se criou relações entre as coisas que não teriam existido se a pessoa não estivesse presente na situação”. O comportamento descrito por Luís diante da doença que seu colega de trabalho apresentava nos dá a dimensão exata de como ele se comporta diante das dificuldades que envolvem a saúde. Fica evidente também que a situação que gerou sua queixa de saúde enquadra-se perfeitamente no que Clot (2006) chama de “atividade suspensa” ou “contrariada”, isto é, um contexto de trabalho carregado de regras e impedimentos que o deixavam infeliz.

Luís mostra um comportamento conservador quanto às relações entre empregado-empregador, posicionando-se contrário a qualquer forma de organização coletiva que busque melhorias para a categoria. Tal comportamento, entretanto, não o torna um trabalhador

⁶¹ Conferência proferida na UFMG em setembro de 2007

submisso e sua criatividade diante dos desafios do trabalho mostra, por vezes, certa dose de autonomia. Por outro lado, é tido como um trabalhador cordial, disposto a concessões quanto à extensão de horários, cobertura de folgas de colegas e não é adepto a reações de contestação a decisões e comandos da cadeia hierárquica.

CAPÍTULO V

SAÚDE MENTAL E O TRABALHO DO AGENTE SOCIOEDUCATIVO

Pretendemos expor neste capítulo vários elementos relacionados à saúde mental dos agentes socioeducativos. Organizamos a apresentação em categorias para facilitar a compreensão, porém entendemos que muitas delas se entrecruzam. Em primeiro lugar, estão os fatores negativos que detectamos nas situações de trabalho, elencados aqui como agressões dos internos, exigências paradoxais, indefinições do papel profissional, a estigmatização da profissão e a precariedade do contrato de trabalho. Em segundo lugar, as repercussões na vida

do trabalhador, com o aparecimento de contaminação da vida familiar pelas exigências do seu trabalho, a rotatividade, os sinais e os sintomas. Por fim, as estratégias adotadas pelos trabalhadores pesquisados para conseguirem manter e desenvolver sua saúde: destemor aos riscos de demissão, a busca de prazer no trabalho e a consciência dos limites.

5.1 - Fatores negativos detectados na situação de trabalho

5.1.1 - As agressões dos internos

Ao tratarmos das condições e da organização do trabalho nas unidades de internação (item 3.7) listamos vários traumas físicos ocasionados pelas atitudes dos internos, em sua maioria, ocorridas em tumultos e rebeliões. Porém, os agentes também são feridos em outras circunstâncias, conforme o exemplo a seguir, que aconteceu em uma “brincadeira de mau gosto” de um interno:

Eu aqui, conversando com um outro (interno), fazendo uma intervenção com um menino, vem o outro por detrás, poderia até ter sido com um Chuço, e me deu um murro no peito. Minha reação, na hora, foi correr atrás dele. Porque ele me deu um murro no peito? Não foi um murro de brincadeira. Para ele, foi brincadeira, mas o murro que ele me deu poderia ter quebrado minha costela. E se fosse com um Chuço na mão ali? (MORAES, 2005, p.45)

Percebemos nos centros visitados e nos depoimentos, que são muito comuns as brincadeiras que envolvem contato físico entre agentes e internos, e destes com os colegas. Algumas dessas atitudes podem conter certo exagero na força utilizada. Na citação acima, a surpresa e indignação do agente com o murro recebido gerou o revide imediato, o que poderia acarretar, inclusive, na sua demissão. Porém, o fato não foi registrado, ambos se desculparam e a situação foi contornada. Esse agente nunca havia se manifestado violentamente na unidade, e alega ter reagido devido à dor que sentiu quando foi atingido. Ele relatou que entre suas atribuições, estaria a capacidade de “receber cuspidada na cara, xixi na cara, com a mão para trás”. Um outro trabalhador que entrevistamos afirmou que é raro encontrar algum agente no sistema socioeducativo que não tenha sido alvo desse tipo de agressão. Há relatos de trabalhadores que foram atingidos por “café com leite”, cusparadas, urina e fezes.

Os agentes se sentem permanentemente testados pelos adolescentes. Para Luís e Ronaldo, o trabalhador dessa área precisa enxergar o adolescente como um ser humano que passa por um momento difícil na internação, o que exigiria do agente muita tolerância. Ronaldo argumenta que toda ação violenta dos internos tem alguma causa, que pode estar localizada em problemas familiares, na falta de alguém que o escute, ou pode ser reação aos maus tratos dos agentes. Luís parece entender de forma semelhante, mas acrescenta que o adolescente tende a direcionar sua agressividade para o agente que tenha maior contato.

Entretanto, percebemos em vários relatos obtidos e na leitura de relatórios enviados pelas unidades ao Juizado da Infância e Juventude sobre os internos, uma progressiva irritação dos agentes pela convivência cotidiana com comportamentos provocativos dos adolescentes, ou entendidos dessa forma, e a exigência constante de autocontrole. As reações agressivas, quase sempre são relatadas à semelhança do que descreveu um agente, na metáfora de uma bomba cujo problema não é ter o estopim curto, “é não ter mais estopim” (id. p:52). Pelos relatos que obtivemos, sua explosão pode ocorrer no centro de internação, no trânsito, no trabalho que executa como “bico” e na vida familiar.

5.1.2 - - Exigências paradoxais⁶² do trabalho

O trabalho dos agentes socioeducativos é submetido o tempo todo a exigências paradoxais: o agente precisa confiar, desconfiando; ser duro e terno; educar e vigiar; seguir o prescrito e lidar com a variabilidade de situações; obter a adesão do adolescente às atividades cotidianas pela persuasão, impondo limites rígidos; estimular o protagonismo do adolescente e mantê-lo internado e, em certos momentos, devem contê-los, até mesmo com o uso de algemas.

⁶² Lima (2001b) recorre a teorias da comunicação para diferenciar paradoxo de contradição: “Assim, podemos ter uma asserção que é contraditória, mas não é paradoxal ou uma asserção que é, simultaneamente, contraditória e paradoxal” (p:1). A asserção paradoxal colocaria o sujeito diante de uma situação insustentável e sem saída, pois uma “injunção paradoxal é aquela que se obedecermos, estaremos desobedecendo-a” (Palmade,1987, in. Lima, 2001b, p:1).

O procedimento de revista, ou “dar geral”, é um bom exemplo desses paradoxos, pois os agentes que buscam o estabelecimento de uma relação de confiança com o interno defrontam-se com a exigência de desconfiar do seu comportamento, como registrado por Luís: “você não está confiando e o menino também não confia em você [...] o menino quer confiança. Então, isso quebra, o menino nunca vai confiar em você e você nunca vai confiar nele, e aquilo ali é do trabalho”. O uso de algemas em saídas externas também impõe desconforto aos agentes que buscam cultivar boas relações com os adolescentes. Outros tantos paradoxos se repetem cotidianamente no interior das unidades, especialmente quando é cobrado maior rigor quanto aos procedimentos de segurança. A situação pela qual passam os agentes socioeducativos está muito bem representada na seguinte constatação de Salles (2003) sobre essa atividade:

Definimos como conflito central das escolas de internação de adolescentes, enquanto instituições totais, a dupla e contraditória função de segregar e de reintegrar os internos. Este mesmo conflito entre punir e tratar seria, também, a principal causa de sofrimento psíquico para seus funcionários.

5.1.3 - As dificuldades na definição da identidade profissional

Conforme mostramos no capítulo II, a categoria profissional do agente socioeducativo tem sua origem no trabalho executado pelos agentes penitenciários. Quando as primeiras unidades foram inauguradas os quadros eram compostos, quase que exclusivamente, por esses trabalhadores. Observamos que a peculiaridade da privação de liberdade reforça tal proximidade e quando não são feitos investimentos em atividades previstas no ECA que busquem promover o desenvolvimento dos adolescentes, os dois sistemas funcionam de maneira quase idêntica.

Constatamos que, por esse mesmo motivo, ao longo do presente trabalho as denominações “educador” e “agente” foram usadas várias vezes como portadoras do mesmo significado. Nos estudos de casos, os dois trabalhadores se reconhecem enquanto educadores sociais, mas referiram-se também ao seu ofício usando o termo “agente”. Percebemos que as instituições que inseriram a categoria “educador” não o fizeram apenas como uma alteração semântica, mas buscaram promover uma mudança de mentalidade na execução da medida de privação de liberdade, através da tentativa de um tratamento mais humano aos adolescentes. Ainda assim, os trabalhadores tinham a vigilância como atribuição e eram expostos às

exigências paradoxais que nos referimos anteriormente, porém, menos do que aqueles responsáveis pela vigilância em unidades sob “regime de tranca”.

Do ponto de vista jurídico, buscou-se desvincular essa categoria de sua origem no sistema prisional, instituindo a carreira do Agente Socioeducativo. Outras medidas foram tomadas nesse sentido, possuindo um caráter mais simbólico: os uniformes dos agentes e os nomes das unidades. Os uniformes dos agentes, que antes eram pretos com a inscrição “AGENTE” foram mudados e hoje eles trabalham com uma camisa verde, enquanto no sistema prisional foi mantido o uniforme preto. Um ex-agente fez uma observação sobre isso: “Essa roupa escura, ela representa uma coisa muito negativa dentro do centro de internação. Calça escura, bota de polícia. Eles estão ali representando uma instituição que parece que é de polícia, você não vê um trabalho socioeducativo”.

Sobre os nomes das unidades, percebemos que, enquanto as unidades prisionais homenageiam ex-governadores, delegados e juristas, os centros de internação são, quase todos, batizados como nomes de santas e santos católicos.

Como já mostramos, mesmo diante das ações que acabamos de descrever, as unidades de internação em Minas Gerais têm privilegiado os recursos de contenção. O fato de as medidas socioeducativas estarem subordinadas a uma secretaria de estado nomeada “Secretaria de Defesa social”, revela traços do projeto do Estado em relação aos jovens internados: proteger a sociedade de sua ação. E é nesse contexto que esses trabalhadores são contratados e dos quais se espera o atendimento a tais exigências, o que dificulta a definição de uma identidade profissional.

5.1.4 - A estigmatização da categoria profissional do agente socioeducativo

Observamos que o trabalho do agente socioeducativo é alvo das mais diversas críticas. Sua origem é marcada por duas modalidades de trabalho historicamente estigmatizadas, os monitores da FEBEM e os agentes penitenciários, e com as quais se confunde, como acabamos de discutir. Evidencia-se nas notícias divulgadas sobre os eventos que acontecem nos centros de internação, que as referências a esse trabalho tendem a dar destaque às condutas negativas dos agentes, ou interpretar determinadas atitudes sem o devido conhecimento da situação. Entendemos que certos julgamentos não são totalmente gratuitos, pois, como em todas as categorias profissionais, há problemas e, de fato, alguns agentes se

excedem nas contenções ou apresentam comportamentos que ferem a ética profissional. Porém, a generalização reduz a possibilidade de compreensão das exigências concretas dessa atividade e, conseqüentemente, do surgimento de alternativas para o exercício adequado da atividade.

Muitos agentes que conversamos queixam-se da dificuldade de aceitação do seu trabalho pelos seus familiares. O aprofundamento nessa questão mostrou que as raízes podem estar nos estereótipos, mas também nas mudanças de comportamento apresentadas por alguns desses trabalhadores em sua vida doméstica, conforme veremos mais adiante.

5.1.5 – A precariedade dos contratos de trabalho

Este assunto já foi exaustivamente tratado por nós durante a apresentação da pesquisa, em especial, quando discutimos os direitos trabalhistas e a rotatividade presente nessa categoria, ficando evidentes as razões pelas quais ele surge como um fator negativo para o trabalhador.

5.2 - As repercussões dos fatores negativos presentes no trabalho dos agentes

5.2.1 - A contaminação da vida familiar

Quase todos os agentes que conversamos disseram que a entrada no sistema socioeducativo provocou mudanças de comportamento que atingiram sua vida familiar. Eles relatam o surgimento de intolerância às manifestações dos filhos e impaciência para resolver questões domésticas, que antes eram consideradas banais e passaram a representar um “estopim” para reações explosivas. Nas unidades onde as situações de violência fazem parte

da rotina, alguns se sentem forçados a mudar sua postura para conseguir manter as relações com os colegas de trabalho, o que reflete na vida familiar, como descreve um monitor da FEBEM, em São Paulo, que somente se sentiu valorizado no trabalho após tais mudanças:

Eu comecei a mudar a minha posição, o jeito que eu lidava com a situação, comecei a mudar e a virar linha dura e soltar o “bicho solto” que tem dentro, soltar o bicho que tem dentro de cada um, tá certo? Cada um tem um ser que a gente guarda né? Reserva. Às vezes, a gente solta, então eu comecei a soltar esse ser para fora e, aí, comecei a ter problemas dentro de casa, porque a minha mãe já não me conhecia mais, tinha uma namoradinha, me largou também. (Relatório Fundacentro, p:30)

Ao pesquisar o trabalho do agente penitenciário no estado do Rio de Janeiro, Vasconcelos (2000) também constatou que:

Suas relações sociais e familiares são fortemente perpassadas pelas dificuldades inerentes à atividade que exercem no dia-a-dia.(...) Medo, ansiedade, insegurança, agressividade estão sempre presentes nas relações que esses trabalhadores mantêm no âmbito doméstico. (VASCONCELOS, 2000, p:49)

Essa autora se alinha a Dejours, ao afirmar que não se trata apenas de uma contaminação, mas de uma estratégia “*que não permita fugir dos estereótipos, prejudicando o condicionamento produtivo arduamente adquirido no trabalho*”(p: 49). Para ela, o trabalhador levaria as dificuldades emocionais para a vida doméstica como uma estratégia para não se desligar do condicionamento que as exigências laborais a muito custo impuseram, levando a uma reatividade na vida doméstica, nos moldes daquela construída no centro de internação. Nossa pesquisa, no entanto, aponta que essas mudanças de comportamento dos trabalhadores no contexto familiar estariam menos relacionadas a “condicionamentos produtivos” adquiridos no trabalho, do que aos efeitos da somatória de outros elementos da vida profissional, como, por exemplo: a preocupação com o trabalho; a fadiga causada pelo estado permanente de vigilância; o autocontrole frente às agressões dos internos e a submissão a exigências paradoxais.

No estudo de caso de Luís, ao falar sobre a entrada no sistema socioeducativo, sua esposa descreve: “Ele ficou mais assim, dentro de casa, mais calado. Mas, assim, mais como preocupação com o serviço lá [...] Era nervoso do serviço, às vezes passava alguma raiva lá”.

Deparamos com relatos sobre o aparecimento de terrores noturnos paralelamente ao aumento da irritabilidade. Em geral, a consequência de tais mudanças de comportamento é

a deterioração progressiva das relações familiares, ocasionando sentimentos de frustração que, na experiência de um agente, muito jovem entrevistado por nós, se encaminhou para um quadro de humor depressivo.

Os sinais de irritabilidade na vida doméstica foram percebidos por alguns agentes entrevistados ainda nos primeiros meses de trabalho. Obtivemos relatos sobre estratégias desenvolvidas para mitigação desses comportamentos, como, por exemplo, dois agentes que trabalham no Centro Sócio Educativo Santa Helena. Eles mostraram sua opção por estabelecer certo distanciamento em relação aos internos, reduzindo o envolvimento no trabalho, sem descumprir as determinações formais de suas tarefas, e obtiveram como resultado uma sensível diminuição da irritabilidade na vida familiar. Esses agentes encontram-se com menos de dois anos de atuação no sistema. Não é possível prever a durabilidade dessas estratégias, nem sua eficácia diante de vivências potencialmente traumáticas, como tumultos e rebeliões. Nos casos em que deparamos com manifestações violentas na vida extra-trabalho os agentes possuíam mais de três anos de atuação na medida de internação. Além disso, podemos nos interrogar sobre os rumos dessa estratégia, já que ela conduz a uma despersonalização no atendimento ao adolescente, contradizendo, claramente sua finalidade.

5.2.2 - Rotatividade

Uma das pistas de que uma organização de trabalho tenha componentes danosos pode ser a rotatividade de seus trabalhadores. Não há precisão sobre esses dados nem mesmo na própria secretaria que gerencia a medida de internação. Valemo-nos das informações obtidas com trabalhadores do sistema socioeducativo e com outros que já se desligaram.

O cenário descrito por Salles (2003) sobre o DEGASE, no Rio de Janeiro mostra o alto índice de desistência entre os agentes educacionais:

Para avaliarmos as condições de insalubridade de seu trabalho, talvez baste nos atermos ao número dos que permanecem na instituição. Desde quando foi realizado o primeiro concurso para Agente educacional, em 1994, de aproximadamente 1300 aprovados que foram chamados, gradativamente, até 1998, apenas 250 permaneceram na função, apesar de o salário ser razoável para a realidade brasileira, e mesmo tendo conseguido um valorizado e desejável emprego público num momento de altos índices de desemprego no país. (p:35)

Nos centros de internação em Minas Gerais aparecem dois agravantes em relação ao constatado no DEGASE. Nas condições descritas acima, um “valorizado e desejável emprego público” (SALLES, 2003) finda por mostrar razões para ser desprezado. Em Minas Gerais, a estratégia do estado, já mencionada, é pautada no reforço do aparato de segurança das unidades de internação, através da tentativa de direcionamento das funções do agente à mera contenção tendo, por outro lado, uma remuneração líquida que supera a de vários outros estados, conforme mencionamos no capítulo III, item 1. Muitos trabalhadores se vêem diante de um dilema: onde conseguiria um salário igual ao do agente socioeducativo? Isso pode levá-lo ao sofrimento psíquico, e, na esperança de que essas dificuldades sejam superadas com o passar do tempo, talvez opte por continuar trabalhando, mesmo sofrendo. Nessa comparação, é importante considerar as diferenças que existem na execução dessa política pública nos dois estados e sobre quais especificidades das condições de trabalho nos referimos. No modelo mineiro inexistem garantias para o agente que, a qualquer momento, pode ser demitido sumariamente.

Quando a iniciativa da demissão não parte diretamente de uma decisão superior, advém das dificuldades concretas impostas pelo contexto de trabalho, como as situações mencionadas por um trabalhador:

Teve um outro que largou tudo que estava fazendo, falou, infelizmente eu não quero trabalhar mais aqui, e foi embora, pediu rescisão, simplesmente falou e foi embora. Já tiveram outros que, o menino ameaçou ele uma única vez, tremeu nas bases totalmente, pediu conta.

Estes exemplos referem-se a trabalhadores cujas condições gerais de vida possibilitaram que tomassem a decisão de sair do emprego. Como vimos no exemplo do agente preso com drogas no CEIP Dom Bosco, e de outros que sucumbiram a algum tipo de adoecimento, tal atitude nem sempre é considerada possível pelo trabalhador. Há que se ressaltar, também, que a rotatividade produz efeitos nefastos nas expectativas frustradas dos desistentes, e sobre o próprio funcionamento dos centros, sobrecarregando os trabalhadores que permanecem.

Já nos casos de demissão por decisão do empregador, pode acontecer em plena licença saúde⁶³, como mostra a resposta de um agente que indagamos sobre as alternativas existentes para o trabalhador que adocece:

Vai recorrer ao IPSEMG, fica um tempo, e aí vão falar para ele assim, mas você, infelizmente não serve para trabalhar. Vai recorrer a quem? Só a deus, faz uma oração ali, por isso eu falo com eles, vocês têm que rezar muito. (agente - CEIP Dom Bosco)

No Centro de Internação Santa Terezinha, em um total de 60 agentes na ativa, entrevistamos 18 trabalhadores, cuja média de tempo nesse ofício é de quatro anos e meio. No Centro de Internação Santa Helena, 22 agentes responderam ao questionário, em um total de 36, e constatamos uma média próxima de dois anos de trabalho. Temos que considerar, nesse levantamento, que o Centro Socioeducativo Santa Helena encontra-se com menos de um ano de existência, tem em seus quadros uma maioria de agentes provenientes de outros centros e não tem convivido com muitos tumultos. O Centro socioeducativo Santa Terezinha foi a primeira unidade inaugurada para fins de internação (funciona há nove anos) e tem uma formatação com forte característica de contenção. Percebemos que esses agentes mais “antigos” sobreviveram a períodos extremamente violentos nessa unidade, que concentrou, historicamente, adolescentes mais reativos à privação de liberdade. A média de tempo de trabalho observada nesse centro, não representa uma tendência nas unidades de internação. Além disso, avaliamos essa medida como insuficiente para retratar a rotatividade. Ela pode representar a permanência de trabalhadores que apresentam alguns recursos específicos, restando uma fração rotativa que em uma média estatística encontra pouca expressão. No entanto, ela nos dá informações importantes sobre as dificuldades desse trabalho.

O temor à demissão é uma constante entre esses trabalhadores. A entrada de agentes concursados no CEIP Dom Bosco, vizinho ao Centro de Internação Santa Terezinha, simultaneamente à nossa aplicação de questionários, deixou clara essa preocupação, e a percepção de parte deles quanto à falta de reconhecimento do trabalho executado. Vejamos alguns comentários feitos pelos agentes e o seu tempo de serviço no sistema: “não temos garantia ou estabilidade” (7 anos); “tratar com os adolescentes não é como receita de bolo, no papel todas as coisas funcionam” (6 anos); “as autoridades não nos valorizam”, (8 anos). São verbalizações de agentes que estão há mais tempo no sistema e que, a despeito da percepção de falta de conhecimento e reconhecimento de outras instâncias sobre seu trabalho, por razões

⁶³ Sobre o tema, ver o item “Direitos Trabalhistas” no capítulo III

diversas, pretendem continuar. Villate et al. (2007) ressaltam que os primeiros estudos interdisciplinares franceses sobre o “desgaste profissional” “mostraram, claramente, que esse sentimento não estava correlacionado nem com a idade, nem com o tempo de serviço das pessoas” (p:505). Segundo esses autores, a ergonomia “era interpelada para relacionar esses episódios a elementos da situação de trabalho e da dinâmica pessoal (e às vezes institucional) de gestão de saúde pelos trabalhadores envolvidos” (p:505).

5.2.3 - Sinais e sintomas⁶⁴ apresentados pelos agentes

Alguns sinais e sintomas apresentados por esses trabalhadores nos chegaram através do depoimento de colegas de trabalho sobre agentes que estão na ativa e apresentam comportamentos que classificam como “estranhos”. Esses comportamentos se caracterizam, ora por rompantes agressivos inesperados, ora por choro sem motivo aparente e, às vezes, uma “estranheza” difícil de descrever, onde menciona-se um olhar perdido, um jeito de dialogar típico “de gente que está pirando”⁶⁵, detectados, principalmente, pelos silêncios ou por falas desconexas. Acreditamos que esses são sinais importantes de que esses trabalhadores já se encontram em sofrimento psíquico, embora talvez ainda não tenham passado pelo afastamento por transtorno mental.

Nesse mesmo campo, obtivemos relatos de trabalhadores que descrevem o comportamento também “estranho” de colegas que estiveram sob licença saúde e retornaram ao trabalho. Ouvimos a avaliação de um agente sob uma suposta dificuldade de recuperação total de alguém dessa categoria que tivesse passado pela “casa verde”, referindo-se a um dos setores que atendem portadores de transtorno mental em crise, no IPSEMG. Ele diz: “Eu acho que, no meu ponto de vista, quando o cara voltava do afastamento, voltava lá para trabalhar e tudo, você sentia que o cara não estava normal. Você sentia que ele estava meio lerdo, ou meio agitado demais”⁶⁶. Existem, ainda, os trabalhadores que não passaram pelo serviço de atendimento em saúde mental, mas insistem em trabalhar “no limite” do adoecimento, tendo já implodido parte de sua vida extra-trabalho.

⁶⁴ Para Dalgarrondo (2000) a semiologia psicopatológica cuida especificamente do estudo de sinais e sintomas produzidos pelos transtornos mentais: “Os signos de maior interesse para a psicopatologia são os *sinais* comportamentais objetivos, verificáveis pela observação direta do paciente, e os *sintomas*, isto é, as vivências subjetivas relatadas pelos pacientes, suas queixas, aquilo que o sujeito experimenta e, de alguma forma, comunica a alguém”. (p:19-20).

⁶⁵ Fala de um agente do Centro Santa Terezinha

⁶⁶ Ex- agente que atuou no Cemmac, Santa Clara e CEIP Dom Bosco.

As situações que acabamos de descrever remetem ainda a comentários feitos por vários agentes sobre o uso indiscriminado de medicamentos psiquiátricos. Um deles afirmou, ironicamente: “Nesses centros de internação, se for olhar direito, enche um balde de comprimido tarja preta”⁶⁷. Vimos que, diante das dificuldades circunstanciais apresentadas por Luís e Ronaldo, antes de qualquer tentativa de acompanhamento clínico psicológico, foram prescritos medicamentos. Ronaldo procurou ajuda após testemunhar a morte de três internos em um incêndio, dizendo que as imagens do episódio ressurgiam em sua mente, provocando terrores noturnos e insônia. Luís foi adoecendo aos poucos, imobilizado pelo contexto de trabalho no Anexo-CEIP e buscou auxílio no setor de saúde mental do IPSEMG, onde não foi escutado. Apenas receitaram um medicamento que surtiu efeitos desconfortáveis. A avaliação da médica que o atendeu no retorno foi de que o remédio que estava tomando “era para doido”, o que não corresponderia aos seus sintomas, prescrevendo outro “mais fraco”. No estudo de caso que realizamos durante o curso de especialização, os sintomas apresentados por David configuravam um quadro específico, ele foi medicado e o afastaram definitivamente do emprego⁶⁸.

As referências ao “stress” estão muito presentes nos relatos dos agentes socioeducativos. Percebemos que se referem mais aos sinais de irritabilidade atribuídos popularmente a esse termo, do que à noção de desgaste presente em sua origem⁶⁹. No entanto, surgiram fortes referências a um desgaste específico provocado pelas exigências do trabalho, que remetem a um quadro denominado Síndrome de Burn-out ou Síndrome do Esgotamento Profissional.

A Síndrome de Burn-out envolve atitudes e condutas negativas com relação aos usuários, aos clientes, à organização e ao trabalho, sendo uma experiência subjetiva que acarreta prejuízos práticos e emocionais para o trabalhador e para a organização. O quadro tradicional de estresse não envolve tais atitudes e condutas, sendo um esgotamento pessoal que

⁶⁷ Comentário de um ex-agente do Centro Socioeducativo Santa Terezinha sobre a denominação popular para os medicamentos psiquiátricos cuja distribuição deve ser controlada.

⁶⁸ Moraes (2005) Os sintomas principais foram: Humor depressivo, agitação psicomotora episódica no ambiente de trabalho, baixo limiar de tolerabilidade às frustrações, manifestações paranóicas, instabilidade, dificuldade de contato interpessoal (com colegas detrabalho e internos de onde trabalha), tendência ao choro fácil, egodistímia, ansiedade, insônia e diminuição do apetite.

⁶⁹ Sua origem é localizada na física e usada para definir o desgaste de materiais submetidos a excessos de peso, calor ou radiação. O fisiologista austríaco Hans Selye, em 1936, o empregou ao tratar das bases endocrinológicas de suas três fases: a reação de alarme, a fase de adaptação, e a fase de exaustão. A dimensão biológica foi sobrepujada com a introdução do conceito de *coping* (sem tradução em português) por Lazarus e Folkman(1984, in Jacques, 2003), representado pelo “conjunto de estratégias cognitivas e comportamentais utilizadas para avaliar e gerenciar as exigências internas e/ou externas, com base nas experiências pessoais e nas especificidades do estímulo”. Nesse caso, amparados em noções cognitivo-comportamentais, os fatores psicológicos são vistos desconectados do trabalho.

interfere na vida do indivíduo, mas não de modo direto na sua relação com o trabalho. (Ministério da Saúde do Brasil, 2001, p: 191-192)

Os profissionais da área de serviços ou cuidadores são as principais vítimas dessa síndrome, por exemplo, policiais, assistentes sociais, agentes penitenciários, professores e enfermeiros. São atividades caracterizadas por grande envolvimento subjetivo e que têm, muitas vezes, caráter de missão, mas são marcados por muitos insucessos e rompimentos. As pessoas atendidas se encontram vulnerabilizadas e em algum momento se afastam ou morrem, cessando um contato que é profissional, regido por normas, mas que foi alimentado por laços afetivos (Id. 2001). Para Malasch e Jackson (apud CODO, 1999) há o surgimento de tensão emocional devido ao contato direto e excessivo com outros seres humanos, exigindo atenção perene, tensão constante e grandes responsabilidades.

5.3 - As estratégias de preservação da saúde

5.3.1 - O destemor à demissão

Esse dado surgiu quando discutimos a rotatividade nos centros de internação. A base precária da contratação da maioria dos agentes socioeducativos é suficiente para colocá-los sob constante risco de demissão, favorecendo sua submissão a contextos de trabalho adoecedores. Percebemos que o destemor à demissão não funciona isoladamente, como uma questão individual, que por si bastaria para preservar a saúde. Esse recurso serve para que os trabalhadores sintam-se mais seguros diante de situações que poderiam lhes afetar e, a partir daí, descobrir novas possibilidades no seu trabalho.

Essa estratégia está intimamente ligada ao controle organizacional, que no sistema socioeducativo mineiro se apresenta multifacetado. As unidades contam hoje com três diretores: o geral, o de atendimento e o de segurança. Geralmente, o diretor de segurança é recrutado do quadro de agentes, por isso, reconhece as peculiaridades do trabalho. Nas unidades que visitamos percebemos na postura desses diretores certa abertura ao diálogo e à negociação, o que não se traduz, necessariamente, na inexistência de conflitos, nem significa que a experiência prévia como agente garanta a diminuição do controle, significa apenas que a atividade real pode ser melhor compreendida por esses superiores. Há outras tantas formas de controle que podem gerar demissão, sendo que a principal delas, refere-se ao envolvimento em qualquer evento que gere sindicância interna. As apurações sobre episódios como, as

agressões aos internos, introdução de drogas e armas dentro da unidade e fugas de jovens, podem provocar, ao término da sindicância, a demissão do agente envolvido. Como descrevemos anteriormente, isso contribui para atitudes que fogem à prescrição, com a tentativa de recaptura de jovens em fuga, que são movidas pelo receio de que uma atitude parcimoniosa seja interpretada como facilitação.

Em nenhum momento da história profissional de Ronaldo aparece o receio de ser demitido. Ele parece ter trabalhado com uma autonomia pouco comum na sua categoria profissional. Ainda que o vínculo que tenha com o Estado garanta-lhe uma maior estabilidade do que os demais agentes, ele não está isento do risco de perder o emprego. Porém, percebemos que sua disponibilidade e as competências adquiridas são importantes para o funcionamento da unidade, e, além disso, ele afirma que suas habilidades e a disposição para o trabalho lhe oferecem possibilidades de colocação no mercado de trabalho. No caso de Luís, ficou evidente que o ofício de pedreiro sempre lhe garantiu segurança e satisfação. Em sua experiência mais negativa no sistema socioeducativo, quando apresentou sintomas de depressão e se afastou por alguns dias do trabalho, não foi, segundo ele, o receio de perder o emprego que o fez insistir em trabalhar, e, sim uma necessidade interna de provar que, mesmo naquele contexto adverso, era possível atuar como educador social.

5.3.2 - O prazer no trabalho

Para Ronaldo, seu investimento nesse trabalho, que considera cheio de derrotas, tem como principal recompensa o reconhecimento dos adolescentes e dos seus familiares. Andar por um centro de internação e ser cumprimentado de maneira carinhosa pelos internos, realizar a entrega de doações, visitar os familiares dos adolescentes e outras ações do gênero, são, para ele, motivo de muita alegria. Luís é categórico ao afirmar sobre o seu trabalho no centro de internação: “Eu faço isso aqui porque eu quero fazer, quero brincar com os meninos, eu quero falar isso (do seu jeito) com os meninos”.

Percebemos que esses dois trabalhadores encontram prazer nas situações mais banais no cotidiano do centro de internação. Para Ronaldo, esse prazer está estreitamente ligado ao reconhecimento de suas ações, mas um reconhecimento que venha do próprio interno e de seus familiares. Ele parece não se preocupar com o que seus colegas e a chefia pensam sobre suas atitudes. Luís, no entanto, se vale do humor e tenta transformar cada momento do seu trabalho em prazer, inserindo elementos lúdicos no tratamento oferecido aos

adolescentes.

5.3.3 - Consciência dos limites

A posição adotada por Ronaldo em relação à medida de internação é recheada de referências à “falência do sistema”. Ele atribui a atual situação de envolvimento de crianças e adolescentes com a delinqüência ao fato de terem sido abandonados pela sociedade, tanto em suas origens sociais, quanto na tentativa de reinserção, durante e após a medida. Evidenciou-se, entretanto, que ele se mantém trabalhando nesse sistema “falido” com enorme envolvimento pessoal, centrado, em especial, no aspecto que considera mais deficitário, que está na falta de amparo social vivida pelos internos e seus familiares. Ele afirma sofrer com isso e manifesta sua indignação, mas não fica imobilizado diante de tal cenário. Também não adoece, e, o que se vê, ao contrário, é um trabalhador extremamente motivado, que considera como vitória qualquer contribuição que possa dar aos adolescentes.

Um ex-agente, entrevistado por nós, não faz uma leitura com o mesmo viés sociológico feito por Ronaldo, mas ressalta que o trabalhador tem que reconhecer os seus limites de atuação. Ele foi demitido por ter se excedido em uma contenção e pretende voltar ao sistema. Mostra-se categórico em afirmar que o agente não deve ter a ilusão de que vai transformar todos aqueles meninos em “santos”. Acrescenta, ainda, que essa é uma limitação do trabalho, mas não acha que isso seja necessariamente adoecedor, “é só o cara cair na real, e fazer o que é possível”.

Luís nos relatou uma reunião que participou no seu trabalho, em que um técnico expunha dados alarmantes de adoecimento entre policiais e trabalhadores sociais nos Estados Unidos:

Ele estava falando que os policiais e os técnicos de serviço social estressam muito. Aí, eu falei pra ele: "você sabe por quê? É que vocês estressam muito com coisas que não têm solução, então vou falar uma coisa que a minha mãe sempre me falava: 'sofre quem quer'!

Você não pode resolver aquilo, você quer resolver, mas não vai resolver. Então, pra quê? Ou você fala para ele (o adolescente) amenizar aquela coisa, não precisa ficar sofrendo pra ele não, ou você não fala nada.

E, de fato, a história de Luís nos mostra sua postura realista diante das exigências em suas duas frentes de atuação, como pedreiro e agente socioeducativo. Se a organização do trabalho contribui para isso, tal realismo não o imobiliza e, assim, não o adocece.

Esses casos nos mostram, cada um à sua maneira, que o reconhecimento dos limites tem possibilitado a esses trabalhadores que preservem e desenvolvam sua saúde. Dessa forma, conseguem se manter fazendo o que lhes é possível, não exigem de si mais do que podem dar, e, assim, atingem bons resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esta pesquisa com o propósito de contribuir para o conhecimento sobre o trabalho do Agente Socioeducativo e trazer ao debate as relações entre saúde mental e

trabalho. As concepções sobre essa questão têm sido marcadas por forte viés psicologizante, remetendo às causas do padecimento a estrutura psíquica do sujeito adoecido e desresponsabilizando a organização do trabalho. Havia fortes evidências de que nessa categoria profissional muitos trabalhadores estavam passando por sofrimento psíquico, e parte deles apresentou quadros psicopatológicos graves⁷⁰.

O Manual de Procedimentos para os serviços de saúde – Doenças Relacionadas ao Trabalho, publicado pelo Ministério da Saúde no ano de 2001, faz a seguinte consideração:

O trabalho ocupa, também, um lugar fundamental na dinâmica de investimento afetivo das pessoas. Condições favoráveis à livre utilização das habilidades dos trabalhadores e ao controle do trabalho pelos trabalhadores têm sido identificadas como importantes requisitos para que o trabalho possa proporcionar prazer, bem-estar e saúde, deixando de provocar doenças. Por outro lado, o trabalho desprovido de significação, sem suporte social, não-reconhecido ou que se constitua em fonte de ameaça à integridade física e/ou psíquica, pode desencadear sofrimento psíquico.

(Ministério da Saúde do Brasil, 2001, p: 161)

Esse manual expõe uma estimativa da Organização Mundial de Saúde de que aproximadamente 30% dos trabalhadores ocupados já teriam sido acometidos por transtornos mentais menores. No Brasil, as análises do Instituto Nacional de Segurança Social – INSS posicionam os transtornos mentais no terceiro lugar entre as causas de concessões de benefícios previdenciários de auxílio-doença, por incapacidade para o trabalho superior a 15 dias e incapacidade definitiva para o trabalho, a aposentadoria por invalidez. Ocorre, porém, que o estabelecimento do nexos causal entre o adoecimento e a situação laboral permanece como um desafio para os pesquisadores da área, pois o modelo médico clássico predomina nas perícias, o que leva ao afastamento dos portadores de transtornos mentais por doença comum⁷¹. Sato & Bernardo (2005) reconhecem tal dificuldade:

⁷⁰ Sampaio (2003, p: 151) ao discutir os tipos de estudos epidemiológicos, define sofrimento psíquico “como o conjunto de mal-estares e dificuldades de conviver com a multiplicidade contraditória de significados [...]”. A doença mental seria, para ele, um “modo de reapropriação individual, que revela o fracasso das tentativas de entender, superar, evitar ou tornar suportável (sic) os sofrimentos psíquicos [...]”.

⁷¹ Em 2007 foram introduzidas mudanças no sistema previdenciário brasileiro com a criação do Nexos Técnico Epidemiológico – NTEP em que o nexos pode ser estabelecido a partir de dados epidemiológicos considerados relevantes. Como exemplo, podemos citar o caso de bancários, que a partir do NTEP, caso haja alta incidência de lesão por esforço repetitivo ou distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/DORT) o nexos é estabelecido, dispensando o trabalhador de provar que a doença foi adquirida no trabalho. O número de concessões por Transtornos Mentais e Comportamentais aumentou de 529 para 8930 quando comparados os períodos de março de 2006 a março de 2007, em relação ao período depois de sua adoção, de abril de 2007 a

Apesar de os problemas de Saúde Mental e Trabalho serem reconhecidos na CID 10, a sua notificação ainda representa um desafio para a saúde pública. A lógica positivista hegemônica e a visão de que a gênese desses problemas reside na esfera intra-individual – também fortemente presente nos campos previdenciário e jurídico – acaba por ser determinante também no campo da Saúde do Trabalhador tendo em vista os embates freqüentes que se estabelecem entre essas áreas.

Sabemos que o problema do não reconhecimento das causas profissionais de muitas doenças é um fenômeno bem mais amplo, mas que adquire uma dimensão especial no modelo mineiro de contratação dos agentes socioeducativos. Para esclarecer essa discussão que propomos aqui, convém voltarmos a alguns resultados de nossa pesquisa. No capítulo V enumeramos alguns “fatores negativos” detectados na situação de trabalho dos agentes socioeducativos que, neste momento, propomos uma distinção. Constatamos que as “agressões”, as “exigências paradoxais” e a “estigmatização da profissão” são elementos que surgem tanto nas unidades de Minas Gerais, quanto no DEGASE, no Rio de Janeiro (Salles, 2003), bem como, na FEBEM, em São Paulo (RELATÓRIO Fundacentro, 2005) como dimensões dessa atividade. Há que se considerar que a organização do trabalho pode intensificá-las a níveis adoecedores ou tentar abrandá-las, mas, ainda assim, eles se farão presentes. No entanto, os outros dois fatores que apresentamos encontram maior expressão no modelo adotado neste estado: a indefinição na identidade profissional e a precariedade das contratações. Não nos deteremos nesses fatores, já tratados anteriormente, mas queremos ressaltar que são elementos que fazem parte da organização do trabalho, e por isso, afetam de forma prioritária e com maior intensidade o psiquismo desses trabalhadores.

Mencionamos, há pouco, a tendência à psicologização no campo de saúde mental e trabalho e, em outro trecho de nosso estudo, as estratégias individuais desenvolvidas pelos agentes para preservação da saúde. Em seguida, remetemos à organização do trabalho a responsabilidade por melhorias nos “fatores negativos” do trabalho. Afinal, em qual desses pontos encontraríamos as respostas para tais questões? Lima (2003), contribui para esclarecer essa inter-relação, ao expor que “devemos tentar compreender o modo pelo qual se articulam as características pessoais e certas condições de vida e de trabalho, sem jamais desconsiderar a prioridade ontológica das últimas sobre as primeiras” (p:246); ou seja, nosso olhar deve se dirigir preferencialmente para a organização do trabalho, pois, ao transformá-las estaremos

agindo naquelas dimensões mais diretamente ligadas ao prazer e ao sofrimento, portanto à saúde mental.

Poderíamos questionar, então, sobre os trabalhadores que estão há muitos anos no sistema, como no exemplo exposto no capítulo V, item 2.2, sobre o Centro Socioeducativo Santa Terezinha, e que se queixam da falta de reconhecimento pelo seu trabalho. Não nos foi possível, nesta pesquisa, realizar investigações com esses trabalhadores para buscar compreender os recursos que utilizam para se manter no trabalho, a despeito de não se verem reconhecidos, e estarem expostos aos outros fatores negativos que mencionamos. Porém, algumas estratégias utilizadas por agentes socioeducativos vieram à tona nos estudos de casos apresentados e, ainda que o método de estudo de caso sofra limitações quanto à possibilidade de generalização dos resultados, estes nos ofereceram pistas importantes sobre as possibilidades de preservação da saúde nessa atividade de trabalho.

Nossa opção por aderir à abordagem pluridimensional proposta por Le Guillant encontrou vários obstáculos. O principal deles se deve à inacessibilidade dos dados referentes às concessões de licença saúde. Conforme registramos no capítulo de apresentação deste trabalho, muitos agentes têm receio de falar sobre seu trabalho, e nossas incansáveis tentativas junto ao setor de perícia foram infrutíferas. As análises ergonômicas que pretendíamos fazer, também foram prejudicadas pelas protelações da instituição quanto à autorização de nossa entrada nas unidades. O acesso aos locais de trabalho se deu por “visitas técnicas” feitas recentemente a dois centros de internação e por diversas outras visitas realizadas em anos anteriores ao início de nossa pesquisa. Ressaltamos que tais obstáculos não impossibilitaram nossa adesão a essa proposta. Relatamos ao longo de nossa exposição diversos elementos que compõem a situação de trabalho estudada e que fizeram parte da elaboração dos estudos de casos.

Encontramos a noção de desgaste muito presente como fator de impacto na saúde dos agentes socioeducativos, tanto na sua verbalização sobre as dificuldades que enfrentam no seu cotidiano profissional, quanto em nossas próprias constatações, a partir das observações diretas da atividade. A lista de elementos que podem gerar desgaste no agente socioeducativo é extensa: a extenuante carga de trabalho, tanto física (auditiva, contenção física, traumas físicos em tumultos, jornada extensa), quanto cognitiva (alto nível de atenção, comunicação deficiente, uso constante da memória) e psíquica (violências verbais, ameaças, provocações, xingamentos, testemunho de atos de violência extrema); relações conflituosas com técnicos; e

o risco de perda do emprego.

O problema que percebemos quanto à expressiva presença do elemento “desgaste” é a tendência à sua simplificação, que poderia levar à conclusão antecipada de ser esta a consequência de todo e qualquer trabalho de difícil execução. No entanto, é importante considerar que “desgaste” não é uma noção objetiva, isto é, detectada apenas pelos pesquisadores através do seu olhar para a situação de trabalho. Ele é, acima de tudo, sentido e identificado pelo próprio sujeito. Sendo assim, vimos que, a despeito das condições objetivamente difíceis, Luís só se queixou de um grande desgaste quando se viu impedido de trabalhar como gostaria.

Destacaram-se, ainda, dados que se referem a outro tipo de desgaste, mais associado diretamente ao conteúdo do trabalho, e que culminaria na Síndrome de Burnout, que teria sua fonte na tensão entre a necessidade de estabelecimento de um vínculo afetivo e a impossibilidade de concretizá-lo, pois o trabalhador, mesmo querendo, percebe que não pode dar mais de si, se exaurindo emocionalmente; a *despersonalização*, que corresponde à perda do sentimento de estar lidando com outro ser humano, desenvolvendo, então, atitudes negativas em relação ao público atendido; e, o *baixo envolvimento pessoal no trabalho*, que surge devido ao sentimento de impotência e incapacidade de realizar algo que desejava (CODO, 1999).

Os estudos de caso nos ajudam também a discutir tais componentes do Burnout. Eles nos permitem também concluir que não é o fato de lidar com um trabalho complexo, cujo objeto é o outro ser humano, portanto, quase sempre sem mediações instrumentais que, por si, resultará em um ou mais dos fatores atribuídos ao Burnout. Ronaldo e Luís, com todo o investimento pessoal que fazem em sua atividade, nunca desistiram desse propósito. Passaram por momentos difíceis que transformaram em fontes de energia para novas investidas. Vimos que eles têm se mantido no sistema, mobilizando recursos que não os insere entre os agentes que “desistiram e continuam trabalhando”.

Como fruto de nossa análise, apresentamos três características que correspondem a especificidades da medida de internação em Minas Gerais, que têm relação direta com os dados referentes à saúde dos trabalhadores. Em primeiro lugar, o aumento do número de unidades (e vagas) no sistema socioeducativo, atende a inúmeros anseios, especialmente do poder judiciário, do clamor da “opinião pública” e o Acordo de Resultados, obviamente. Em segundo, o aumento do aparato de segurança, para que não ocorram rebeliões, tumultos e

fugas que afetem as metas e a imagem dos governantes. Por último, os poucos investimentos na composição do setor técnico, nas atividades socioeducativas, de fato, nas políticas para egressos, e na saúde dos trabalhadores, que, como já descrevemos, são ações caras e encontram menor visibilidade que a criação de novas vagas, em “regime de tranca”.

Registramos que a Clínica da Atividade, com a qual viemos a dialogar na fase final dessa pesquisa, tem muito a contribuir para o campo da saúde mental e trabalho, através dos instrumentos que utiliza para a compreensão da dimensão subjetiva da atividade, buscando explorar o que se passa no interior do sujeito em situação de trabalho, provocando o seu desenvolvimento. Pois, como nos diz Clot (2006): “O desenvolvimento do sujeito não é (...) uma corrida rumo a uma meta conhecida de antemão [...] o real se encarrega de transformar o desenvolvimento esperado em história não alcançada” (p:13).

Finalmente, consideramos que, se o presente trabalho encontra limitações quanto a definições mais precisas sobre elementos da atividade do agente socioeducativo, ele pode dar sua contribuição ao descrever, na medida do possível, a situação vivida por esse profissional e, sobretudo, servir de base para novas pesquisas sobre essa categoria profissional.

-

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, A F A L. Os centros de integração como espaço de manifestação da barbárie: um estudo de caso da história da violência em Belo Horizonte. BH, [Tese de Doutorado] Faculdade de Filosofia e Direitos Humanos, UFMG. 2005. 405 p.

- BARROS, R P et ali.** Uma avaliação do impacto do Programa Curumim sobre o desempenho escolar. Disponível em www.ipea.gov.br/pub/td. Acesso em: 12 set. 2007.
- BARROS, V. A., SILVA, L. R..** A pesquisa em história de vida. In: GOULART, I B (org) Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- BRITO, L M T.** Avaliação dos adolescentes pelas equipes que atuam no sistema socioeducativo. In: BRITO, L M T. Jovens em Conflito com a lei: a contribuição da universidade ao sistema socioeducativo. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2000.
- CANGUILHEM, G.** O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- CARVALHO, J O.** Entre a segurança e o educativo: a formação da identidade do educador social em um centro de internação para adolescentes em conflito com a lei. [Monografia de fim de curso].Belo Horizonte, Faculdade de Educação, UFMG. 2004
- CHASIN, J.** Rota e prospectiva de um projeto marxista. Ensaio Ad Hominem – N. 1, Tomo II. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.
- CLOT, Y.** A Função Psicológica do Trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- CODO, W.** (coord). Educação: carinho e trabalho. Petrópolis, RJ. Vozes, 1999
- _____ ; JACQUES, M. G. (orgs). Saúde Mental e Trabalho - Leituras. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- COSTA, A C G.** (coord) Socioeducação: estrutura e funcionamento da comunidade educativa. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2006.
- DALGALARRONDO, P.** Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 2000.
- DEJOURS, C.** A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5ª Ed. São Paulo: Cortez/Oboré, 1987.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.** Lei n. 8.069 de 13.07.1990.

FOLHA DE SÃO PAULO, Edição de 31.10.1999, cotidiano, p: 3,4.

FOLHA DE SÃO PAULO, Edição de 03.09.2000, cotidiano, p:1,2.

FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. Petrópolis, Vozes, 2004.

FRANCISCHINI, R; **CAMPOS**, H. R. Adolescente em conflito com a lei e medidas socioeducativas: limites e (im)possibilidades. Psico, Porto Alegre, PUCRS, v. 36, 2005, pp: 267-273.

GLASSNER, B. Cultura do Medo. São Paulo, SP. Francis, 2003.

GOFFMAN, E. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo, SP. Perspectiva, 1961.

GONÇALVES, A. F. M. Flexibilização Trabalhista. Belo Horizonte. Mandamentos, 2004.

LEI ESTADUAL 15302/04. Instituição da carreira de agente sócio-educativo. Promulgada em 10 de agosto de 2004. Disponível em <http://hera.almg.gov.br/cgi.bin>. Acesso em: 12 ago. 2007.

LIMA, F P A. Ética e Trabalho. In: **GOULART**, I B (org.). Psicologia Organizacional e do Trabalho; teoria, pesquisa e temas correlatos. Belo Horizonte: Casa do Psicólogo, 1998: 69 – 120.

LIMA, M E A. A questão do método em Psicologia do Trabalho. Curso de Especialização em Psicologia do Trabalho. (Mimeo). 2001a.

_____. Os Paradoxos da “Excelência” no mundo do trabalho. Conferência: II Seminário sobre Gestão Contemporânea: Novas Tecnologias de Gestão e Subjetividade. UFES, ES, 2001b.

_____. Esboço de uma crítica à especulação no campo da saúde mental e trabalho. In: **CODO**, W; **JACQUES**, M G (orgs.). Saúde Mental & Trabalho: leituras. Petrópolis: Vozes, 2003: 50 – 81.

_____. (org). Escritos de Louis Le Guillant. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

- _____. Contribuições da clínica da atividade para o campo da segurança do trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. São Paulo, 2007: 99 – 107.
- MARQUES, W E U; CARRETEIRO, M T.** Juventude e virilidade: a construção social de um etos guerreiro. *Pulsional. Revista de Psicanálise*. São Paulo, 2007a: 63 – 73.
- _____. Juventude, violência e masculinidade. *Revista Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, volume 13, nº 75, 2007b: 15 a 20.
- MÉNDEZ, E G.** Infância e cidadania na América Latina. São Paulo, SP. Hucitec/Instituto Ayrton Senna, 1998.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE.** Doenças relacionadas ao trabalho: Manual de Procedimentos para os serviços de saúde. Normas e Manuais Técnicos, nº 114. Brasília, DF, 2001.
- MORAES, S R.** Trabalho e adoecimento em um centro de internação de adolescentes: um estudo de caso. [Especialização] Belo Horizonte. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, 2005.
- POLITZER, G.** Crítica aos Fundamentos da Psicologia: a psicologia e a psicanálise. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1998.
- RELATÓRIO DE PESQUISA.** O Trabalho e o Sofrimento dos Monitores da FEBEM. , CEREST-SP, CEREST-MOOCA, DRT-SP, FUNDACENTRO/SP, 2005. 63 p.
- SALLA, F.** As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul-dez 2006, p. 274 – 307.
- SALLES, B F F.** Agente educacional, uma prática de amor e ódio no atendimento ao adolescente em conflito com a lei. [Doutorado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 2003: 185 p.
- SAMPAIO, J J C; MESSIAS, E L M.** A epidemiologia em saúde mental e trabalho. In: CODO, W; JACQUES, M G (orgs) *Saúde Mental & Trabalho: leituras*. Petrópolis: Vozes, 2003: 143 – 172.
- SATO, L; BERNARDO, M H.** Saúde Mental e Trabalho: os problemas que persistem. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, nº 4. Rio de Janeiro, out/dez, 2005.

SEPLAG. Edital SEPLAG/SEDS N° 03/2008, de 20 de junho de 2008. Disponível em www.planejamento.mg.gov.br. Acesso em 05 jul. 2008.

SILVA, F. B. O. A relação entre o uso do álcool e o trabalho na construção civil. [Mestrado] Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG; 2006.

TELLES, A L C. A ergonomia na concepção e implantação de sistemas digitais de controle distribuído. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, COPPE, 1995.

VASCONCELOS, A S F. A saúde sob custódia: um estudo sobre agentes de segurança penitenciária no Rio de Janeiro. [Mestrado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 2000. 66 p.

VILLATE, R et. al. Os trabalhos de mediação e intervenção social. In: FALZON, P. (org.) Ergonomia. São Paulo: Editora Blucher, 2007: 501-517.

WACQUANT, L. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.